



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística
Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



EDIVALDA ALVES ARAÚJO

**AS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO DO
PORTUGUÊS NOS SÉCULOS XVIII E XIX**

Salvador – Bahia
2006



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



EDIVALDA ALVES ARAÚJO

**AS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO DO PORTUGUÊS
NOS SÉCULOS XVIII E XIX:**

uma abordagem sintático-discursiva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Linha de Pesquisa: Linguística Histórica:
Constituição Histórica do Português

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Ribeiro.

Salvador – Bahia
2006

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa

A663 Araújo, Eivalda Alves.

As construções de tópico do português nos séculos xviii e xix : uma abordagem sintático-discursiva / Eivalda Alves Araújo. - 2006.

293 f.

Orientadora : Profa. Dra. Ilza Ribeiro.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2006.

1. Língua portuguesa - Sujeito e predicado - História. 2. Língua portuguesa - Sintaxe - História. 3. Gramática comparada. 4. Língua portuguesa - Português escrito - Portugal - Séc. XVIII-XIX. 5. Língua portuguesa - Português escrito - Brasil - Séc. XVIII. I. Ribeiro, Ilza. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDU - 81'367

CDD - 469.5

EDIVALDA ALVES ARAÚJO

**AS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO DO PORTUGUÊS NOS SÉCULOS
XVIII E XIX**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, para avaliação, em 09 de março de 2006, e APROVADA COM DISTINÇÃO pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: **Professora Dra. Ilza Ribeiro**
Departamento de Letras e Linguística - UFBA

Banca: **Professora Dra. Charlotte Marie Chamberland Galves**
Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem – UNICAMP

Professora Dra. Maria Aparecida de Torres Morais
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas– USP

Professora Dra. Therezinha Maria de Mello Barreto
Departamento de Letras e Linguística - UFBA

Professora Dra. Sonia Borba Costa
Departamento de Letras e Linguística - UFBA

Salvador, 06 de março de 2006

A Rosália (Minha Tia)

*“A vida tem sons que pra gente ouvir
precisa aprender a começar de novo”*

*Foi preciso começar de novo
para aprender o som da sua vida
na minha vida.*

Muito obrigada pela vida.

A Carolina (minha filha)

O melhor de tudo é a sua presença!

AGRADECIMENTOS

- À UNEB, pelo apoio e fomento à minha pesquisa.

- Aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, pela cordialidade e presteza no atendimento;

- Aos professores Eduardo Raposo e Ian Roberts, pelas indicações na análise de alguns dados;

- A Zenilda - tudo começou com um recorte de jornal - EXEMPLO de determinação

- A Irany, uma presença muito mais que importante num momento como este.

- A minha família - todos num só coração.

AOS AMIGOS DE CAMINHADA - (são tantos!)

Rita, Maria Rita, Sônia, Tânia, Raimunda, Lane, Heleneide, Maria José, Doranei,
Celina, Augusto César, Nadja Maciel, Cristina Figueiredo, Conceição Fonseca, Vera

"Pela amizade que você me devota,
por meus defeitos que você nem nota...

Por meus valores que você aumenta,
por minha fé que você alimenta...

Por esta paz que nós nos transmitimos,
por este pão de amor que repartimos...

Pelo silêncio que diz quase tudo,
por este olhar que me reprova mudo...

Pela pureza dos seus sentimentos,
pela presença em todos os momentos...

Por ser presente, mesmo quando ausente,
por ser feliz quando me vê contente...

Por este olhar que me diz:
"Amigo, vá em frente!"¹

MUITO OBRIGADA

¹ Retirado do site: http://www.paralerepensar.com.br/amigo_ee.htm

AGRADECIMENTOS

- À UNEB, pelo apoio e fomento à minha pesquisa.

- Aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, pela cordialidade e presteza no atendimento;

- Aos professores Eduardo Raposo e Ian Roberts, pelas indicações na análise de alguns dados;

- A Zenilda - tudo começou com um recorte de jornal - EXEMPLO de determinação

- A Irany, uma presença muito mais que importante num momento como este.

- A minha família - todos num só coração.

AOS AMIGOS DE CAMINHADA - (são tantos!)

Rita, Maria Rita, Sônia, Tânia, Raimunda, Lane, Heleneide, Maria José, Doranei,
Celina, Augusto César, Nadja Maciel, Cristina Figueiredo, Conceição Fonseca, Vera

"Pela amizade que você me devota,
por meus defeitos que você nem nota...

Por meus valores que você aumenta,
por minha fé que você alimenta...

Por esta paz que nós nos transmitimos,
por este pão de amor que repartimos...

Pelo silêncio que diz quase tudo,
por este olhar que me reprova mudo...

Pela pureza dos seus sentimentos,
pela presença em todos os momentos...

Por ser presente, mesmo quando ausente,
por ser feliz quando me vê contente...

Por este olhar que me diz:
"Amigo, vá em frente!"¹

MUITO OBRIGADA

¹ Retirado do site: http://www.paralerepensar.com.br/amigo_ee.htm

AGRADECIMENTO ESPECIAL

O que seria de mim, sem a sua ajuda constante (de longas datas!)
sem a sua direção
sem os seus sermões
sem o seu carinho
sem as suas indicações
sem VOCÊ

Muito obrigada por sua presença constante em minha vida
por suas orientações
por seu apoio

Profa. ILZA RIBEIRO

I wouldn't, or even hope for stability. If there's stability, it means we are going to get very far, because in the stage where we are now, there are just too many mysteries. So if the field remains stable, that means there are going to remain mysteries. (Chomsky, 2007)

*O que me dói não é
O que há no coração
Mas essas coisas lindas
Que nunca existirão...
(Fernando Pessoa)*

RESUMO

Definimos como objeto de estudo neste trabalho a análise das construções de tópico deslocado à esquerda do português europeu, dos séculos XVIII e XIX, e do português brasileiro, do século XIX, numa perspectiva sintático-discursiva, sob a abordagem da teoria da gramática gerativa e da estrutura da informação, para identificarmos as diferenças e/ou semelhanças sintáticas e discursivas entre essas duas variedades do português a partir da posição sintática ocupada pelo tópico e da sua relação com os outros constituintes da oração, como os advérbios, o sujeito, os elementos interrogativos e os clíticos. Para a realização dessa análise, estabelecemos como *corpora* cartas pessoais e peças de teatro, retiradas do *Corpus* do Projeto Tycho Brahe (disponível no site da USP), no caso do português europeu, e coletadas na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, no caso do português brasileiro. Levantamos como hipótese a possibilidade de que algumas construções de tópico do português brasileiro poderiam ser explicadas à luz dos dados diacrônicos, principalmente no período selecionado para estudo. A análise dos dados, contudo, revelou que, nesse período, as construções de tópico do português europeu e do português brasileiro ainda não apresentavam diferenças sintáticas que pudessem identificar a primeira como língua de proeminência de sujeito e a segunda como língua de proeminência de tópico. Além disso, não encontramos dados suficientes que pudessem indicar que algumas construções de tópico do português brasileiro atual já estivessem registradas no português europeu. Em termos gerais, entretanto, a partir da comparação entre os dados do português europeu e do português brasileiro, detectamos que: (i) em ambos, é possível a ativação das três posições de tópico no sistema C – TopP₁, TopP₂ e TopP₃ – considerando a proposta de Rizzi (1997, 2002). Essas posições, entretanto, não são ativadas simultaneamente. A escolha do português europeu e do brasileiro é pela seqüência TopP₂ + FocP, talvez em função da relação operador-variável entre o foco e a oração. Mas é possível a ocorrência simultânea de TopP₁ e TopP₂; (ii) não existem, de acordo com os dados, evidências de que tipos diferenciados de tópico ocupem posições diferenciadas na periferia à esquerda; (iii) a identificação da posição do tópico na periferia à esquerda depende da ativação de outras projeções funcionais nessa periferia; (iv) as diferenças observadas entre o português europeu e o português brasileiro não se restringem especificamente às construções de tópico, mas a outros fatores, como: o movimento do verbo auxiliar acima do advérbio baixo, detectado no português europeu, mas com oscilação no português brasileiro; tendência ao preenchimento do sujeito, iniciante no português brasileiro; flutuação na colocação dos clíticos com as construções de tópico, tanto no português europeu quanto no português brasileiro; (v) a posição do tópico tanto no português europeu quanto no português brasileiro sofreu reanálise. O primeiro parece ter desenvolvido construções de tópico mais voltadas para o discurso, daí a sua impossibilidade de colocar IP em segunda posição; enquanto o segundo passou a ter uma direção do tópico mais voltada para a sintaxe, daí a possibilidade de alguns tópicos poderem concordar com o verbo.

Palavras-chave: Tópico. Estrutura da Informação. Sintaxe. Periferia à Esquerda. Ordenação de Constituintes. Clíticos.

ABSTRACT

We defined as the object of study in this paper the analysis of the topic constructions dislocated to the left periphery from de European Portuguese, in the 18th and 19th centuries, and from the Brazilian Portuguese, in the 19th century, under the discursive-syntactic perspective, following the generative grammar and information structure approach, to identify the syntactic and discursive differences and/or similarities between these two Portuguese varieties, considering the syntactic position occupied by the topic and its relation with the other constituents of the clause, as the adverbs, subject, wh- interrogatives and the clitics. To the realization of this analysis we established as *corpora* personal letters and written plays, taken out from the *Corpus* of Tycho Brahe Project (available at the site of USP), in the case of the European Portuguese, and collected from the Biblioteca Pública do Estado da Bahia (Public Library of the State of Bahia), in the case of the Brazilian Portuguese. As hypothesis, we believed that some topic constructions of the Brazilian Portuguese could be explained through the light of the diachronic data, mainly in the period selected for study. The analysis of the data, however, revealed that, in this period, the European and Brazilian topic constructions didn't exhibit any syntactic differences that could identify the first as a subject prominence language and the second as a topic prominence language. Besides, we haven't found enough data that could indicate that some topic constructions of the modern Brazilian Portuguese were already registered in the European Portuguese. In general, however, through the comparison between the data of the European and Brazilian Portuguese, we have detected that: (i) in both, it is possible the activation of the three topic positions in the C system, TopP₁, TopP₂ and TopP₃, considering the approach developed by Rizzi (1997; 2002). But these positions are not activated simultaneously. The choice in European and Brazilian Portuguese is by the sequence TopP₂+FocP, perhaps because of the operator-variable relation between the focus and the clause. But it is possible the simultaneous activation of the TopP₁ and TopP₂; (ii) according to the data there aren't evidences that different types of topics occupy different positions on the left periphery; (iii) the identification of the position of the topic on the left periphery depends on the activation of other functional projections on this periphery; (iv) the striking differences observed between the European and Brazilian Portuguese are not restricted specifically to the topic constructions but to other factors, as: movement of the auxiliary above the low adverb, detected in the European Portuguese, and with fluctuation in the Brazilian Portuguese; tendency to fill the subject position, beginning in the Brazilian Portuguese; (v) the position of the topic in the European Portuguese and in the Brazilian Portuguese has undergone reanalysis. The first seems to have developed topic constructions directed to the discourse, so its impossibility of putting IP on the second position; while in the second they began to have a direction to the syntax, what justifies the possibility of some topics being able to agree with the verb.

Keywords: Topic. Information Structure. Syntax. Left Periphery. Constituent Order. Clitics.

LISTA DE ABREVIATURAS

No corpo da tese, há abreviaturas que não foram desenvolvidas porque são de uso freqüente na literatura gerativa. Algumas estão de acordo com o original da língua inglesa. Visando ao esclarecimento no momento da leitura, apresentamos abaixo o desenvolvimento dessas abreviaturas com a sua respectiva tradução, quando necessário.

Acc	Accusative	Acusativo
AdvP	Adverb Phrase	Sintagma Adverbial
AgrsP	Agreement Phrase	Sintagma de Concordância
AP	Adjectival Phrase	Sintagma Adjetival
Cadeia-A	—	Cadeia Argumental
Cadeia-A'	—	Cadeia Não-Argumental
CLLD	Clitic Left Dislocation	Deslocamento à Esquerda Clítica
C	Complementizer	Complementizador
cl	—	Clítico
CP	Complementizer Phrase	Grupo de Complementizador
D	Determiner	Determinante
DP	Determiner Phrase	Sintagma do Determinante
EPP	Extended Projection Principle	Princípio de Projeção Estendido
Etop	English Topicalization	Topicalização Inglesa
<i>F(f)</i>	feature	Traço
FP	Functional Projection	Projeção Funcional
FinP	Finitude Phrase	Sintagma de Finitude
FocP	Focus Phrase	Sintagma de Foco
ForceP	Force Phrase	Sintagma de Força
FQ	Floating Quantifier	Quantificador Flutuante
I ou Infl	Inflection	Flexão
IP	Inflectional Phrase	Sintagma de Flexão
IntP	Interrogative Phrase	Sintagma Interrogativo

LD	Left Dislocation	Deslocamento à Esquerda
LF	Logical Form	Forma Lógica
ModP	Modifier Phrase	Sintagma Modificador
N	Noun	Nome ou Substantivo
Neg	Negation	Negação
NegP	Negation Phrase	Sintagma de Negação
NP	Noun Phrase	Sintagma Nominal
O	—	Objeto
OP	Operator	Operador
OSV	—	Objeto-Sujeito-Verbo
OVS	—	Objeto-Verbo-Sujeito
P	Preposition	Preposição
PB	—	Português Brasileiro
PE	—	Português Europeu
Posição-A	—	Posição Argumental
Posição-A'	—	Posição Não-Argumental
PP	Prepositional Phrase	Sintagma Preposicional
PF	Phonetical Form	Forma Fonética
<i>pro</i>	Pronominal	Pronominal - forma vazia, usada com verbos flexionados
PRO	Pronominal	Pronominal – forma vazia, usada com verbos no infinitivo
QP	Quantifier Phrase	Sintagma de Quantificador
R	—	Referencial
S	—	Sujeito
SP	—	Sintagma Preposicional
Spec	Specifier	Especificador
SubjP	Subject Phrase	Sintagma do Sujeito
SV	—	Sujeito-Verbo
SVO	—	Sujeito – Verbo - Objeto
T	Tense	Tempo
TP	Tense Phrase	Sintagma de Tempo
T	Trace	Traço
TopP	Topic Phrase	Sintagma de Tópico

V	Verb	Verbo
V1	—	Verbo em primeira posição
V2	—	Verbo em segunda posição
V3	—	Verbo em terceira posição
VOS	—	Verbo-Objeto-Sujeito
VP	Verb Phrase	Sintagma Verbal
vP	Verb Phrase	Sintagma Verbal
VSO	—	Verbo-Sujeito-Objeto
VS	—	Verbo-Sujeito
Wh		Elemento interrogativo em inglês, com referência às primeiras letras dos interrogativos usadas nessa língua: where, who, what...
ΣP	Sigma Phrase	Sintagma Sigma

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: Introdução

1.1 Abrindo o capítulo	18
1.2 O objeto de estudo e seu contexto	20
1.3 Estabelecimento do problema	27
1.4 Hipóteses	30
1.5 Objetivos	32
1.6 O suporte teórico	32
1.6.1 A perspectiva discursiva	33
1.6.2 A perspectiva sintática	33
1.6.3 A perspectiva histórica	34
1.7 A distribuição dos conteúdos por capítulos	34

CAPÍTULO 2 – Metodologia: composição dos *corpora*, identificação e análise dos dados

2.1 Abrindo o capítulo	37
2.2 Composição dos <i>corpora</i>	38
2.2.1 <i>Corpus</i> do português europeu	38
2.2.2 <i>Corpus</i> do português brasileiro	40
2.3 A identificação dos dados	42
2.3.1 Em relação às cartas do português europeu	42
2.3.2 Em relação ao texto de teatro do português europeu	44

2.3.3 Em relação às cartas do português brasileiro	45
2.3.4 Em relação ao texto de teatro do português brasileiro	48
2.3.5 A distinção entre as duas variedades e os séculos	48
2.3.6 Marcação dos elementos lingüísticos	49
2.4 Análise dos dados	49
2.4.1 A análise dos dados no contexto da tese	50

CAPÍTULO 3 - Tópico: uma abordagem semântico-discursiva

3.1 Abrindo o capítulo	51
3.2 O tópico e a estrutura da informação	51
3.2.1 A estrutura da informação	52
3.2.2 As categorias da estrutura da informação	55
3.3 O caráter do tópico de “ser sobre”	61
3.4 A caracterização semântica do tópico: referencialidade, identificabilidade e ativação	63
3.4.1 Referencialidade	63
3.4.2 Identificabilidade	65
3.4.2.1 Definitude	67
3.4.2.2 Especificidade	68
3.4.3 Ativação	70
3.4.4 A escala de aceitabilidade	74
3.5 Tipos de juízos expressos pela oração com tópico	76
3.6 Fechando o capítulo	80

CAPÍTULO 4 - Tópico: uma abordagem sintática

4.1 Abrindo o capítulo	82
4.2 Tópico e Foco: duas categorias distintas	82
4.2.1 Tópico vs. Foco: diferenças semânticas e sintáticas	83
4.3 Testes para identificação do tópico	88
4.4 Tipos de tópico	92
4.4.1 A proposta de Cinque (1990)	93
4.4.2 A proposta de Raposo (1996)	95
4.4.3 A proposta de Benincà (2004)	97
4.4.4 A proposta de Brito, Duarte e Matos (2003)	99
4.4.5 A proposta de Galves (1998, 2001)	102
4.5 A classificação dos tópicos nos dados dos <i>corpora</i>	106
4.6 Fechando o capítulo	122

CAPÍTULO 5 - Tópico: movimento ou não?

5.1 Abrindo o capítulo	123
5.2 Argumentos contra o movimento do constituinte para a posição de tópico	124
5.2.1 A proposta de Cinque (1990)	124
5.2.2 A proposta de Benincà (2004)	127
5.3 Argumentos a favor do tópico gerado na base com movimento de um operador nulo	128
5.3.1 A proposta de Raposo (1996)	129
5.4 Argumentos a favor do movimento do tópico	133
5.4.1 A proposta de Kato (1998a)	133

5.4.2 A proposta de Belletti (2003)	135
5.4.3 A proposta de Rizzi (1997, 2002, 2004)	139
5.5 Recapitulando	150
5.6 Tipos de tópico e a questão do movimento ou de puro <i>merge</i>	154
5.7 Fechando o capítulo	160

CAPÍTULO 6 - Tópicos, advérbios e os elementos interrogativos

6.1 Abrindo o capítulo	161
6.2 A posição dos advérbios baixos, altos e focalizadores – a proposta de Cinque (1999)	163
6.3 A posição do advérbio na periferia à esquerda – a proposta de Rizzi (2002)	167
6.4 A posição dos advérbios no português europeu (XVIII e XIX) e no português brasileiro (XIX)	172
6.5 A relação entre os advérbios e a posição TopP ₃	180
6.5.1 Tópicos seguidos imediatamente por um advérbio baixo	182
6.5.2 Tópicos seguidos por um verbo flexionado e um advérbio baixo	183
6.5.3. Tópicos seguidos por NegP	185
6.5.4 Tópicos e Advérbios Altos em IP	189
6.5.5 Tópicos antecidos por expressões modificadoras com função adverbial	191
6.6 A relação entre os advérbios e a posição TopP ₂	192
6.6.1 O tópico seguido por um DP focalizado por um advérbio	193
6.6.2 O tópico seguido por expressões com valor adverbial	195
6.6.3 O tópico seguido por uma oração adverbial deslocada à esquerda	197
6.6.4 O tópico seguido por elementos wh- baixos	199
6.7 A relação entre os advérbios e a posição TopP ₁	203
6.8 Fechando o capítulo	207

CAPÍTULO 7 – Tópicos e a ordem dos constituintes: sujeito e verbo

7.1 Abrindo o capítulo	209
7.2 O Tópico e a ordem SV	210
7.2.1 O Sujeito em AgrsP	216
7.2.2 O Sujeito em SubjP	216
7.2.2.1 O preenchimento da posição FocP	217
7.2.2.2 Tópico seguido por um sujeito pronominal	220
7.2.2.3 Tópico seguido por um sujeito quantificador	223
7.2.2.4 Tópico seguido por um DP definido	227
a) o DP em TopP ₃	227
b) o DP em FocP	229
c) o DP em SubjP	230
7.3 O Tópico e a ordem VS	232
7.4 Fechando o capítulo	242

CAPÍTULO 8 - Tópicos e clíticos

8.1 Abrindo o capítulo	244
8.2 A colocação dos clíticos na perspectiva da análise fonológica	247
8.3 A colocação dos clíticos na perspectiva da análise sintática	250
8.4 A colocação dos clíticos na perspectiva da análise morfo-sintática	255
8.5 A colocação dos clíticos no <i>corpus</i> do português europeu (XVIII e XIX)	259
8.6 A colocação dos clíticos nos dados do português brasileiro (XIX)	263
8.7 A mudança na posição dos tópicos em relação à colocação dos clíticos	269
8.7.1 No português europeu	269

8.7.2 No português brasileiro	277
8.8 Fechando o capítulo	279
CAPÍTULO 9 – Conclusão	
9.1 Abrindo a tese	280
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	286

CAPÍTULO 1

Introdução

1.1 Abrindo o capítulo

As línguas geralmente dispõem de duas formas para apresentação de sua construção sintática: uma não-marcada e outra marcada. A primeira reflete o padrão usual da língua, uma ordem canônica de constituintes estabelecida dentro da própria língua; enquanto a segunda indica uma alteração ou um afastamento da ordem canônica, não no sentido de um desvio, mas de opção que o usuário da língua tem de explorar as posições sintáticas disponíveis em sua língua, numa ordem de constituintes diferente da canônica. Uma das possibilidades de organização dos constituintes nas sentenças encontra-se nas construções de tópico, como se pode ver abaixo:

(1) A: Quando João comprou o livro?
B: João comprou o livro ontem.

(2) A: Quando você vai visitar João?
B: João, vou visitá-lo amanhã.

Em (1B), temos, de acordo com a estrutura sintática do português, uma ordem canônica ou não marcada, em que o constituinte *João* aparece em posição pós-verbal, sendo ao mesmo tempo o sujeito da oração e o tópico. Nesse tipo de construção, o tópico é considerado não-marcado, o que implica que o sujeito está na posição de tópico¹, e a posição do sujeito interna ao IP deve estar preenchida por *pro*, de acordo com a representação abaixo:

¹ É preciso considerar que mesmo nas orações em que o sujeito é o tópico da oração, o sujeito encontra-se deslocado à esquerda. A construção, entretanto, é considerada canônica, ou não-marcada, porque, superficialmente, o sujeito é o elemento que inicia a oração e ao mesmo tempo o elemento que concorda com o verbo. Se se considerar que o sujeito está em Spec, IP, pode-se dizer que o movimento para a posição de tópico é em vácuo.

(1) B': [João [*pro* comprou o livro ontem]]

Em (2B), entretanto, observamos a ocorrência de uma ordem marcada, em que o constituinte *João*, apesar de estar no início da oração, não é o sujeito, mas o objeto direto, deslocado à esquerda, com a função de tópico.

Em geral, considera-se que a distribuição da informação no texto ocorre do conhecimento dado para o conhecimento novo, o que, em termos sintáticos, produz a ordem tópico/comentário e, dentro deste, o foco. O tópico se refere à informação dada, de conhecimento pressuposto; e o foco, à informação de conhecimento apenas do falante/escritor e que ele supõe que o ouvinte/leitor desconhece. A distribuição da informação na frase pode ser verificada em (1B) e (2B), em que o tópico, *João* (informação dada), é seguido pelo comentário, no qual se encontra o foco, a informação nova: *ontem*, em (1B); *amanhã*, em (2B).

A diferença na organização dos constituintes, ou a opção por uma forma marcada em detrimento de uma não-marcada, pode indicar uma diferença na organização da informação dentro da frase, refletindo o que o falante/escritor, colocando-se na perspectiva do ouvinte/leitor, considera uma informação como dada (de conhecimento entre eles) ou nova (só de conhecimento do falante/escritor), como pode ser observado nos exemplos em (1B) e em (2B), em que a mudança na ordem dos constituintes indica uma opção sintática na organização da informação, a partir da perspectiva do falante/escritor.

Nos exemplos apresentados acima, encontramos dois tópicos deslocados à esquerda: um sujeito, cuja localização no início da oração representa a ordem não-marcada; e um objeto, cuja localização no início da oração indica que a ordem usada é a marcada. Temos, então, neste último caso, um tópico marcado, deslocado à esquerda². Sintaticamente, o tópico deslocado à esquerda é um constituinte que ocorre no início da oração, geralmente antes do sujeito (se houver). Discursivamente, ele é considerado como o elemento que tem como função ou marcar a transição na mudança de assunto ou retomar o que foi dito antes, estabelecendo a progressão temática do texto.

² É preciso considerar que existem também tópicos deslocados à direita, como o exemplo apresentado abaixo:

(i) Eles chegaram rápido, os meninos.

A diferença entre tópico deslocado à esquerda e tópico deslocado à direita é tratada por Belletti (2003) e Benincà (2004).

1.2 O objeto de estudo e seu contexto

Constituímos como objeto de estudo deste trabalho as construções com tópico deslocado à esquerda e estabelecemos como recorte uma análise comparativa dessas construções entre o português europeu dos séculos XVIII e XIX e o português brasileiro do século XIX, a partir de cartas pessoais e peças de teatro, para identificarmos as semelhanças e diferenças em relação às construções de tópico, tanto no plano sintático quanto no plano discursivo³.

A opção de trabalharmos com as duas estruturas provém do fato de que a da informação dá suporte para se identificar a contribuição dos elementos lingüísticos para a construção da informação e o que deve ser levado em conta ao se considerar uma informação como dada ou nova, ou como tópico ou foco; enquanto a estrutura da gramática fornece dados sobre a função sintática dos constituintes na oração e as suas possibilidades de ocorrência em uma frase. A partir da junção das duas estruturas, temos que um elemento na sentença, independente da sua função gramatical, pode ocupar posições diferentes a depender do seu status informativo.

Tentar correlacionar essas duas perspectivas significa entrar numa discussão que tem percorrido os estudos lingüísticos: o de se a forma (sintaxe) prevalece sobre a função (discurso) ou se a função prevalece sobre a forma. Se, de um lado, se reconhece que não existe forma que não esteja vinculada a um contexto, a um discurso (cf. LYONS, 1987); por outro lado, defende-se que o discurso resulta das construções que a sintaxe lhe fornece (cf. LAMBRECHT, 1996). É interessante observar, não obstante, que as duas correntes (formalismo e funcionalismo) têm dado “mãos à palmatória” e reconhecido que, de fato, não há

“notions” in the description of the grammar, which are not construed by the form of language; thus there can be no notional comparison without some (overt or covert) formal comparison. (HASAN e FRIES, 1995:xxv)⁴

ou ainda

³ A noção de *discurso* que aqui se está usando refere-se à que é de domínio da Lingüística Textual, da construção do texto, observando-se as condições contextuais; e não sob a perspectiva da Análise do Discurso (ou como preferem alguns autores, Análise de Discurso).

⁴ Tradução: noções na descrição da gramática, que não sejam construídas pela forma da língua; portanto não pode haver nenhuma comparação nocional sem alguma comparação formal (explícita ou implícita).

even though information-structure analysis allows us to recognize the pragmatic motivation of grammatical form, it must be acknowledged that it does not account for the process whereby the constraints of information structure are translated into, or mapped onto, grammatical structure. (LAMBRECHT, 1996; p.28)⁵.

Kato (1998b) mostra a relação entre o funcionalismo e o formalismo, indicando que os pressupostos desenvolvidos em uma dessas áreas, em geral, confluem para a outra área. Como exemplo, a autora apresenta alguns fatos, dentre eles: (i) os funcionalistas, em suas análises, mesmo trabalhando com o uso da língua, consideram a gramática um componente central; os formalistas, em contrapartida, têm trabalhado com as noções de tópico e foco (termos funcionalistas), correlacionando-os às funções sintáticas da língua; (ii) algumas classificações de línguas apresentadas pelos funcionalistas, como: línguas quentes, orientadas para a sintaxe, e línguas frias, orientadas para o discurso⁶, têm sido usadas pelos formalistas para agrupamento de línguas. Quanto à possibilidade de se trabalharem as duas perspectivas conjuntamente, a autora conclui que: *se trabalharmos em consonância, certamente chegaremos a descobertas mais abrangentes e interessantes* (KATO, 1998b, p. 162).

Em trabalhos recentes, Chomsky (2001), ao discutir a diferença entre *Merge* externo e *Merge* interno, propõe que este último deve ser motivado por condições não theta-teóricas, como *scopal and discourse-related (informational) properties*⁷ (p. 10) e admite que tanto as propriedades relacionadas ao discurso quanto a noção de escopo fazem parte da gramática:

Scope has the familiar “long-distance” property: scope of wh-, for example, can be well outside its phase. Given PIC, it follows that internal Merge (movement) must be successive cyclic, passing through the edge of successive phase. The same is true of discourse-related properties⁸ (grifos nossos). (CHOMSKY, 2001, p. 10)

⁵ Tradução: mesmo que a análise da estrutura da informação nos permita reconhecer a motivação da forma gramatical, deve ser reconhecido que ela não dá conta do processo pelo qual as restrições da estrutura da informação são traduzidas ou mapeadas na estrutura gramatical.

⁶ A definição de língua orientada para a sintaxe e língua orientada para o discurso foi proposta por Huang (1984).

⁷ Tradução: Escopo e propriedades relacionadas ao discurso (informacionais)

⁸ Tradução: O escopo tem a propriedade familiar de “longa distância”: escopo de wh-, por exemplo, pode também estar fora de sua fase. Dado PIC, segue-se que o Merge interno (movimento) deve ser sucessivo cíclico, passando pela margem da fase sucessiva. O mesmo é verdadeiro das propriedades relacionadas ao discurso.

Indo além, Chomsky (2001) sugere a existência de um traço OCC⁹ no núcleo α que deve estar disponível somente quando necessário, ou seja, quando faz alguma contribuição ou para a semântica ou para o discurso: *H¹⁰ has OCC only if that yields new scopal or discourse-related properties¹¹* (p.10).

Considerando-se que toda produção lingüística natural acontece em um contexto, não é difícil imaginar que os elementos lingüísticos em toda e qualquer frase devam satisfazer as propriedades relacionadas ao discurso, que são informacionais.

Devemos salientar, contudo, que, apesar de a organização dos elementos lingüísticos na sentença refletir a construção da estrutura da informação, essa organização depende da escolha de cada língua, não sendo, portanto, uma propriedade definida pela Gramática Universal, embora esteja a ela subordinada. Desse modo, qualquer que seja o contexto de produção de uma seqüência lingüística, esta seqüência só é produzida porque é permitida pela estrutura gramatical de uma língua; é ela que disponibiliza os meios para se construírem as seqüências lingüísticas adequadas a uma situação. Por isso alguns autores defendem que a estrutura sintática é autônoma em relação ao discurso, embora as construções das seqüências lingüísticas sejam motivadas (ou ativadas) por ele (cf. van DIJK; KINTSCH, 1983).

Defender que a estrutura da informação faz parte do componente gramatical implica considerar que os constituintes já entram na computação sintática com algum traço para ser verificado na interface da sintaxe com o discurso. É o que defendem Chomsky (2001), citado acima, e Rizzi (2004), para quem os elementos que entram na computação sintática devem verificar dois tipos de traço: os s-selecionais, relacionados aos papéis temáticos, e os criteriais, relacionados às propriedades discursivas. Evidências de que esse traço existe está nas línguas que marcam morfologicamente o tópico ou o foco, ou ambos.

A relação entre o componente sintático e a estrutura da informação foi observada por outros autores tomando como identificação: a) a marcação morfológica: Aissen (1992), em relação às línguas maias, como tzotzil e tzu'tujil¹², e Clamons et al (1999), em relação ao oromo; e b) a ordem dos constituintes: Kiss (1981), em relação ao húngaro, e Costa (2000), em relação ao português europeu.

⁹ OCC é citado por Chomsky (2001, p. 10) pela primeira vez no texto *Beyond Explanatory Adequacy*. Para o autor, OCC significa “*I must be na occurrence of some β* ” (Trad. = I deve ser uma ocorrência de algum β).

¹⁰ H representa núcleo: em inglês *head*.

¹¹ Tradução: H tem OCC somente se isso produzir novas propriedades relacionadas ao escopo ou ao discurso.

¹² Não encontramos tradução para *tzotzil* e *tzu'tujil*. Mantivemos, por isso, as designações dessas línguas citadas pela autora em inglês.

Aissen (1992), em pesquisa realizada nas línguas maias, tzotzil e tzu'tujil, comprovou que tópicos com distintas funções discursivas, além de ocuparem diferentes posições na oração, diferem na marcação sintática.

Em tzotzil, os tópicos apresentam algumas características sintáticas: são precedidos pela partícula *a*, são quase sempre marcados com o determinante definido e são fechados por um enclítico *-e*, como se pode ver nos exemplos abaixo:

- (3) *A li vo 'ote-e ch'e, ta j-chi'in jbatik! xi la*¹³ (AISSSEN, 1992, p. 70 (69))
 TOP DET VOCÊ -ENC então ASP acompanhar um ao outro disse_{CL}
 'Quanto a você, iremos juntos, ele disse'

Em (3), o tópico marcado, *li vo 'ote*, não tem nenhuma relação sintática na oração – tanto o sujeito quanto o objeto direto estão na primeira pessoa do plural –, o que significa, na análise da autora, que ele não tem nenhuma função interna à oração e que não resulta de movimento de dentro da oração.

Em tzu'tujil, de acordo com Aissen (1992), além dessa possibilidade de Tópicos Introdutórios, há os tópicos internos, os Tópicos Continuantes do discurso. Diferentes dos Tópicos Introdutórios, eles não são separados da oração principal por uma pausa e podem ocorrer em orações encaixadas. Por exemplo:

- (4) a. *Ja k'a rme'al x-u-koj pa xajoj xin Tukun*
 a PART sua-filha ASP-entrar em dança de Tecun
 'Ele introduziu sua filha na dança de Tecun'
- b. *y ja rme'al x-ok-i Malincha* (AISSSEN, 1992, p. 74-75 (85a-b))
 e a sua-filha ASP-toca-IV Malincha
 'e sua filha tocou a parte da Malincha'

Em (4a), [*rme'al*] é um tópico novo, usando a partícula *k'a* associada ao Tópico Introdutório. Mas o DP referente a [*rme'al*], em (4b), está novamente na posição de tópico onde se refere ao Tópico Continuantemente do discurso, por isso está marcado pela partícula *ja*.

Uma conclusão um pouco semelhante a esta encontraram Clamons et al (1999) ao analisarem o oromo, uma língua falada na Etiópia e em partes da Tanzânia e do Kênia. Eles mostram que nessa língua o verbo só concorda com o argumento externo, o sujeito, se este estiver marcado com o traço de topicalidade.

¹³ As glosas em inglês foram traduzidas para o português, não só nestes exemplos, mas também em outros de outras línguas.

De acordo com os autores, o oromo tem como características sintáticas o verbo em posição final, embora não seja uniformemente de núcleo final, e morfologia flexional para pessoa, número, gênero, caso e topicalidade. Os DPs sujeitos podem sofrer dois tipos de marcação morfológica: apenas a de sujeito ou ambas, a de sujeito e a de tópico. Quando ocorre esta última marcação, o verbo concorda com o sujeito em pessoa, número e gênero¹⁴. É o que mostram os seguintes exemplos:

(5) A: [Em resposta a *Intaltiin ifi gurban maal godhan?*
'o que a menina e o menino fizeram']

a. *Intal-t-ii-n hoolaa bit-t-e*
Menina-FEM-SUJ-TOP carneiro compra-FEM-PASS
'a menina comprou um carneiro'

b. *Intal-t-ii-n -ifi gurbáa-n wal lol-an* (CLAMONS et al, 1999; p.60-61(1))
Menina-FEM-SUJ-TOP e menino-SUJ-TOP um com o outro brigar.3PL:PASS
'a menina e o menino brigaram um com o outro'

Em (5a)-(5b), os DPs iniciais, *Intal-t-ii-n* e *gurbáa-n*, apresentam flexão de gênero, caso de sujeito e marcação de topicalidade. O verbo, nesses exemplos, concorda com o sujeito em função de este estar marcado pelo traço de topicalidade.

Uma outra evidência são os exemplos abaixo:

(6) [do início de uma história]

a. *Intala takka-á hoolaa bit-e*
Menina um-FEM-SUJ carneiro comprou-PASS
'uma menina comprou um carneiro'

[Em resposta à questão: *Eenyuu wal lole?* 'quem estava lutando?']

b. *Intala-afi gurbaa tokko-ó wal lol-e*
Menina-e menino um-MASC-SUJ um com o outro brigou-PASS
'uma menina e um menino brigaram um com o outro' (CLAMONS et al, 1999; p.61(2))

em que os DPs iniciais, [*Intala*] e [*gurbaa*], em (6a,b), mesmo apresentando flexão de gênero e caso do sujeito, mas sem o traço de topicalidade, não concordam com o verbo.

No que se refere à relação entre a estrutura da informação e a ordenação dos constituintes, Kiss (1981), ao discutir as construções sintáticas do húngaro, demonstra que, apesar de esta língua ser considerada de ordem livre, devido à riqueza morfológica do

¹⁴ Clamons et al. (1999) chamam a atenção, na nota 3, p. 74, que nas sentenças do passado, negativas, embora os sujeitos sejam marcados para caso e para topicalidade, o verbo nunca concorda com o sujeito, mesmo que ele seja tópico.

sistema, essa ordem não é tão livre assim, uma vez que a ordenação dos constituintes no húngaro é motivada pelos requerimentos discursivos. Para atender a esses requerimentos, os constituintes da sentença são marcados em unidades estruturais distintas que funcionam como tópico e foco, a depender da posição na oração. É o que pode ser visto nos seguintes exemplos em (7):

(7)

Posição I Tópico	Posição II Foco	Posição III Verbo	Posição IV Constituinte pós-verbal	
a.	‘János	Szereti	Marit	É João que ama Maria.
b.	‘Marit	Szereti	János	É Maria quem João ama.
c. János		‘szereti	Marit	Quanto a João, ele ama Maria.
d. Marit		‘szereti	János	Maria, João ama.
e. János	‘Marit	Szereti		Quanto a João, é Maria quem ele ama.
f. Marit	‘János	Szereti		Quanto a Maria, é João que a ama.

(KISS, 1981, p. 187 (1))

De acordo com os exemplos acima, o húngaro dispõe de quatro posições de ocorrência dos elementos: a primeira é destinada ao tópico, que é separado do resto da oração por uma pausa; a segunda posição hospeda o foco, item com proeminência acentual mais forte dentro da sentença; a terceira posição é reservada aos verbos, que também podem receber o acento focal, caso a segunda posição não esteja preenchida, como mostram os exemplos em (7c) e em (7d); e a quarta posição é preenchida pelos complementos pós-verbais que não são salientes do ponto de vista comunicativo, quer dizer, os complementos pós-verbais não têm nenhum papel comunicativo particular (cf. KISS, 1981).

Costa (2000), analisando o português europeu, indica que a ordem das palavras nessa língua também varia de acordo com a função que o termo desempenha no discurso. Desse modo, a depender do contexto ou da carga informacional, têm-se diferentes tipos de sujeito ocupando diferentes posições na frase: quando o sujeito, definido ou indefinido, representa uma informação dada, ele aparece em posição pré-verbal, derivando a ordem ou SVO ou OSV, mas nunca depois do verbo. Na posição pré-verbal, os sujeitos estão localizados em

diferentes posições, a depender do seu traço de definitude. Se são definidos ficam em Spec, IP; se são indefinidos, são deslocados à esquerda. Por exemplo:

- Sujeito definido

(8) Contexto 1: A: O Paulo sabe que línguas?

B: O Paulo sabe francês.

(9) Contexto 2: A: O Paulo sabe francês?

B₁: O Paulo sabe francês.

B₂: Francês o Paulo sabe.

(COSTA, 2000, p. 104 (35)-(36))

De acordo com essa análise, no contexto 1, apenas a ordem SVO é adequada, porque a informação nova deve vir em posição pós-verbal. No contexto 2, ambas as ordens são adequadas, SVO ou OSV, uma vez que todos os elementos estão sendo, de qualquer forma, retomados.

- Sujeito indefinido

(10) Contexto 3: A: Estão imensos animais neste parque: cães, gatos, galinhas.

B: Olha: Um cão mordeu uma criança.

(COSTA, 2000, p. 105 (38))

Nesse contexto, a ordem aceitável é SVO, porque o sujeito não representa informação nova, ou seja, em (10A), tem-se o cenário em que os participantes estão localizados e onde podem ser vistos muitos animais, dentre eles vários cães. Um desses cães mordeu uma criança, o que implica que *um cão*, em (10B), faz parte da informação referida em (10A), por isso não é considerada informação nova nesse contexto. Diferente do que ocorre no contexto abaixo, em que o sujeito pré-verbal representa uma informação nova, o que leva a frase a ter uma gradação em sua aceitabilidade se a ordem for SVO, como em (11B):

(11) Contexto 4: A: O que é que mordeu o Paulo?

B: #Uma cobra mordeu o Paulo.

(COSTA, 2000, p. 105 (39))

Quando os sujeitos, definidos ou indefinidos, representam uma informação nova, eles aparecem em posição pós-verbal. Nesse caso, ambos os sujeitos ocupam a mesma posição, ou seja, o Spec, VP, de acordo com Costa (2000). Por exemplo:

(12) Contexto 5: A: Ninguém sabe línguas neste grupo?

B: Sabe o Paulo francês.

(COSTA, 2000, p. 105 (40))

Como foi apresentado nos contextos das línguas descritas acima, a marcação de um tópico na sentença pode ocorrer ou morfologicamente (como em oromo e algumas línguas maias) ou através da organização dos constituintes na frase (como no húngaro e no português europeu).

Reconhecemos aqui, entretanto, que estudar as posições sintáticas correlacionadas à estrutura da informação em uma língua em que as funções sejam morfologicamente marcadas, como em oromo, tzotzil e tzu'tujil, entre outras, parece ser de tarefa mais simples do que a de apreender essa correlação em línguas, como a língua portuguesa, que não apresentam marcação morfológica para diferenciar as funções discursivas do tópico e do foco. Isso pode ser resolvido recorrendo-se aos contextos de perguntas e respostas, como o fez Costa (2000). Mas a dificuldade na identificação da correlação entre a posição sintática e a estrutura da informação é ainda maior em textos escritos de épocas pretéritas, uma vez que não é possível recorrer ao artifício das perguntas e respostas. Nesse caso, é necessário se apoiar em algumas pistas não só do contexto, mas também da ordenação de outros constituintes na frase, como o sujeito, os advérbios, os elementos interrogativos *wh-* e os clíticos. Esse recurso será utilizado no decorrer deste trabalho para a identificação dos tópicos deslocados à esquerda nos *corpora* em estudo, o português europeu (XVIII e XIX) e o português brasileiro (XIX).

1.3 Estabelecimento do problema

A marcação do tópico pode ocorrer de forma diferenciada a depender da configuração sintática da língua e da motivação pragmático-discursiva, como foi discutido acima. Mas uma mesma língua pode dispor de vários tipos de construção de tópico, como o demonstram, em relação ao tópico deslocado à esquerda: Cinque (1990) e Benincà (2004), para o italiano; Raposo (1996) e Brito, Duarte e Matos (2003), para o português europeu; e Galves (1998a,b) para o português brasileiro. Esses estudos têm também demonstrado que as línguas românicas não apresentam os mesmos tipos de construção de tópico: o que, às vezes, parece ser possível no português europeu não o é em italiano, ou, ainda, algumas construções de tópico que são comuns no português brasileiro não o são no português europeu.

O português brasileiro, por apresentar algumas construções de tópico diferentes das realizadas pelo português europeu, tem sido considerado por alguns autores como uma língua

orientada para o discurso (cf. NEGRÃO, 1999) ou de proeminência de tópico (cf. PONTES, 1986; KATO, 1989; GALVES, 1998b, 2001)¹⁵.

Kato (1989) observa que as línguas de proeminência de sujeito estabelecem a predicação principal da sentença através da relação sujeito/predicado. Nas de proeminência de tópico, por outro lado, a predicação se dá através da relação entre um constituinte tópico e uma sentença (comentário). As predicações com tópico podem ter ou não um elemento a ele co-referente dentro da sentença comentário. O fato de o português brasileiro permitir a ocorrência de objetos nulos possibilita a existência de construções com tópico em que o co-referente aparece nulo, como será visto abaixo no exemplo em (14a).

Galves (1998a), dentro da mesma perspectiva, analisa que o português brasileiro apresenta características de línguas orientadas para o tópico porque não tem as mesmas propriedades que as línguas orientadas para o sujeito. Nestas, quando um constituinte é deslocado à esquerda, aparecem marcas que evidenciam a não correspondência entre a estrutura sintática e a estrutura argumental, como, por exemplo: no caso das orações ergativas, que são realizadas ou na voz passiva ou na voz média (cf. 13b, abaixo); ou no caso da topicalização, cuja marca pode ser um pronome resumptivo clítico (cf. 14b, abaixo). Nas línguas orientadas para o tópico, essas marcas não são necessárias. Como pode ser visto nos seguintes exemplos, comparando-se o português europeu, com proeminência de sujeito, e o português brasileiro, com proeminência de tópico:

- (13) a. O vaso partiu. (PB/*PE)¹⁶
 b. O vaso partiu-se (#PB/PE)

- (14) a. Os alunos, encontrei na saída da escola. (PB/*PE)
 b. Os alunos, encontrei-os na saída da escola. (#PB/PE)

Em (13a), a frase é gramatical no português brasileiro apesar de não ter a marca formal das construções ergativas, o *se*. Tal frase não é gramatical no português europeu, uma vez que neste a presença do *se* é obrigatória, como se pode observar, comparando-se (13a) com (13b). Em (14), temos uma construção de tópico, em que o constituinte deslocado à esquerda, *os alunos*, é obrigatoriamente retomado por um clítico resumptivo interno à oração, no português europeu (cf. 14b), mas não no português brasileiro (cf. 14a). Esses fatos, de acordo com

¹⁵ Essas autoras baseiam-se na tipologia apresentada por Li e Thompson (1979). Kato (1989), entretanto, concorda em parte com esses autores porque, para ela, a diferença entre os tipos de língua deve estar calcada em torno do tipo de sujeito que as línguas naturais possam selecionar, que é uma escolha paramétrica, e não em torno do tópico.

¹⁶ PB – abreviatura para português brasileiro. PE – abreviatura para português europeu.

Galves (1998a), são mostras de que o português brasileiro está-se caracterizando como uma língua de proeminência de tópico, diferente do português europeu, considerada como de proeminência de sujeito.

Além desses casos de construção de tópico do português brasileiro exemplificados em (13a) e (14a), há outros em que se observa a concordância entre o sintagma deslocado à esquerda e o verbo, como o apontam Pontes (1986, 1987), Kato (1989), Galves (1998a, 1998b, 2001), respectivamente:

(15) A Sarinha está nascendo dentes.

(16) O carro furou o pneu.

(17) Essas casas batem sol.

As construções acima são consideradas por Galves (1998b) como construções de Tópico Sujeito, presentes no português brasileiro, mas não detectadas até o momento no português europeu.

São essas construções presentes nos exemplos em (13a), (14a) e (15)-(17) que levam alguns estudiosos a defenderem que o português brasileiro se distingue do português europeu em relação às construções de tópico, sendo, por isso, uma língua com proeminência de tópico e orientada para o discurso.

Outras pesquisas em torno do assunto continuam a ser feitas com o objetivo de caracterizar as construções de tópico do português brasileiro que se diferenciam das construções do português europeu, e muitos resultados têm demonstrado que essas construções diferentes estão relacionadas a outras mudanças sintáticas no português brasileiro, como a perda dos clíticos acusativos, o enfraquecimento da flexão verbal, com conseqüente enrijecimento da ordem dos constituintes, perda da construção VS¹⁷ e tendência ao preenchimento do sujeito, pelo menos foi o que observaram Tarallo (1989), Kato e Tarallo (1993), Kato (1989, 1998a), Galves (1996, 1998a, 1998b, 2001), Berlinck (1989), Decat (1989), Duarte (1996), entre outros.

A partir das diferenças já observadas por outros autores entre o português europeu e o português brasileiro, levantamos um questionamento central para nos guiar no desenvolvimento desta pesquisa:

¹⁷ Inversão Verbo-Sujeito

- Quais as diferenças sintáticas e discursivas entre as construções de tópico do português europeu (XVIII e XIX) e brasileiro (XIX)?

A partir desse questionamento, derivam-se, conseqüentemente, outros:

- Para que posição o tópico é deslocado no português europeu (XVIII e XIX) e no português brasileiro (XIX), considerando-se a proposta do projeto cartográfico de Rizzi (1997, 2002)?
- Havendo diferença de posição entre eles, que indicativos sintáticos e discursivos existem de que os tópicos nessas duas variedades estão ocupando posições diferentes?
- Qual a relação, no português europeu (XVIII e XIX) e no português brasileiro (XIX), entre as construções de tópico e os outros constituintes da oração, como o sujeito, o advérbio e o clítico?

1.4 Hipóteses

Para a resposta a esses questionamentos, levantamos as seguintes hipóteses:

- As construções de tópico do português europeu e do brasileiro se diferenciam sintaticamente, uma vez que no primeiro, mas não no segundo, os tópicos estão numa posição mais alta da estrutura sintática, o que é evidenciado pelo fato de, no português brasileiro, nas construções de Tópico Sujeito, o tópico poder concordar com o verbo, indicação de que ele está numa posição mais baixa do que o tópico no português europeu.
- Tendo o português brasileiro a mesma origem do português europeu, acreditamos que as construções gramaticais do primeiro deviam estar de alguma forma presentes no segundo. Ou seja, supõe-se que as construções diferenciadas de tópico do português brasileiro podem ter sido desencadeadas pela gramática do português europeu do século XVIII e, a partir do século XIX, as duas gramáticas podem ter começado a se diferenciar.

Diante da possibilidade de algumas construções do português brasileiro terem continuado ou se modificado a partir do português europeu, Ribeiro (2001) levanta o seguinte questionamento: as mudanças evidenciadas no português brasileiro têm como base qual gramática do português europeu? Existem duas alternativas: a do século XVI, período de início da colonização do Brasil, ou a do final do século XVIII, relacionado ao período de aquisição do conhecimento lingüístico trazido pela Corte Portuguesa, que chega ao Brasil em 1808. Os fatos históricos mostram que as duas gramáticas estiveram em competição no solo brasileiro, o que indica que ambas influenciaram para o desenvolvimento do português brasileiro.

O século XIX, especificamente em relação ao português brasileiro, é um período crítico em termos de definição lingüística como resultante dos fatos históricos ocorridos no século XVIII. Historicamente, o século XVIII é definido como: (i) o período em que houve uma convivência mais intensa entre portugueses e brasileiros (já os brasileiros propriamente ditos¹⁸), apesar da influência dos africanos e, de forma mais tênue, dos indígenas¹⁹, a partir da segunda metade desse século; (ii) a língua falada no Brasil, devido a alguns fatos históricos, começa a se definir em direção ao português europeu dominante²⁰, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, em que o Marquês de Pombal define o português como língua da colônia, obrigando o seu uso na documentação oficial, e implementa o ensino leigo no Brasil (cf. MATTOS E SILVA, 1993); e (iii) os reflexos das mudanças historicamente introduzidas na língua só começariam a surgir justamente um século depois, no XIX. Neste século, entretanto, ocorrem vários fatos que contribuem tanto para a aproximação da língua portuguesa falada no Brasil e em Portugal quanto para o seu afastamento.

Um dos fatos que permite a aproximação é a chegada da Corte Portuguesa em 1808, trazendo para o Brasil uma influência lingüística do final do século XVIII. Começa a haver no Brasil, a partir daí, a convivência de duas variedades historicamente distintas: a gramática do século XVI, trazida da época da colonização e com conseqüente contato com outras variedades lingüísticas aqui presentes, como a indígena e a africana, e a gramática do final do século XVIII.

¹⁸ Está-se considerando aqui brasileiros propriamente ditos os resultantes da miscigenação.

¹⁹ Considera-se “tênue” no período em questão por causa do extermínio dos índios que se intensificou a partir do século XVIII; mas reconhece-se que, lingüisticamente, até meados do século XVIII, esses povos tiveram uma influência muito mais forte que a dos africanos, inclusive em função da existência das Línguas Gerais. A partir da segunda metade do século XVIII, a situação se inverte e os africanos começam a interferir na língua em função do seu contingente populacional. De qualquer modo, a influência africana na língua não conseguiu ser muito forte porque, como diz Mattoso (1990; *apud* MATTOS E SILVA (2001)), “aos negros nunca foi dada a voz”.

²⁰ Em função, por exemplo, da extinção das chamadas Línguas Gerais.

Quanto ao afastamento, é no século XIX que começa a haver o movimento de independência do Brasil em relação a Portugal, ocorrida em 1822; o que pode ter provocado nos escritores o sentimento de uma “certa” independência lingüística e, possivelmente, de alguma liberdade nas construções de suas obras. É a partir do século XIX, então, que as manifestações lingüisticamente brasileiras podem ter começado a se definir aqui no Brasil, principalmente nas regiões interioranas, distantes da capital.

São os fatos históricos dos séculos XVIII e XIX que levam a intensas mudanças no português e, por esse motivo, as produções lingüísticas destes séculos são definidas como objeto de estudo neste trabalho.

1.5 Objetivos

Diante do objeto de estudo que estabelecemos para este trabalho, propomos os seguintes objetivos:

- Descrever as construções de tópico do português europeu no período dos séculos XVIII e XIX e do português brasileiro no período do século XIX para se identificarem as diferenças e/ou semelhanças sintáticas e discursivas entre essas duas variedades do português.
- Analisar as construções de tópico do português europeu e do português brasileiro de modo a demonstrar qual é a posição sintática ocupada pelo tópico nessas vertentes do português e que tipo de interferência sintática ocorre a partir dessa posição, como, por exemplo, no uso dos clíticos, ordem do advérbio e ordem sujeito-verbo.
- Detectar se as construções de tópico típicas do português brasileiro, em oposição ao português europeu, têm a sua origem no português europeu do século XVIII ou XIX.

1.6 O suporte teórico

Considerando-se que o objeto de estudo desta pesquisa são as construções de tópico sob as perspectivas sintática e discursiva, faz-se necessário abordá-lo seguindo os pressupostos de ambas as perspectivas para indicar o comportamento sintático do tópico, no caso da primeira,

e delinear o que constitui um elemento como tópico, no caso da segunda. Além disso, em função do recorte que estamos fazendo aqui, análise comparativa entre o português europeu dos séculos XVIII e XIX e do português brasileiro XIX, temos que definir uma perspectiva teórica que nos permita explicar possíveis mudanças ocorridas historicamente nessas duas vertentes do português.

1.6.1 A perspectiva discursiva

No que se refere à perspectiva discursiva, estamos seguindo a abordagem de tópico proposta por Lambrecht (1996). Para ele, o tópico, discursivamente, é um elemento que faz parte da estrutura da informação, estando geralmente relacionado à pressuposição, de conhecimento comum entre os interlocutores. Alguns autores preferem considerá-lo como uma informação velha/dada (cf. HALLIDAY; HASAN, 1976; HALLIDAY, 1985), mas esse conceito é refutado por outros autores que preferem relacionar o tópico à pressuposição, uma vez que nem todo tópico pode ser considerado informação velha (cf. REINHART²¹, 1982; LAMBRECHT, 1996; ZUBIZARRETA, 1998). Uma das evidências de que o tópico está relacionado à pressuposição e não à informação velha está no fato de que nem sempre o referente da expressão referencial na posição do tópico está no contexto. Isto quer dizer que, mesmo que o referente esteja ausente, os interlocutores podem preencher a sua referência em suas representações mentais.

1.6.2 A perspectiva sintática

Na área da sintaxe, o tópico será analisado sob a perspectiva da sintaxe gerativa, a partir das seguintes propostas: (i) a da classificação proposta por Cinque (1990), Raposo (1996) e Brito, Duarte e Matos (2003); e (ii) de acordo com o projeto cartográfico, seguindo a proposta de Rizzi (1997, 2002, 2004), Kato (1998a), Belletti (1999, 2002, 2003) e Benincà (2003). Rizzi (1997), que serve de apoio para a abordagem das autoras citadas, Belletti e Benincà, propõe que o CP deve ser aberto em camadas que possam receber as projeções funcionais que são movidas para a periferia à esquerda, envolvendo dois sistemas: (i) o de Força, mais alto na

²¹ *Apud* Swart; Hoop (1995)

estrutura, que tem como funções: a) fazer a interface entre um conteúdo proposicional expresso pelo IP e o discurso; e b) indicar o tipo da oração ou a especificação de sua força: se uma interrogativa, uma declarativa, uma exclamativa, etc; e (ii) o de Finitude, mais baixo na estrutura, que se relaciona ao conteúdo do IP nele encaixado, refletindo as propriedades do sistema verbal da oração, formalizadas, por exemplo, pelas regras de concordância entre C e I, responsáveis pela co-ocorrência de *that* (que) e um verbo finito, de *for* (para) e um infinitivo em inglês, etc. Rizzi (1997) considera que, para o espaço entre Força e Finitude, sejam movidos os elementos que são independentes de restrições seletivas, como o tópico e o foco, ambos considerados projeções funcionais.

1.6.3 A perspectiva histórica

No que se refere à questão histórica, recorremos aos trabalhos de alguns autores já realizados sobre a história do português na perspectiva sintática, como Ribeiro (1996, 1998, 2001), Lobo (2001), Torres Morais (1996, 2002), Galves (1998a, 1998b, 2001, 2003), Paixão de Souza (2004), dentre outros. Mas, para explicar alguma mudança observada entre o português europeu e o português brasileiro em relação às construções de tópico e sua relação com outros constituintes, adotamos a perspectiva de Kroch (2003), para quem a mudança linguística pode ser explicada em termos de competição de gramática – diglossia sintática – *na qual as formas em competição podem se diferenciar no registro social, com uma variante vernacular lentamente guiando uma variante escrita fora de uso* (2003, p. 6). Consideramos essa perspectiva adequada para explicar os dados de mudança encontrados nos *corpora* em função da competição de gramáticas observadas no português brasileiro, devido aos fatos históricos (como foi observado no final do item 1.4), e também no português europeu, em função das mudanças observadas entre o período do português clássico e o início do português moderno (como será visto no capítulo 8).

1.7 A distribuição dos conteúdos por capítulos

Os conteúdos trabalhados no corpo da tese encontram-se distribuídos por capítulos da seguinte forma:

- No capítulo 2, apresentamos os procedimentos metodológicos que nortearam a análise dos dados nos *corpora* em estudo, a descrição dos *corpora*, a forma de identificação dos dados. Apesar de termos decidido colocar a metodologia no capítulo 2, reconhecemos que tal posicionamento pode parecer estranho. Essa opção, contudo, pauta-se numa questão de ordem prática: decidimos apresentar a revisão teórica junto com a análise, ao invés de colocarmos a análise separadamente, uma vez que isto implicaria recorrer ao que já havia sido apresentado na revisão teórica para a análise dos dados. A análise dos dados em conjunção com a revisão teórica, além disso, tem a vantagem de usar os exemplos diretamente dos *corpora* em estudo.
- No capítulo 3, abordamos a noção de tópico, indicando as características que definem um elemento lingüístico para que ele seja considerado tópico e qual a sua função tanto na estrutura da informação quanto na estrutura gramatical. Também neste capítulo, faremos a correlação da estrutura da informação com a estrutura gramatical, com o intuito de analisar a contribuição ou a influência que uma exerce sobre a outra, e de como isso se reflete na organização dos constituintes da frase, uma vez que a posição dos constituintes pode indicar como a informação está sendo construída: ou a partir do novo para o dado ou do dado para o novo. Desse modo, o capítulo abordará o lugar do tópico na estrutura da informação, incluindo-se aí a sua relação com a informação, com o dado e o novo, com a asserção e a pressuposição, e, conseqüentemente, com o foco; o caráter do tópico de ser sobre alguma coisa; e a caracterização semântica do tópico, considerando-se: a referencialidade, a identificabilidade e a ativação.
- No capítulo 4, tratamos das diferenças entre o tópico e o foco; apresentamos os testes que são utilizados para a identificação de um tópico e as classificações de tópico de acordo com a proposta de alguns autores; e realizamos a identificação dos tipos de construções de tópico encontrados nos *corpora*.
- No capítulo 5, discutimos a questão de se o tópico sofre ou não movimento e a sua caracterização sintática, considerando de antemão, junto com Kato (1998), Belletti (2003) e Rizzi (2004), que o tópico sofre movimento, a depender do tipo, para satisfação de algum traço discursivo.
- No capítulo 6, realizamos a identificação das possíveis posições que o tópico ocupa na periferia à esquerda, considerando a sua relação com outros elementos nessa periferia, como os advérbios e os elementos interrogativos *wh-*.
- No capítulo 7, abordamos a relação entre a ordenação dos outros constituintes da sentença e a posição do tópico; o que implica considerar a ordem SV e a ordem VS e sua influência na posição dos tópicos na periferia à esquerda.

- No capítulo 8, apresentamos as perspectivas de análise de colocação dos clíticos em português, identificamos a relação entre as construções do tópico e a posição dos clíticos na oração e, a seguir, discutimos sobre a possibilidade de a posição do tópico ter sofrido uma reanálise ao longo da história do português.
- E, finalmente, no capítulo 9, a título de conclusão, analisamos os resultados encontrados nos capítulos da tese, refletindo sobre as semelhanças e diferenças encontradas no português europeu (XVIII e XIX) e no português brasileiro (XIX).

CAPÍTULO 2

Metodologia:

composição dos *corpora*, identificação e análise dos dados

2.1 Abrindo o capítulo

Uma das hipóteses levantadas neste trabalho é a de que o português europeu e o português brasileiro contemporâneos apresentam diferenças em relação a algumas construções de tópico, uma vez que no português brasileiro existem construções de tópico sem a retomada clítica, como em (1), e também construções em que há uma relação de concordância entre tópico e o verbo, como em (2). Fatos que até o momento não são encontrados no português europeu, como pode ser visto nos exemplos abaixo:

(1) O menino, não vi hoje.

(2) As gavetas cabem muita coisa.

Esses dados do português brasileiro têm levado alguns autores a classificá-lo como uma língua de proeminência¹ de sujeito e de tópico (cf. PONTES, 1986, 1987) ou uma língua orientada para o discurso (cf. NEGRÃO, 1999)².

Aceitando-se o fato de que na contemporaneidade o português europeu e o brasileiro se diferenciam também em relação a essas construções de tópico, propomos uma análise sintático-discursiva diacrônica entre essas duas vertentes do português para verificarmos as convergências e as diferenças entre as construções de tópico em períodos anteriores com vistas a obtermos indícios de que essas diferenças começam a existir a partir de um determinado ponto na história. Nessa perspectiva, definimos como objetos de análise deste

¹ A classificação de uma língua como de proeminência de tópico ou de proeminência de sujeito ou de ambos, de acordo com Pontes (1981), segue a proposta de Li e Thompson (1979).

² Essa classificação como língua orientada para o discurso ou língua orientada para a sentença está seguindo a proposta de Huang (1984).

trabalho cartas pessoais e peças de teatro escritas por portugueses, nos séculos XVIII e XIX, e cartas pessoais e peças de teatro escritas por brasileiros, no século XIX³.

A definição desses dois tipos de *corpora* parte do princípio de que é a partir do século XVIII que o português do Brasil começa a existir como língua literária, com produção específica dos escritores brasileiros, conforme Tarallo (1996). Reconhecemos, entretanto, junto com Ribeiro (1998), que os textos escritos por brasileiros no período em questão talvez ainda tenham influência da gramática do português europeu, porque a independência lingüística não se reflete imediatamente na escrita e, além disso, muitos escritores brasileiros tiveram uma formação baseada no ensino da norma europeia. Acreditamos, inclusive, que a influência da gramática do português europeu na escrita brasileira pode ter sido mais forte no século XVIII, começando a ser atenuada a partir da segunda metade do século XIX, quando, talvez, tenha começado a se definir uma gramática na escrita com feições brasileiras. Essa assunção nos leva a definir o século XIX como período propício para a averiguação de características sintáticas próprias do português brasileiro em relação às construções de tópico.

Nos itens que seguem, exploraremos a parte metodológica da composição e análise dos *corpora*. Assim, no item 2.2, apresentaremos a composição dos *corpora* e o material que compõe o *corpus* do português europeu e do brasileiro; no item 2.3, será indicada a forma de identificação dos dados nos *corpora*; e, no item 2.4, apresentaremos o aparato teórico em que nos apoiamos para a análise e discussão dos dados e discutiremos a forma de apresentação da revisão teórica associada à análise dos dados na tese.

2.2 Composição dos *corpora*

2.2.1 *Corpus* do português europeu

Para a análise das construções de tópico do português europeu dos séculos XVIII e XIX e do português brasileiro do século XIX, estabelecemos como *corpora* cartas e também algumas peças de teatro escritas nesse período, em ambas as variedades.

As cartas e as peças de teatro do português europeu foram recolhidas no *Corpus* do Projeto Tycho Brahe⁴, organizado pela equipe coordenada pela professora Dr^a Charlotte

³ O século XVIII não foi incluso porque não encontramos cartas pessoais escritas por brasileiros nesse período.

Galves, da UNICAMP. Esse *corpus* contém o registro de textos do português europeu do século XVI ao século XIX. Dentre eles, foram escolhidos os seguintes:

Século XVIII

Cartas	Período de produção	No. de cartas	No. de páginas
CAVALEIRO DE OLIVEIRA (Francisco Xavier de Oliveira). <i>Cartas</i> (selecção, prefácio e notas de Aquilino Ribeiro). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1982.	1736 – 1737	42	204
COSTA, António da. <i>Cartas do Abade António da Costa</i> (introdução e notas de Fernando Lopes Graça). Lisboa: Cadernos da Seara Nova, 1946.	1750 – 1780	13	111
ALORNA, Marquesa de. <i>Inéditos – Cartas e Outros Escritos</i> . (selecção, prefácio e notas do prof. Hernâni Cidade). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1941.	1775 – 1802	52	192

Século XIX

Cartas	Período de produção	No. de cartas	No. de páginas
GARRETT, Almeida. <i>Cartas de Garrett</i> . (apresentação e edição por Segismundo Spina). São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1997.	1820–1854	168	143
ORTIGÃO, Ramalho. <i>Cartas a Emília</i> . (Introdução, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini). Lisboa, Lisóptima Edições - Biblioteca Nacional, 1993.	1870–1914	45	109
QUEIROZ, J. M. Eça de & MARTINS, J. P. Oliveira. <i>CORRESPONDÊNCIA</i> . (Texto introdutório de Paulo Franchetti. Fixação do texto, notas e comentários de Beatriz Berrini). Campinas: Editora da Unicamp, 1995.	1884–1894	68	122

Texto de teatro - Século XIX

GARRETT, Almeida. (1799-1854) *Theatro: Falar verdade a mentir; As Prophecias do Bandarra e Camões do Rocío*. Lisboa: Empresa da Historia de Portugal - Sociedade Editora, 1904.

⁴ Esse *corpus* está disponível no site: <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>.

2.2.2 Corpus do português brasileiro

Em relação às cartas e às peças de teatro escritas por brasileiros, do século XIX, foram coletadas no acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, de acordo com a seguinte seleção:

Século XIX

Cartas	Período de produção	No. de cartas	No. de páginas
ASSIS, Machado de. <i>Correspondência</i> . Colligida e anotada por Fernando Nery. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1944.	1868-1908	280	432
<i>Obras completas de Castro Alves: Correspondência e crítica</i> . Coordenação de Alfredo Mariano de Oliveira. Rio de Janeiro: Livraria Editora H. Antunes & C ^a , 1920.	1868-1871	18	42
<i>Cartas de Machado de Assis e Euclides da Cunha</i> . Coligidas por Renato Travassos. Rio de Janeiro: Waissman Reis e Cia Ltda, 1931.	1894-1904	126	118
NABUCO, Joaquim. <i>Cartas a amigos</i> . Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. vol.I.	1864-1898	218	296
NABUCO, Joaquim. <i>Cartas a amigos</i> . Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. vol.II.	1899-1909	234	338
<i>Correspondência do Conselheiro Manuel P. de Souza Dantas</i> . Arquivo da Casa de Rui Barbosa; Casa de Rui Barbosa, 1962.	1872-1890	162	133

Textos de teatro

ALENCAR, José Martiniano de. *As azas de um anjo: comedia*. 3.ed. rev. Rio de Janeiro: H. Garnier [1917?⁵] – Peça representada no Gymnasio Dramático, em junho de 1858.

ALENCAR, José de. *Mãe*. Drama em quatro actos. 3. ed. revista. Rio de Janeiro: H. Garnier. 1859.

ASSIS, Machado de. *Theatro*. Rio de Janeiro: W.M.Jackson Inc., 1942. (peças produzidas no período de 1860 a 1880)

⁵ Data suposta de publicação.

Embora saibamos das dificuldades em se trabalhar com textos do tipo cartas, por não refletirem uma situação normal de diálogo, mas um diálogo à distância no espaço e no tempo, elas foram selecionadas porque evidenciam um tipo de produção de texto em que o escritor tem em mente um leitor determinado e que tem um conhecimento em comum com ele. Em função disso, acreditamos que o escritor sintá-se “mais livre” em sua produção lingüística, uma vez que está escrevendo para amigos, o que, talvez, permita coletar dados mais próximos da língua-I (nos termos de Chomsky).

Quanto às peças de teatro, embora acreditemos que sua produção lingüística seja mais formal do que a das cartas, uma vez que são textos escritos para leitores (ou público) não específicos e/ou indeterminados, elas foram escolhidas porque foram escritas para serem faladas, e, em suas falas, podem ser retratados os usos espontâneos da língua e, conseqüentemente, evidências do conhecimento da língua-I da época.

É fato, entretanto, que mesmo que trabalhemos com gêneros que estejam “mais próximos” da oralidade e que talvez reflitam a espontaneidade lingüística dos falantes, não podemos deixar de considerar que não se pode atestar a (a)gramaticalidade de algumas construções. Além disso, mesmo que os gêneros escolhidos para a análise se aproximem da oralidade, existe uma formalidade própria da escrita que, de certa forma, “coíbe” a manifestação dos fenômenos orais. Queremos dizer com isso que, mesmo que um dado não esteja presente nos *corpora* analisados, talvez ele possa ter existido na oralidade, mas não registrado na escrita, por fatores outros que não sejam especificamente gramaticais, como cita Kroch (1989, p.1): *non-occurrence in a corpus may always be due to non-grammatical, contextual factors or even to chance*⁶. É o problema que se tem ao se trabalhar com dados históricos.

Tais problemas poderiam levar ao arrefecimento das pesquisas na história da língua, na perspectiva da teoria gerativa, que é a adotada neste trabalho, uma vez que a validade dos dados ou das hipóteses não poderia estar sendo testada de forma negativa, como é prática nos estudos desenvolvidos nessa perspectiva teórica. Mas pesquisar dados lingüísticos historicamente pode ser justificado se considerarmos que as formas lingüísticas podem ser comparadas com dados de outras línguas ou da mesma língua, em diferentes períodos, fornecendo evidências da estrutura gramatical dessas línguas bem como dos traços que a ligam a uma gramática universal.

⁶ Tradução: não-ocorrência em um corpus pode ser sempre devido a fatores contextuais, não-gramaticais, ou mesmo ao acaso.

2.3 A identificação dos dados

2.3.1 Em relação às cartas do português europeu

Em relação às cartas, os dados estão identificados seguindo a seguinte ordem:

- iniciais do nome do autor em maiúscula
- número da carta
- número da página

Por exemplo:

(RO.1.24.pe.19) → RO = Ramalho Ortigão; 1 = número da carta; 24 = número da página.

No quadro referente às cartas do português europeu, é possível perceber que as cartas dispostas nos livros se referem a apenas um autor. Por exemplo, no livro de Cavaleiro de Oliveira, as cartas citadas são apenas dele. Mas há um caso em que temos cartas de dois autores em um mesmo livro. É o caso do seguinte livro: *QUEIROZ, J. M. Eça de & MARTINS, J. P. Oliveira. CORRESPONDÊNCIA*. Nele, existem cartas de Eça de Queiroz e de Oliveira Martins. Para identificar os autores das cartas e ao mesmo tempo localizá-los como pertencentes ao livro de Queiroz e Martins, decidimos utilizar o seguinte procedimento:

- OM para as cartas escritas por Oliveira Martins
- EQ para as cartas escritas por Eça de Queiroz,

Essas iniciais serão seguidas pela abreviatura do nome dos autores do livro: QM, representando Queiroz e Martins. Por exemplo: OM.QM ou EQ.QM.

Para os outros autores, tal critério é dispensável, uma vez que o nome do autor do livro é o mesmo das cartas. Tem-se, então, a seguinte representação para os nomes dos autores:

Século XVIII:

MA = Marquesa de Alorna

CO = Cavaleiro de Oliveira

AC = Antonio da Costa

Século XIX:

AG = Almeida Garrett

OM.QM = Oliveira Martins

EQ.QM = Eça de Queiroz

RO = Ramalho Ortigão

O enquadramento das cartas por século segue o período da aquisição da língua pelos autores. Explicando melhor: os autores, com exceção de dois, escreveram as cartas no mesmo século em que nasceram. Os dois que não se enquadram nessa classificação são Almeida Garrett e Ramalho Ortigão. O primeiro, por ter nascido no último ano do século XVIII, tem sua produção considerada como do século XIX, visto que, supostamente, o período de aquisição de sua língua provavelmente⁷ ocorreu no século XIX. Quanto ao segundo, Ramalho Ortigão, nasceu no século XIX, com conseqüente aquisição da língua também neste século, mas suas produções estenderam-se até o início do século XX. O fato de ele ter adquirido a língua no século XIX, e vivido neste século até a idade de 64 anos, indica-nos que o seu conhecimento lingüístico é do século XIX, mesmo que ele tenha escrito cartas até o ano de 1914. A distribuição dos autores com seus respectivos períodos de vida encontra-se abaixo:

⁷ Dizemos *provavelmente* porque, em termos lingüísticos, há a possibilidade de duas situações: ou a língua no final do século XVIII poderia já estar apresentando características do século XIX ou a língua do início do século XIX ainda tinha muitas características da língua do século XVIII. Afinal, a língua não muda automaticamente em função da mudança de século. Controlando os dados lingüísticos dos séculos XVIII e XIX, Paixão de Souza (2004) acredita que a produção lingüística de Almeida Garrett faça parte do século XIX.

Autor	Período de vida	Século⁸
Cavaleiro de Oliveira	→ 1702-1783 →	XVIII
Antonio da Costa	→ 1714- ? →	XVIII
Marquesa D'Alorna	→ 1750-1839 →	XVIII
Almeida Garrett	→ 1799-1854 →	XIX
Ramalho Ortigão	→ 1836-1915 →	XIX
Oliveira Martins	→ 1845-1894 →	XIX
Eça de Queiroz	→ 1845-1900 →	XIX

2.3.2 Em relação ao texto de teatro do português europeu

O texto de teatro utilizado para a análise é de Almeida Garrett, um dos autores também de cartas. A escolha do texto de teatro de um mesmo autor de cartas teve como objetivo comparar registros, quando necessário, uma vez que, como foi explicado acima, os textos de teatro tentam se aproximar da linguagem cotidiana através da fala de alguns personagens. Nesse caso, é provável que o autor registre ocorrências do uso espontâneo da língua, apresentando algumas diferenças do que escreve nas cartas.

Para a identificação do texto de teatro foram utilizadas as seguintes representações:

- Iniciais do autor em maiúscula
- Título da peça em itálico
- Número da página
- Nome da personagem

Por exemplo:

(AG.*Camões do Rocio*.100.Mariana) → AG = Almeida Garrett; *Camões do Rocio* = nome da peça; 100 = número da página; Mariana = nome da personagem.

⁸ A mesma classificação é adotada por Paixão de Souza (2004).

2.3.3 Em relação às cartas do português brasileiro

O critério usado na identificação das cartas escritas por portugueses também foi utilizado para a identificação das cartas escritas por brasileiros:

- iniciais do nome do autor em maiúscula
- número da carta
- número da página

Em relação às iniciais do nome do autor, entretanto, uma modificação teve de ser feita em algumas abreviaturas: acréscimo de mais uma letra no final. Tal recurso foi necessário somente nos casos em que as iniciais dos nomes dos autores brasileiros ficaram iguais aos nomes dos autores portugueses. Por exemplo: se colocássemos MA para Machado de Assis, teríamos a mesma forma MA para Marquesa D'Alorna ou para Mário de Alencar. Desse modo, para diferenciarmos os dados desses três autores, acrescentamos uma letra no final da abreviatura, ficando desta forma MAS para Machado de Assis e MAR para Mário de Alencar.

Tem-se então:

(MAS.48.124) → MAS = Machado de Assis; 48 = número da carta; 124 = número da página

Ou

(CA.8.160) → CA = Castro Alves; 8 = número da carta; 160 = número da página.

Assim como no *corpus* do português europeu, também no *corpus* do português brasileiro, encontramos livros que contêm cartas de diversos autores, como o de Machado de Assis, o de Castro Alves e o de Manuel Dantas. Nesses livros, além das cartas escritas por estes autores, constam as cartas a eles destinadas. Resolvemos trabalhar também com essas cartas porque talvez elas pudessem não só acrescentar mais dados à nossa análise, mas também contribuir para melhor identificação do uso lingüístico da época em estudo.

Seguindo o critério adotado para o livro de Queiroz e Martins no português europeu, representaremos essas cartas da seguinte forma: colocaremos as iniciais do autor da carta no início, seguidas pelas iniciais do autor do livro, como representado abaixo:

RB.MD = Rui Barbosa – autor da carta; MD = Manuel Dantas – autor do livro.

Além disso, há outro fato que merece ser destacado: existem dois volumes com as correspondências escritas por Joaquim Nabuco. Nesse caso, usamos a representação JN1 para o primeiro volume e JN2 para o segundo.

As abreviaturas referentes aos autores de cujas cartas foi feita a análise são as seguintes:

CA = Castro Alves

EC = Euclides da Cunha

JN = Joaquim Nabuco

MAS = Machado de Assis

MD = Manoel Dantas

As abreviaturas referentes aos autores das cartas inseridas nos livros dos autores citados acima são as seguintes:

Em Castro Alves (CA):

AGS = Augusto Guimarães

Em Machado de Assis (MAS):

JA = José de Alencar

JV = José Veríssimo

LM = Lúcio de Mendonça

MAR = Mário de Alencar

SM = Salvador de Mendonça

Em Manoel Dantas (MD):

RB = Rui Barbosa

Os escritores brasileiros podem ser considerados como pertencentes ao século XIX, em função dos mesmos critérios usados para a identificação dos escritores do português europeu: data de nascimento conjugado ao período de aquisição da língua. Temos então os seguintes dados relacionados ao período de nascimento dos escritores citados acima:

Autor		Período de vida		Século
Augusto Guimarães	→	? ⁹	→	XIX
José de Alencar	→	1829-1877	→	XIX
Manoel Dantas	→	1831-1894	→	XIX
Machado de Assis	→	1839-1909	→	XIX
Salvador de Mendonça	→	1841-1913	→	XIX
Castro Alves	→	1847-1871	→	XIX
Joaquim Nabuco	→	1849-1910	→	XIX
Rui Barbosa	→	1849-1923	→	XIX
Lúcio de Mendonça	→	1854-1909	→	XIX
José Veríssimo	→	1857-1916	→	XIX
Euclides da Cunha	→	1866-1909	→	XIX
Mário de Alencar	→	1872-1925	→	XIX

É preciso salientar que o critério utilizado para a localização da produção lingüística de Ramalho Ortigão também foi utilizado para os autores brasileiros que nasceram no século XIX, mas tiveram “adentramento” no século XX, como é o caso de Machado de Assis, Salvador de Mendonça, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Lúcio de Mendonça, José Veríssimo, Euclides da Cunha e Mário de Alencar. Embora tenhamos encontrado cartas desses autores com datação do século XX, preferimos considerar sua produção lingüística relacionada ao século XIX, uma vez que, no século XX, sua aquisição lingüística já estava consolidada.

⁹ Não foram encontrados registros sobre a data de nascimento e de falecimento do autor. Mas pela biografia de Castro Alves, de quem era amigo e também cunhado, concluímos que eram contemporâneos e que, conseqüentemente, Augusto Guimarães é do século XIX.

2.3.4 Em relação ao texto de teatro do português brasileiro

Os textos de teatro tomados para análise têm dois escritores representativos: José de Alencar e Machado de Assis. A escolha deste último deveu-se ao fato de ele também ser escritor de cartas e, talvez, em seu texto de teatro pudéssemos coletar dados diferentes dos que ele colocou em suas cartas, pelo motivo já observado acima: de que o texto de teatro pode conter falas de personagens que revelem amostras da língua-I. A escolha do primeiro, entretanto, teve como suporte a idéia difundida de que José Alencar é um dos pioneiros a usar algumas construções que são típicas do português brasileiro.

A identificação dos dados segue os mesmos critérios adotados para o português europeu. Desse modo, temos:

- Iniciais do autor em maiúscula
- Título da peça em itálico
- Número da página
- Nome da personagem

Por exemplo:

(MAS-*Quasi Ministro*.198.Matheus) → MAS = Machado de Assis; *Quase Ministro* = título da peça; 198 = número da página; Matheus = nome da personagem.

2.3.5 A distinção entre as duas variedades e os séculos

Para diferenciar o *corpus* do português europeu do *corpus* do português brasileiro, incluindo-se a distinção entre os séculos, após a identificação do dado, com o nome do autor, número da carta e número da página, foi colocada a abreviatura pe para o português europeu, seguida da identificação do século em números arábicos; e pb para o português brasileiro, também seguida da identificação do século.

Por exemplo:

(AC.3.46.pe.18) → AC = Antonio da Costa; 3 = número da carta; 46 = número da página; pe = português europeu; 18 = século XVIII.

(AG.94.83.pe.19) → AG = Almeida Garrett; 94 = número da carta; 83 = número da página; pe = português europeu; 19 = século XIX

(EC.30.79.pb.19) → EC = Euclides da Cunha; 30 = número da carta; 79 = número da página; pb = português brasileiro; 19 = século XIX.

2.3.6 Marcação dos elementos lingüísticos

A identificação da função dos elementos lingüísticos na análise dos dados dos *corpora* teve a seguinte marcação:

- se tópico, encontram-se grifados;
- se foco, usamos um outro tipo de letra¹⁰;
- se outra função, foi usado o negrito.

Por exemplo:

“Quanto a nós dois **particularmente** nada em minha vida me parece tão generoso da parte da Providência como a sua amizade.” (JN2.142.201-202.pb.19)

Tópico: Quanto a nós dois

Advérbio: **particularmente**

Foco: nada em minha vida

2.4 Análise dos dados

A análise dos dados vai levar em consideração as construções de tópico em contexto de orações matrizes e de coordenadas, procurando-se identificar: (i) as características semânticas do DP e as características discursivas das construções de tópico; (ii) os tipos presentes de construções de tópico; (iii) a posição dos tópicos na oração; (iv) a relação entre o tópico e a ordem dos constituintes na oração, como o sujeito e o verbo; (v) a relação do tópico

¹⁰ Preferimos não usar a marcação do foco em caixa alta nos dados dos *corpora*, como é convencional na literatura lingüística, para preservarmos a originalidade da escrita do texto.

com a posição dos clíticos. Para tanto, estamos seguindo as abordagens teóricas abaixo apresentadas:

- quanto à caracterização do tópico numa perspectiva pragmático-discursiva: Lambrecht (1996);
- quanto à identificação do tipo de construção do tópico: Cinque (1990), Raposo (1996), Galves (1998, 2001) e Brito, Duarte e Matos (2003);
- quanto à análise do movimento do tópico: Raposo (1996), Rizzi (1977, 2002), Kato (1998a), Belletti (1999, 2002, 2003) e Benincà (2004);
- quanto à análise dos parâmetros e da checagem de traços de acordo com o Programa Minimalista e com a Teoria das Fases: Chomsky (1995, 1998, 1999, 2001) e Rizzi (2004).

2.4.1 A análise dos dados no contexto da tese

Em relação à análise dos dados, há duas considerações que devem ser feitas. Primeira: os dados foram analisados conjuntamente, tanto os do português europeu (XVIII e XIX) quanto os do português brasileiro (XIX). Só realizamos a análise em separado nos casos em que havia diferenças salientes entre eles. Segunda: estamos apresentando um direcionamento metodológico diferente do procedimento comum no que se refere à apresentação do aparato teórico e análise dos dados. Decidimos apresentar as discussões teóricas acompanhadas, quando possível, com a exemplificação dos dados dos *corpora* e, dentro do mesmo capítulo, análise pertinente entre o que está sendo discutido teoricamente e os dados dos *corpora*. Esse procedimento é justificado por uma questão de ordem prática: acreditamos que a análise se torna mais direta e objetiva porque se evita a apresentação do aparato teórico separadamente e depois a sua retomada na análise dos dados, o que, de certa forma, favorece a repetição dos fundamentos teóricos. Desse modo, não teremos um capítulo especificamente de análise, uma vez que, em cada um, já teremos a análise pertinente ao assunto em questão. Na conclusão, faremos a junção dos dados encontrados “ao longo do caminho”.

CAPÍTULO 3

Tópico: uma abordagem semântico-discursiva

3.1 Abrindo o capítulo

Pretendemos discutir neste capítulo a noção de tópico, indicando as características semântico-pragmáticas que definem um elemento lingüístico como tópico e qual a sua função tanto na estrutura da informação quanto na estrutura gramatical. Além disso, temos como objetivo correlacionar a estrutura da informação com a estrutura gramatical, com o intuito de analisar a contribuição ou a influência que uma exerce sobre a outra, e de como isso se reflete na organização dos constituintes da frase, uma vez que a posição dos constituintes pode indicar como a informação está sendo construída: ou a partir do novo para o dado ou do dado para o novo. Como o assunto em questão se refere às construções de tópicos marcados deslocados à esquerda, vão ser enfatizadas as construções que se iniciam do dado para o novo.

Seguindo o objetivo proposto, este capítulo abordará, no item 3.2, o lugar do tópico na estrutura da informação, incluindo-se aí a sua relação com a informação, com o dado e o novo, com a asserção e a pressuposição, e, conseqüentemente, com o foco; no item 3.3, o caráter do tópico de “ser sobre alguma coisa”; no item 3.4, a caracterização semântica do tópico, considerando-se: a referencialidade, a identificabilidade e a ativação; e, no item 3.5, os tipos de juízo expressos pela oração com tópico.

3.2 O tópico e a estrutura da informação

3.2.1 A estrutura da informação

A estrutura da informação se refere à distribuição, na oração (ou no texto), dos elementos lingüísticos que refletem ou o conhecimento comum entre os interlocutores – informação dada – ou o conhecimento só do falante/escritor acerca de algum fato ou evento – informação nova. Essa consideração do que seja informação dada ou nova parte do ponto de vista do falante/escritor que julga se o que está sendo dito/escrito é ou não de conhecimento do ouvinte/leitor. A depender do modelo teórico, a relação entre esses dois tipos de informação pode ser expressa pelos seguintes rótulos: tema/rema; tópico/comentário; tópico/foco e foco/background¹ (cf. SWART; HOOP, 1995).

Halliday e Hasan (1976), que trabalham com a língua sob uma perspectiva funcional, dizem que a estrutura da informação não pode ser considerada de forma independente dos três componentes semântico-funcionais no sistema lingüístico: o IDEACIONAL, o INTERPESSOAL e o TEXTUAL, que são assim caracterizados: o Ideacional relaciona-se com o conteúdo, com a função que a língua tem de ser sobre alguma coisa; o Interpessoal refere-se à função social, expressiva e conativa da língua e aos modos que o falante/escritor escolhe para construir a oração; e o Textual se relaciona com os recursos que a língua disponibiliza para a criação de um texto, de modo que ele seja relevante com ele mesmo e com o contexto de situação.

O componente textual, além da organização dos elementos lingüísticos, incorpora padrões de significado, como a estrutura da INFORMAÇÃO. Essa estrutura, de acordo com Halliday e Hasan (1976), é o ordenamento do texto em unidades de informação na base da distinção entre DADO e NOVO. O primeiro se refere à informação que o falante/escritor reconhece como recuperável para o ouvinte/leitor a partir de alguma fonte ou outra no ambiente – a situação ou o texto precedente; e o segundo se refere à informação que o falante/escritor está tratando como não recuperável para o ouvinte/leitor a partir de outra fonte. Embora tudo no texto ou na frase tenha algum status no quadro ‘dado-novo’, o elemento DADO é opcional enquanto o NOVO está presente em toda unidade de informação, uma vez que sem ele não haveria uma unidade de informação separada.

Lambrecht (1996), diferentemente de Halliday e Hasan (1976), restringe a estrutura da informação a um componente da gramática, mais especificamente da gramática da sentença, o

¹ Manteve-se aqui o termo em inglês porque já é de uso corrente no Brasil, mas, entende-se por *background* as informações prévias necessárias para o conhecimento de uma nova.

que a leva a ser um fator determinante na estruturação formal das sentenças, envolvendo tanto os aspectos formais quanto os cognitivos da linguagem.

Diferenciando a PRAGMÁTICA CONVERSACIONAL – que se ocupa com a questão de a mesma forma de uma sentença poder expressar dois ou mais significados - da PRAGMÁTICA DO DISCURSO – que trata do fato de o mesmo significado ser expresso por duas ou mais formas de sentenças –, Lambrecht (1996) enfatiza que a estrutura da informação se relaciona indiretamente aos princípios da pragmática conversacional, mas, diretamente, aos princípios da pragmática do discurso porque, na primeira, as inferências que um ouvinte/leitor gera, a partir da relação entre a forma de uma sentença e o contexto conversacional particular em que a sentença é pronunciada, são determinadas pelos princípios gerais que são aplicáveis não só à língua, mas também a qualquer outro domínio da atividade; enquanto, na segunda, a relação entre uma dada forma da sentença e a função da sentença no discurso é diretamente determinada pela regras e por princípios da gramática, ambos específicos de uma língua e universais.

Devido à sua relação com a pragmática do discurso, Lambrecht (1996, p. 5) sugere a seguinte definição para a estrutura da informação:

That component of sentence grammar in which propositions as conceptual representations of states of affairs are paired with lexicogrammatical structures in accordance with the mental states of interlocutors who use and interpret these structures as units of information in given discourse contexts.²

Estando a estrutura da informação subordinada à gramática, ela se manifesta formalmente em aspectos de prosódia, em marcadores gramaticais especiais, na forma dos constituintes sintáticos, na posição e ordenamento de tais constituintes na sentença, na forma das construções gramaticais complexas e em certas escolhas entre itens lexicais relacionados. Desse modo, a estrutura da informação intervém em todos os níveis do sistema gramatical que dêem suporte ao significado.

Para exemplificar essa noção, Lambrecht (1996, p. 14) cria o seguinte contexto para comparar o inglês, o italiano e o francês: um ônibus atrasa a sua saída porque uma senhora, carregada de sacos de compras, embarca no ônibus muito vagarosamente e depois se dirige

² Tradução: Aquele componente da gramática da sentença em que as proposições como representações conceituais de estados de casos estão emparelhadas com as estruturas léxico-gramaticais de acordo com os estados mentais dos interlocutores que usam e interpretam essas estruturas como unidades de informação em dados contextos discursivos.

para os outros passageiros impacientes dizendo a seguinte sentença com um sorriso de desculpa:

(1) Inglês: MY CAR broke down.³
'Meu carro quebrou'

(2) Italiano: Mi si è rotta la MACHINA.

(3) Francês: J'ai ma VOITURE qui est en PANNE.

Analisando as três realizações, Lambrecht (1996) identifica que, apesar de o contexto ser o mesmo, as línguas apresentam diferentes construções para expressar o mesmo conteúdo, tanto sintaticamente quanto pragmaticamente; ou seja, cada língua escolheu um padrão formal diferenciado, neste contexto, para expressar a estrutura da informação. No inglês, a ordenação dos constituintes, geralmente, obedece a um mesmo padrão; desse modo, o elemento que deve receber o acento focal⁴ pode ocorrer em qualquer posição, porque é marcado prosodicamente: no exemplo em (1), o primeiro constituinte, o sujeito pré-verbal, é que foi marcado, MY CAR. O italiano, entretanto, pode escolher duas posições para marcar o seu acento focal no sujeito: ou a posição pré-verbal (se a interpretação for contrastiva) ou a pós-verbal; no caso do exemplo em (2), a posição escolhida foi a da marcação do foco no último constituinte MACCHINA, do sujeito pós-verbal. O francês, em (3), diferencia-se dessas duas línguas porque, além de marcar dois constituintes com acento focal VOITURE e PANNE, ainda apresenta a construção clivada [*j'ai X qui est...*].

Os padrões gramaticais ilustrados nesses três exemplos só podem ser entendidos em toda sua complexidade se considerarmos a especificidade de cada língua e a relação entre os vários componentes da gramática: semântica, morfossintaxe, prosódia e os requerimentos da estrutura da informação.

Os exemplos nas três línguas evidenciam, portanto, que a forma (a organização dos constituintes na sentença) não é a mesma translingüisticamente, e não podemos dizer que o seja nem mesmo dentro de uma mesma língua; afinal, a possibilidade de diferentes situações contextuais é infinita, mas as estruturas gramaticais disponíveis para um falante/escritor não o são; ou seja, a organização dos constituintes, para atender um determinado requerimento comunicativo, pode até apresentar variação, mas essa variação deve estar de acordo com a

³ Os termos em maiúscula representam o foco da oração.

⁴ O elemento que recebe o acento focal é indicado na escrita em caixa alta, seguindo a convenção na literatura lingüística, como se pode ver nos exemplos em (1)-(3).

estrutura gramatical de cada língua. Os falantes/escritores não criam novas estruturas para expressarem novos fatos; antes, ativam partes diferentes da estrutura existente de acordo com suas intenções comunicativas. Desse modo, temos que a análise da estrutura da informação permite identificar a motivação pragmática da forma gramatical, mas não dá conta do processo através do qual as restrições da estrutura da informação são mapeadas na estrutura gramatical.

3.2.2 As categorias da estrutura da informação

A estrutura da informação, além de sua relação com a estrutura gramatical, também está relacionada à pragmática do discurso, o que implica dizer que ela faz parte do universo do discurso, que é dividido em duas partes: mundo externo ao texto – os participantes da conversação, o cenário – e mundo interno ao texto – expressões linguísticas e seus significados.

Dentre as categorias do mundo interno, as que mais se destacam para a organização da estrutura da informação são: (i) PRESSUPOSIÇÃO e ASSERÇÃO, que têm a ver com a estruturação de proposições em porções que um falante/escritor assume que um ouvinte/leitor já sabe ou ainda não sabe; (ii) IDENTIFICABILIDADE e ATIVAÇÃO, que se relacionam com a assunção do falante/escritor sobre o *status* das representações mentais dos referentes do discurso na mente do ouvinte/leitor no momento da enunciação; e (iii) TÓPICO e FOCO, referentes ao julgamento do falante/escritor acerca da relativa predizibilidade ou não das relações entre proposições e seus elementos em dadas situações discursivas. Essas categorias estão relacionadas às representações do discurso das entidades e estados de casos nas mentes dos participantes do discurso, e não com as propriedades de entidades do mundo real. Desse modo, informar alguém sobre alguma coisa significa induzir uma mudança no estado de conhecimento daquela pessoa, adicionando uma ou mais proposições (cf. LAMBRECHT, 1996).

A depender dos estados mentais dos interlocutores, das suas representações mentais, do conhecimento que eles têm sobre determinado assunto, estabelece-se o valor da informação. A partir do valor, a informação pode ser considerada ou NOVA ou VELHA. É NOVA se não fizer parte do conhecimento existente na mente do ouvinte/leitor. É VELHA se o falante/escritor presumir que ela já está disponível na mente do ouvinte/leitor no momento da

produção lingüística, ou seja, se houver uma pressuposição do conhecimento dessa informação entre ambos.

Lambrecht (1996) considera que tanto a informação NOVA quanto a VELHA correspondem a proposições e não podem ser equiparadas aos itens lexicais; desse modo, não se pode segmentar uma informação como se faz com uma sentença, uma vez que a parte normalmente considerada NOVA ou VELHA não pode funcionar sozinha como informação sem que esteja conectada à outra. Além disso, só o contexto pode definir o que pode ser considerado NOVO ou VELHO. Para o autor, na verdade, o que se tem não é uma diferença entre informação NOVA ou VELHA, mas uma diferença nos estados assumidos das representações dos referentes dos vários constituintes da sentença na mente do ouvinte/leitor no momento da produção lingüística.

Não se pode negar, contudo, que o valor da informação como NOVA ou VELHA é refletido lingüisticamente através dos itens lexicais, de sua arrumação na sentença ou do acento prosódico que recebe. As manifestações lingüísticas, consideradas como dadas na mente do ouvinte/leitor, funcionam como um ponto de partida verbal ao qual a nova informação é acrescentada.

A informação velha evocada pela sentença é chamada, por Lambrecht (1996), de PRESSUPOSIÇÃO PRAGMÁTICA e a informação nova expressa pela sentença é a ASSERÇÃO PRAGMÁTICA. A primeira se refere ao

set of propositions lexicogramatically evoked in a sentence which the speaker assumes the hearer already knows or is ready to take for granted at the time the sentence is uttered (p. 52)⁵

A segunda se refere à

proposition expressed by a sentence which the hearer is expected to know or take for granted as a result of hearing the sentence uttered (p. 52)⁶

A pressuposição e a asserção são, portanto, proposições que coexistem na mesma sentença. Fazer uma asserção é estabelecer uma RELAÇÃO entre um conjunto de proposições

⁵ Tradução: conjunto de proposições evocadas lexicogramaticalmente em uma sentença que o falante/escritor presume que o ouvinte/leitor já sabe ou está pronto para compreender no momento em que a sentença é pronunciada.

⁶ Tradução: proposição expressa por uma sentença que se espera que o ouvinte/leitor conheça ou compreenda depois de ouvir a sentença pronunciada.

pressupostas (que pode até ser vazio) e uma proposição não-pressuposta, a última sendo, de algum modo, adicionada à primeira.

Apesar de os termos pressuposição / informação velha / tópico e asserção / informação nova / foco serem usados ora como sinônimos ora como diferentes, alguns autores consideram que esses três conceitos, respectivamente, devem estar separados. Para Reinhart (1982)⁷, por exemplo, os tópicos das sentenças devem ser definidos em termos de conteúdo pragmático⁸, correspondendo a uma expressão na sentença, mas que não são necessariamente informações VELHAS. Para apoiar o seu ponto de vista, a autora toma como referência a análise que Strawson (1964)⁹ faz das descrições definidas, como no exemplo abaixo

(4) a. The King of France visited the exhibition yesterday¹⁰
 ‘o rei da França visitou a exposição ontem’

b. The exhibition was visited by the King of France
 ‘a exposição foi visitada pelo Rei da França’

Analisando os dois exemplos em (4), tem-se que ocorre falha de pressuposição quando o DP [*the king of the France*] é um tópico, como em (4a), diferente do que ocorre em (4b), em que a sentença pode ser submetida à avaliação no seu valor de verdade porque esse DP é parte do predicado. Isso significa que em (4b) a sentença será considerada falsa porque, na possível checagem da lista das pessoas que compareceram ao evento, não será encontrado nenhum [*King of France*]. Em (4a), diferentemente, tem-se uma sentença que se inicia com um tópico [*The king of France*] embora não haja nenhum referente relacionado a essa expressão; a sentença, portanto, não pode ser avaliada em termos de veracidade ou falsidade, porque esse tópico não tem referência. Desse modo, tem-se, em (4a), uma falha na pressuposição, mas não no valor de verdade, o que demonstra que o tópico não está necessariamente ligado à informação VELHA. Ou seja, em (4a), o DP é tópico, mas não pode ser considerado informação VELHA porque o seu referente não existe.

⁷ *Apud* Swart; Hoop (1995).

⁸ Entende-se por conteúdo pragmático o conteúdo que depende de um determinado contexto, e não apenas das expressões lingüísticas. Por exemplo: *O Mercedes de João é magnífico*. O fato de João ser rico (e daí poder comprar um Mercedes), embora não seja expresso na oração, faz parte do conteúdo pragmático dessa sentença e, conseqüentemente, da pressuposição; por isso Reinhart (1982) prefere a noção de tópico em termos de conteúdo pragmático porque se João realmente não tiver um Mercedes, a sentença vai ser falsa e, conseqüentemente, o seu conteúdo pragmático; daí não se pode dizer que *o Mercedes de João* seja uma informação velha.

⁹ Reinhart (1982 *apud* SWART; HOOP, 1995)

¹⁰ *Apud* Swart; Hoop (1995, p. 4 (14)).

Lambrecht (1996), por sua vez, considera que existe uma relação pragmática entre tópico e pressuposição e entre foco e asserção, mas não os considera sinônimos, porque, para ele, o tópico é incluído na pressuposição sem ser idêntico a ela e o foco é parte de uma asserção sem coincidir com ela. Esses conceitos, dentro dessa perspectiva, não são gramaticais, mas pragmáticos, porque tanto a pressuposição quanto a asserção não são constituintes sintáticos, mas mantêm uma relação semântico-pragmática com esses constituintes.

Zubizarreta (1998) também considera que não se pode definir tópico e foco a partir da noção de velho/novo, mas em termos das noções pragmáticas de pressuposição e asserção. Sob essa visão, a pressuposição (ou o tópico) é constituída pelo conjunto de proposições partilhado pelo ouvinte/leitor e pelo falante/escritor e suposto de ser verdadeiro em um dado momento e em uma dada situação de discurso. A parte não pressuposta (ou foco) constitui a asserção. Em uma frase como a seguinte:

(5) Foi UM ARTIGO o que João escreveu.

Zubizarreta (1998) considera que a pressuposição é que [João escreveu x] e a asserção é o valor assinalado ao objeto lógico [foi um ARTIGO], sendo o foco, portanto, o constituinte clivado [UM ARTIGO].

De acordo com esta perspectiva, embora a informação NOVA seja geralmente parte do foco, a informação VELHA pode fazer parte tanto da asserção quanto da pressuposição. As noções de informação NOVA vs. VELHA são noções discursivas sem nenhuma contraparte gramatical; por isso as noções de pressuposição/asserção são preferidas às de informação VELHA/NOVA, porque aquelas, mas não estas, provocam impacto na Forma Lógica (LF) de uma sentença (cf. ZUBIZARRETA, 1998).

Embora esses autores tratem dessas noções separadamente, observamos que, vez por outra, eles as usam como sinônimos. Na tentativa de procurar a melhor alternativa para solucionar a relação entre esses termos, avaliamos aqui que, apesar da aparente “distinção” entre os termos ou conceitos, o que temos, na verdade, é uma diferença de perspectiva. Assumimos aqui que a pressuposição e a asserção se referem a noções cognitivas, não são, portanto, realizadas em elementos lingüísticos, mas evocadas a partir deles. Essas noções cognitivas têm como correlatos respectivos na semântica os seguintes termos: informação VELHA e NOVA, que se refere à avaliação que o falante/escritor, colocando-se na perspectiva do ouvinte/leitor, levanta acerca de um fato, considerando-o como uma informação dada ou

nova para este. O correlato dessas noções na sintaxe são o tópico e o foco. Desse modo, defendemos que quando se fala em pressuposição, está-se falando da operação cognitiva de geração de inferências que é ativada a partir do elemento lingüístico na posição de tópico e que reconhece uma informação como dada/velha semanticamente; e a asserção se refere ao processo cognitivo de apresentar uma informação por meio de um elemento lingüístico na posição de foco, que se constitui uma informação nova semanticamente. É o que pode ser visto no seguinte exemplo:

(6) O campeão dos Pesos Leves entregou a Tocha Olímpica a Ronaldinho.

No exemplo em (6), tem-se como tópico “o campeão dos Pesos Leves”, que, por ser de conhecimento comum entre os interlocutores, faz parte do conhecimento pressuposto entre eles [Popó é o campeão dos Pesos Leves], e pode, nesse contexto, ser considerado uma informação velha. A asserção se refere à parte que é acrescida a esse conhecimento pressuposto [entregou a Tocha Olímpica a Ronaldinho], que, nesse contexto, é a informação nova, onde se encontra o foco [a Ronaldinho]. Observe que *Ronaldinho* também faz parte do conhecimento partilhado entre os interlocutores, mas no contexto assume o valor de informação nova¹¹.

Tanto Lambrecht (1996) quanto Zubizarreta (1998) indicam a existência de testes para diferenciar qual é a parte pressuposta e a parte asserida de uma oração: o *teste da mentira*¹², para o primeiro, ou o teste da negação, o teste de pergunta e resposta e o teste dos operadores sensíveis a foco, para a segunda. Ambos mostram que uma das diferenças entre a pressuposição e a asserção reside na possibilidade de a primeira, mas não a segunda, resistir a modificações feitas na frase. Aplicando-se o *teste da mentira*, ou o da negação¹³, por exemplo, a pressuposição – considerada a informação partilhada, ou VELHA – resiste, mas a asserção – considerada a informação NOVA – não consegue resistir às modificações ocorridas na sentença. Desse modo, se qualquer elemento da sentença sofrer algum processo que afete o valor de verdade da proposição expressa, deve ser um elemento da asserção, não da pressuposição. Aplicando-se este teste ao exemplo em (6), tem-se a seguinte construção em (7):

¹¹ Em contextos *out-of-the-blue*, o elemento mais encaixado à direita recebe o acento de foco (cf. ZUBIZARRETA, 1998).

¹² ou, de acordo com o autor, *lie-test*

¹³ Apesar de receberem denominações diferentes, esses testes têm as mesmas características: acrescentar uma negação à sentença.

(7) O Campeão dos Pesos Leves não entregou a Tocha Olímpica a Ronaldinho.

A parte que não foi afetada pela negação é o que se considera como pressuposição, o tópico, [o campeão dos Pesos Leves continua sendo Popó]; enquanto que a parte afetada por ela constitui-se a asserção [entregou a Tocha Olímpica a Ronaldinho]. A negação pode implicar que o Campeão dos Pesos Leves entregou a Tocha a outra pessoa, mas não a Ronaldinho. Como se vê, a asserção foi afetada pela negação.

O teste de pergunta e resposta consiste em se elaborar uma pergunta e, a partir da resposta dada a ela, encontrar qual é a parte asserida ou a pressuposta. Os elementos lingüísticos da pergunta que são retomados na resposta fazem parte da pressuposição, são os tópicos, enquanto os elementos lingüísticos que são acrescentados na resposta consistem na asserção, da qual o foco faz parte (cf. ZUBIZARRETA, 1998). Por exemplo:

- (8) a. O que João comeu? João comeu {MAÇÃ}
 b. O que João fez? João {comeu MAÇÃ}
 c. O que aconteceu? {João comeu MAÇÃ}¹⁴

Analisando-se os exemplos, temos que em (8a), [*João comeu X*] constitui a pressuposição e o valor de X [maçã] constitui a asserção. Em (8b), [*João fez X*] constitui a pressuposição e o valor de X [comeu maçã] constitui a asserção. Em (8c), um evento é pressuposto e o valor dele (a proposição inteira) constitui a asserção.

Além desse teste, existe um outro que consiste em usar os operadores sensíveis a foco, como *só*, *até*, *mesmo*, diante de um constituinte que se quer identificar como aquele que está recebendo o acento focal, como em:

- (9) a. João só comeu a maçã.
 b. João comeu só a maçã.
 c. Só João comeu a maçã.

Nesses exemplos, cada constituinte que está no escopo do advérbio focalizador, *só*, será considerado o foco, e os outros farão parte da pressuposição: em (9a), *João* é a parte pressuposta, o tópico, e o constituinte focalizado, que faz parte da asserção, é o VP [comeu a maçã], quer dizer, João não fez mais nada, a única coisa que ele fez foi *comer a maçã*; em (9b), a parte pressuposta é [João comeu], tendo como tópico interno a ela *João*, e a parte

¹⁴ A autora coloca apenas o último elemento em caixa alta, o que sugere que é este elemento que está recebendo o acento focal, embora o VP, em (8b), e toda a frase, em (8c), sejam também parte do foco.

asserida é o DP objeto, *a maçã*, o que implica que João não comeu outra coisa, comeu apenas a maçã; em (9c), tem-se uma focalização do primeiro constituinte, o DP sujeito [João], implicando que ninguém mais comeu a maçã, apenas João. O VP [comeu a maçã] constitui a pressuposição.

Em resumo, quando se tem a referência ao tópico, cognitivamente, está-se falando de um elemento que faz parte da pressuposição e, semanticamente, da informação velha; assim como a referência ao termo foco implica um elemento que, cognitivamente, faz parte da asserção e, semanticamente, da informação nova.

3.3 O caráter do tópico de “ser sobre”

De modo geral, consideramos o tópico, sintaticamente, o DP¹⁵ lexical ou pronominal inicial, geralmente deslocado à esquerda¹⁶ em uma oração, em torno do qual será construído um predicado ou comentário. Discursivamente, entretanto, o tópico não é visto apenas como um constituinte externo ou deslocado da oração, mas como um princípio de direcionamento do discurso, sinalizando que esse constituinte inicial é pressuposto pelo falante/escritor de ser uma informação conhecida pelo ouvinte/leitor. Porque vem no início da oração, o tópico tem a função de sinalizar sobre o que se está falando, orientando o ouvinte/leitor para a construção do significado ou para o estabelecimento de relações com outras informações na sentença, no texto ou na situação.

As construções com tópico revelam a escolha que o falante/escritor faz sobre o que é proeminente para a situação ou texto e, a partir dessa escolha, ele constrói a oração. Dentro dessa perspectiva, não se pode restringir o estudo do tópico somente à sintaxe ou somente ao discurso, porque há implicações de um sobre o outro. A escolha sintática é motivada por fatores discursivos, ou da situação, no caso de textos orais, ou do co-texto, no caso de textos escritos, o que pode levar à preferência pela construção de tópicos marcados em detrimento da ordem canônica, a depender da língua.

¹⁵ Também o PP pode ser um tópico. Ambos, PP e DP, serão aqui considerados na análise.

¹⁶ Observe-se que há outro tipo de tópico, o deslocado à direita; mas, como já foi ressaltado no capítulo introdutório desta tese, a ênfase aqui é em torno do tópico deslocado à esquerda.

Van Dijk e Kintsch (1983), admitindo que o estudo do discurso não pode prescindir do estudo gramatical, defendem, em contraparte, que as estratégias¹⁷ de construção da sentença estão proximamente ligadas às estratégias de construção do discurso, com a diferença de que, embora o estudo do discurso seja sempre dependente da estrutura gramatical, o estudo desta pode ser feito tanto de forma independente quanto de forma dependente. O estudo da estrutura gramatical pode ser feito de forma independente porque algumas regras gramaticais operam localmente, como a concordância e o tempo do verbo. Mas esse estudo também pode ser feito de forma dependente porque algumas estratégias utilizadas na estrutura gramatical só podem ser explicadas através das estratégias discursivas. Por exemplo, a ordem das palavras, a estrutura morfológica e categorias sintáticas podem ajudar a descobrir o esquema proposicional, ou os propósitos informacionais, com que determinada estrutura foi realizada.

Dentre as estratégias para uma construção sintática¹⁸, combinadas com a estratégia discursiva, estão as construções com tópico, as quais, pertencendo à função textual, têm a função de indicar sobre o que é a oração ou o texto. Essa função, porém, na opinião de van Dijk e Kintsch (1983), não pode ser apenas descrita como parte da representação semântica ou de superfície, mas deve ser entendida também como uma função referencial, abarcando todas as partes da sentença, inclusive o predicado. Portanto, a noção de tópico só pode ser propriamente definida em termos das relações entre uma sentença e o contexto.

Ilari (1992), confirmando que a importância do tópico não se limita à oração, mas é de alcance discursivo, também concorda com a noção de que o tópico é de algum modo conectado semanticamente¹⁹ com todos os elementos que se incluem no comentário, uma vez que, para ele, embora o tópico seja deslocado à esquerda, mantém com a oração seu papel de actante ou circunstancial na estrutura sintático-semântica da mesma. Para o autor, esse fato pode ser comprovado quando ocorre inaceitabilidade entre o que é expresso no predicado e o tópico, ou porque se criam contradições semânticas entre o tópico e o predicado ou porque o tópico não é considerado parte integrante da estrutura sintático-semântica do predicado, como em exemplos do tipo:

(10) #Quanto ao jogo, o filme acabou cedo.

¹⁷ Para os autores, o termo *estratégia* se refere aos mecanismos ou procedimentos cognitivos utilizados pelos usuários de uma língua na produção ou compreensão de um texto.

¹⁸ Halliday e Hasan (1976) preferem a expressão coesão textual, ao invés de construção sintática.

¹⁹ Essa conexão semântica também é reforçada por Brito, Duarte e Matos (2003), que consideram que o tópico e o comentário devem respeitar a Condição de Relevância, no sentido de que o comentário sobre o tópico deve ser relevante para ele.

Tanto Halliday e Hasan (1976) quanto van Dijk e Kintsch (1983) consideram o tópico como ponto de partida para a construção do próximo esquema proposicional, para o que vai ser dito a seguir. Mas, para esses autores, a menção prévia explícita de algum conteúdo não é necessária para que o tópico possa ser considerado como referencial, uma vez que, para van Dijk e Kintsch (1983), os interlocutores podem gerar inferências a partir do conhecimento partilhado entre eles para fazerem a conexão do tópico com o conteúdo implícito. Isso implica que o reconhecimento de um tópico requer também uma definição cognitiva. Dentro desta perspectiva, os tópicos funcionam não só como uma instrução para procurar a representação textual do discurso mas também como uma indicação de como e onde conectar proposições do texto base²⁰.

3.4 A caracterização semântica do tópico: referencialidade, identificabilidade e ativação

A discussão das características semânticas do tópico, como, ser referencial, identificável, definido e ativo, terá como apoio a análise feita por Lambrecht (1996) que faz uma relação entre a análise discursiva e a sintática, mostrando como o tópico pode ser semanticamente e sintaticamente identificado.

3.4.1 Referencialidade

A noção de referencialidade tem a ver com a relação existente entre uma expressão e aquilo que ela designa ou representa em determinado contexto ou situação, não podendo ser aplicada a palavras isoladas (cf. LYONS, 1980).

A expressão referencial, ou elemento lingüístico referencial, permite que o interlocutor identifique o elemento (pessoa ou coisa) dentre os demais: o referente. Mas para que uma expressão ou um elemento lingüístico possam ser considerados referenciais, eles devem ter algum tipo de marcação sintática, como o uso do artigo definido, orações relativas e nome próprio. Por exemplo:

²⁰ O texto base é entendido pelos autores como uma representação textual produzida na memória episódica. É uma representação cognitiva do texto.

- (11) a. João quer o livro.
 b. João quer um livro.
 c. João comprou um livro que fala de flores.

Considerando as frases acima, temos a ocorrência de cinco DPs: três referenciais – *João*, *o livro* e *um livro que fala de flores* – e dois não referenciais – *um livro* e *flores*. Os DPs referenciais são assim considerados porque têm um referente em um contexto ou situação, o que é expresso pela marcação sintática, como: o fato de ser um nome próprio, *João*; o uso do artigo definido, *o livro*; e um DP indefinido acompanhado por uma relativa que o particulariza em relação aos demais, *que fala de flores*. Quanto aos DPs não referenciais, observamos que eles não têm um referente que os especifique em um contexto, acrescentando-se a isso o fato de um estar antecedido por um artigo indefinido, *um livro*, e o outro estar sem marcas que o identifiquem em relação aos demais, *flores* (qualquer tipo de flor).

O tópico, por ter como função ou estabelecer um cenário discursivo para o que vai ser dito ou de conectar o que já foi previamente dito, sofre restrições semânticas em sua realização sintática, como, por exemplo, ser referencial. É preciso que ele tenha um referente no discurso porque só assim ele pode ativar as pressuposições ou ser considerado informação pressuposta. Isso não quer dizer, no entanto, que a entidade com a qual ele se refere esteja presente no discurso. O falante/escritor ao produzir uma construção de tópico que não tem referência no discurso apóia-se no conhecimento do ouvinte/leitor, o qual, a partir de suas inferências, pode estabelecer a conexão referencial para esse tópico com algum conhecimento que ele tem em sua memória, mas não com um elemento prévio no discurso, como ocorre no seguinte exemplo:

(12) “A Rita tem-se arranjado bem, mas esta noite diz ela que *apanhou um ar* e está de pescoço à banda. Manda muitas saudades. Descobriu-se outro manancial de roupa suja. É a carvoeira, que está recheada de rodilhas exalando um cheiro de podridão pestilencial e foi preciso comprar panos para limpar a louça porque não havia nenhum lavado. O menino diz o Eduardo, que cá esteve ontem, que está *bom, bom, bom que não pode ser melhor*.” (RO.6.60.pe.19)

No exemplo em (12), o DP *o menino* é considerado um tópico referencial, mesmo que não tenha uma entidade no texto com o qual ele possa estabelecer uma cadeia referencial. O escritor, no entanto, usa o elemento, apoiando-se no conhecimento do seu leitor, que, supomos, sabe de quem o autor está falando; mas para isso, o leitor deve recorrer ao seu conhecimento prévio para preencher a referência do DP *o menino*. O mesmo pode ser dito do exemplo abaixo:

(13) “O meu *D. João VI* mandei-o encadernar na Imprensa Nacional.” (EC.79.128.pb.19)

em que se verifica a presença de um DP referencial tópico porque, para o autor da carta e para o leitor a quem ela se destina, *D. João VI* tem um referente: é o livro escrito pelo autor da carta.

Desse modo, a identificação de um tópico não pode ser feita a partir de um elemento lingüístico isoladamente, mas requer que se considere um contexto de interação comunicativa em que se acredita que falante/escritor e ouvinte/leitor partilhem um conjunto de conhecimentos que vai servir de base para as construções lingüísticas da superfície. É esse conhecimento comum entre os interlocutores que faz com que haja a interação comunicativa entre eles, uma vez que o que está sendo dito deve ser reconhecido pelas suas representações mentais.

No processo de interação lingüística, algumas entidades desse conhecimento são selecionadas para a composição do discurso em que os interlocutores estão engajados; elas se tornam “de uso corrente” naquele momento da enunciação e se tornam a representação do referente proposicional, servindo de antecedente para o que vai ser dito. Para o reconhecimento dessas entidades, é necessário recorrer às duas propriedades da estrutura da informação: identificabilidade e ativação (cf. LAMBRECHT, 1996).

3.4.2 Identificabilidade

A identificabilidade relaciona-se com o julgamento do falante/escritor em relação ao conhecimento que o ouvinte/leitor tem acerca dessa entidade, isto é, se o falante/escritor julga que o ouvinte/leitor tem alguma representação mental acerca dessa entidade, ela é considerada identificável; se o falante/escritor julga que não há essa representação, a entidade será considerada como não-identificável.

A distinção entre entidades/referentes identificáveis e não-identificáveis está relacionada à distinção entre proposição pressuposta e proposição asserida, uma vez que a proposição pressuposta é aquela da qual o falante/escritor e o ouvinte/leitor têm algum conhecimento partilhado ou representação no momento da enunciação, do mesmo modo que um referente identificável é aquele para o qual uma representação partilhada já existe na mente do falante/escritor e do ouvinte/leitor. Similarmente, uma proposição asserida é aquela

que apenas o falante/escritor tem uma representação no momento da produção linguística assim como um referente não-identificável é aquele para o qual uma representação existe apenas na mente do falante/escritor. No momento em que ele expressa a proposição asserida, ela vai se tornar também de domínio do ouvinte/leitor.

Desse modo, no domínio da estrutura da informação, para que um referente seja considerado identificável, não é necessário que ele esteja presente no contexto, mas que o falante/escritor suponha que esse referente tenha uma representação na mente do ouvinte/leitor e que possa ser evocado em um dado discurso. Essa representação, em contraparte, está associada a conjuntos de proposições correspondendo a vários atributos dessa entidade. Mas é essa entidade que são as representações mentais dos referentes do sintagma nominal, e não o conjunto de proposições (como foi visto nos exemplos em (12)-(13)).

Uma vez que o sintagma nominal tenha sido citado em um discurso, seu status de identificabilidade é preservado por todo o discurso ou de um discurso para outro, a menos que o falante/escritor suponha que o ouvinte/leitor tenha esquecido do referente. É o que pode ser verificado nos seguintes exemplos retirados das cartas em análise, em que o sintagma nominal *provas* foi utilizado em uma carta (a de 12/08/1888) de Oliveira Martins e, em uma outra carta subsequente (a de 07/09/1888), o autor usa o sintagma [*provas*] com o mesmo referente da primeira:

(14) “Amanhã vai a IV Fradiquice. Não te queixes da revisão, pois não mandaste **as provas** emendadas. Não te queixes da demora porque tenho esperado em vão por elas.” (OM.QM.16.79.pe.19 - 12/08/1888)

(15) “Dou uma crônica por semana porque não posso expulsar os troncos do Repórter que me puxam normalmente este ônibus literário. Provas tens tu lá, e eu é que as reclamo revistas.” (OM.QM.17.81.pe.19 – 7/09/1888)

O DP *provas*, ao ser citado pela primeira vez no exemplo em (14), tornou-se um referente identificável e, portanto, passível de ser recuperado pelos interlocutores, como mostra o exemplo em (15)²¹. Mas para que um DP seja considerado identificável, outros traços semânticos devem ser levados em conta, como a definitude e a especificidade. É o que vai ser discutido a seguir.

²¹ É preciso salientar que *provas* no segundo exemplo, por ser um DP nu, poderia ser considerado indefinido; mas, no contexto, em função de ser um elemento já citado e, portanto, com referência, ele é considerado um sintagma definido.

3.4.2.1 Definitude

Para que um sintagma seja considerado identificável, é preciso que ele tenha o traço formal de definitude, que sinaliza se o referente de um sintagma é suposto pelo falante/escritor de ser identificável pelo ouvinte/leitor ou não. A realização formal desse traço pode variar de língua para língua. Em geral, existe uma tendência em considerar que as marcas formais de definitude são os artigos definidos ou outros determinantes, como os pronomes demonstrativos (cf. HALLIDAY; HASAN, 1976; e LAMBRECHT, 1996). A língua portuguesa, por exemplo, dispõe desses recursos, o artigo definido e pronomes, para a marcação de definitude. A questão que se levanta, nessa língua, é quanto ao traço de indefinitude. À primeira vista, poderíamos até pensar que os DPs nus ou antecidos de artigos ou pronomes indefinidos estivessem marcados pelo traço de indefinitude. Essa perspectiva, entretanto, não se sustenta porque em alguns casos ou contextos esses DPs podem ser considerados definidos e, portanto, identificáveis dentro de um contexto. É o que mostram os exemplos abaixo:

(16) “De uma carta oficial que escrevi ao Encarregado de França n'esta Corte verá os motivos que me constrangeram a escrevê-la e a não me oppor a que se publique.” (AG.28.26.pe.19)

(17) “Uma porção de talento que recebeu da natureza, em vez de aproveitá-lo em criações próprias, teve a abnegação de applicá-lo a formar o gosto e desenvolver a litteratura patria.” (JA.MAS.3.21.pb.19)

(18) Respeito a casas, sei de duas que neste momento estão devolutas. (OM.QM.17.80.pe.19)

(19) Quanto a assignaturas, vão bem. O Chico tem mais de 60, eu mais de 150, e ha dias, por muito occupado, tenho me descuidado em obter mais. (AGS.CA.16.181.pb.19)

Nos exemplos em (16)-(17), os DPs estão antecidos, respectivamente, por um artigo indefinido e uma expressão partitiva. Eles, no entanto, podem ser considerados identificáveis porque estão ancorados por uma relativa que os especifica. Uma evidência de que esses DPs não são completamente indefinidos está em sua retomada por um clítico nos dois exemplos, ou pelo menos parte dele, como em (17), em que o clítico retoma *talento*, e não todo o DP.

Quanto aos exemplos em (18)-(19), encontramos DPs que também poderiam ser considerados indefinidos (e não identificáveis) em função de estarem no plural e não estarem antecidos por nenhum determinante. Mas, analisando o contexto, percebemos que, em

ambos, os DPs são definidos e identificáveis. Em (18), embora o assunto sobre as casas não tenha sido citado em nenhuma carta anterior, há uma pressuposição de que o destinatário da carta tenha escrito uma anterior em que falava de sua mudança para Lisboa e de seu provável interesse em casas lá. O mesmo pode ser dito em relação ao exemplo em (19): há uma pressuposição em torno do DP *assignaturas*; apesar de não ter sido citado em cartas anteriores, faz parte do conhecimento partilhado entre escritor e leitor. Além disso, tanto o DP *casas* quanto o DP *assinaturas* são retomados internamente na oração por um numeral, *duas*, em (18), e por *pro* referencial, em (19). Podemos, então, dizer que os DPs dos exemplos em (16)-(19), no contexto, podem ser considerados identificáveis; portanto, tópicos.

Diferente é o que ocorre no exemplo abaixo, em (20):

(20) “A nenhuma senhora de Lisboa eu devo metade das obrigações constantes das repetidas, das inalteráveis provas de interesse sincero, de amizade verdadeira que ela constantemente me deu.” (RO.14.84.pe.19)

em que o DP destacado é indefinido e também não-identificável, não podendo ser considerado tópico.

Os dados nos exemplos acima fornecem evidências de que não há correlação de um para um entre a categoria cognitiva de identificabilidade e a categoria gramatical de definitude, ou seja, não há uma correlação entre identificabilidade ou não-identificabilidade de um referente e definitude e indefinitude gramatical do sintagma nominal designando esse referente, pelo menos no que se refere à língua portuguesa. O ponto que destacamos aqui é o fato de que um DP só pode ser considerado tópico se for ao mesmo tempo mais identificável e mais definido, a depender do contexto.

3.4.2.2 Especificidade

Além do traço de definitude em relação à identificabilidade dos sintagmas, e, conseqüentemente dos tópicos, há a distinção semântica entre referentes específicos e não-específicos. Se o sintagma nominal for definido, o referente é específico, mas se o sintagma nominal for indefinido, o referente pode ser específico, apenas um, ou não específico, qualquer um. Por exemplo:

(21) “Das filhas do Conde de Óbidos a mais velha é sumamente estimável.” (MA.1.6.pe.18)

(22) “A outra rapariga que Vossa Excelência conhece muito bem, que é uma filha daquela Ângela que estava em Beja, chamada Joana Isabel, faz versos, dizem que muito bem; (...) Uma irmã chamada Clara, que é mais velha, também dizem que os faz, porém há opiniões de quem será o autor.” (MA.1.6.pe.18)

(23) “Escrevamos uma carta, uma circular, ou antes uma triangular (porque servirá apenas para tres amigos)...” (CA.6.156.pb.19)

Em (21), o DP (interno ao PP) *as filhas* tem o seu traço de definitude marcado pelo artigo definido e pelo PP *do Conde de Óbidos*, levando-o a ser identificado como específico – a referência é determinada, não pode ser outra. Nos exemplos em (22) e (23), entretanto, têm-se dois casos diferentes: embora em (22) o DP *Uma irmã chamada Clara* esteja antecedido pelo artigo indefinido, ele pode ser considerado identificado e específico, tem um referente determinado (na verdade, o seu referente está na frase anterior – irmã de Joana Isabel); diferente do que ocorre em (23), visto que os DPs antecidos pelo artigo indefinido, *uma carta*, *uma circular* e *uma triangular* são considerados não específicos por não terem uma referência determinada; pode ser qualquer carta, qualquer circular ou triangular.

Em termos pragmáticos, a distinção entre um DP específico indefinido e um DP não-específico indefinido está em que o primeiro é aquele cujo referente é identificável pelo falante/escritor, mas não pelo ouvinte/leitor, enquanto o segundo não é identificável nem para o ouvinte/leitor nem para o falante/escritor. Em algumas línguas, a distinção semântica entre esses DPs tem correlatos gramaticais, como, por exemplo, a forma verbal: indicativo, para o primeiro, e subjuntivo, para o segundo. O português dispõe desse recurso, como o mostram os seguintes exemplos:

(24) “Preciso por isso um desses sujeitos que no tempo de Molière, frequentavam a alta sociedade com uma seringa debaixo do braço, e que nós hoje chamamos um príncipe da ciência.” (EQ.QM.2.56.pe.19)

(25) “E todavia o ensejo era bom para uma longa dissertação que começasse nas origens da poesia hellenica, e acabasse nos destinos prováveis da humanidade.” (MAS.202.324.pb.19)

No exemplo em (24), tem-se um DP indefinido específico, *um desses sujeitos que no tempo de Molière*, relacionado a um verbo no indicativo, *frequentavam*; enquanto em (25), o DP indefinido, *uma longa dissertação*, pode ser considerado não específico porque o verbo a ele relacionado está no subjuntivo, *começasse*.

Essa distinção entre específico ou não específico interessa-nos em relação ao tópico porque pode nos indicar se um DP em questão é ou não um tópico. A sua identificação parte não só da análise da sua posição sintática, deslocado à esquerda, mas também dos traços semânticos em conjunto: referencial, definido, identificável e específico, como foi mostrado nos exemplos em (16) e (17), confirmado no exemplo em (26) abaixo:

(26) “Não pretendo que me acheis juízo se não me achardes razão. Uma e outra coisa encontro sempre nos vossos discursos” (CO.14.90.pe.18)

Além disso, uma das evidências de que o tópico é específico encontra-se no verbo a ele relacionado, como podemos ver nos exemplos abaixo:

(27) Quanto à promoção, depende do Imperador. (JN1.83.113.pb.19)

(28) Quanto ao Quintino, não fallou a ninguém. (MAS.32.90.pb.19)

Em ambos os exemplos acima, encontramos tópicos com verbos a eles relacionados, mas que estão no indicativo e não no subjuntivo; prova de que eles são específicos.

A identificabilidade, como vimos discutindo, não pode ser considerada por si só, mas num conjunto que envolve outros traços semânticos, como a definitude e a especificidade. Desse modo, a análise de um DP como identificável implica que ele é definido, específico e, conseqüentemente, referencial. São esses os traços em que nos apoiamos quando analisamos um DP como tópico. Mas, além desses traços, precisamos considerar a ativação desse DP, como discutiremos a seguir.

3.4.3 Ativação

A ativação é considerada dependente da identificabilidade porque, se o falante/escritor julga que um referente é identificável para o ouvinte/leitor, este referente, a depender da sua ocorrência no discurso, pode ser classificado como “ativo”, “acessível”, ou “inativo” na mente do ouvinte/leitor. Isto é, somente um referente identificável pode ser recuperado das estruturas mentais e ser denominado de ativo, acessível ou inativo. Esses itens, na verdade, representam estados diferentes dos referentes e são relevantes para o estudo da estrutura da informação porque eles têm correlatos formais no componente gramatical: na prosódia, na morfologia

(pronomes, flexões e codificação zero) e na sintaxe (p.ex., a ordenação dos constituintes, a elipse de um constituinte).

Um referente pode se tornar acessível, ou semi-ativo, através de três fatores:

- desativação²² a partir de um estado anterior, isto é, o referente foi previamente mencionado, mas não está mais em evidência – é o que é considerado ACESSÍVEL TEXTUALMENTE, como se pode ver no exemplo abaixo:

(29) “A duquesa está vestida de veludo cor de musgo, com diadema e colar de enormes esmeraldas. O jantar de que eu te mando **o menu**, tem trinta pratos. A rainha e todas as damas têm as luvas sujíssimas de molho quando termina a cerimónia.”(RO.20.102.pe.19)

Na linha 28 da carta, no exemplo em (29) acima, o autor cita *o menu* e o retoma na linha 70 da mesma carta, no exemplo em (30) abaixo:

(30) “Todos os cavaleiros seguem os officios lendo os seus grandes livros de horas, e não descalçando nunca as luvas brancas. **O menu da rainha aos pobres** e as tarjetas de convite do capítulo de Santiago (lindíssimas) mando-te amanhã porque tenho medo que por levar esses cartões se extravie esta carta, que já não são horas hoje de mandar segurar.”(RO.20.103.pe.19)

Como se pode ver pelo contexto apresentado em (30), o autor já não falava mais do *menu do jantar*, mas o retoma acreditando que ele poderia voltar a ser ativado na mente de seu leitor. Podemos dizer, então, que neste caso, o DP *menu*, apesar de “mentalmente” desativado entre as linhas 30 e 69, estava acessível textualmente.

- (ii) inferência a partir de um esquema ou *frame* cognitivo ou ACESSÍVEL INFERENCIALMENTE, como evidencia o exemplo em (31):

(31) “A resposta darás verbalmente ao meu amigo sr. barão, ou a mim por escrito e sem demora.” (MD.108.108.pb.19)

cujo contexto é o seguinte:

²² A desativação ocorre quando um referente ativo em uma discussão é desativado em função de um outro que se torna ativo. O primeiro referente, embora não esteja ativo, está imediatamente acessível nas estruturas mentais.

(32)

Meu Caro Rui

O meu amigo sr. barão de Araújo Maia tem nesta praça um conceito justo e muito merecida influência. Além disto, é pessoalmente, um cavalheiro a todos os respeitos digno de tôda a estima e apreço.

Eu to apresento, e informo-te que êle aceitará um lugar na diretoria do Banco dos Estados Unidos do Brasil. Sòmente não aceitará, se isso de qualquer modo não fôr por ti completa e perfeitamente acolhido.

A resposta darás verbalmente ao meu amigo sr. barão, ou a mim por escrito e sem demora.
(grifos nossos)

Como podemos observar em (32), o DP *a resposta* é considerado como acessível inferencialmente, porque, embora não tenha sido citado em nenhum momento, faz parte das pressuposições partilhadas entre o escritor e o leitor: a resposta favorável ou não ao pedido de emprego que Manoel Dantas faz a Rui Barbosa.

- (iii) presença no mundo extratextual ou ACESSÍVEL SITUACIONALMENTE, como se pode ver no seguinte exemplo em (33):

(33) “Os baixos teem as vozes bem grossas, mas ásperas” (AC.1.32.pe.18)

em que a referência do DP *os baixos*, ou o seu significado referencial, está acessível situacionalmente, visto que o autor da carta estava falando de pessoas cujo timbre de voz, em termos de música, é considerado baixo, e não da estatura das pessoas.

Gramaticalmente, entretanto, de acordo com Lambrecht (1996), só duas distinções parecem ser justificadas: ativo (não-marcado) ou inativo (marcado). Isto significa que um elemento lingüístico ativo no discurso é gramaticalmente não-marcado, quer dizer, não há uma forma específica para indicar que ele está ativo. Mas se o elemento for considerado inativo, geralmente ele é marcado formalmente ou na prosódia²³ ou na morfologia²⁴ ou na sintaxe. Em relação a esta última, podemos ter a ordem dos constituintes²⁵, a clivagem ou ainda o uso de algumas expressões como *quanto a*, *a respeito de* ou *a propósito de* para sinalizar a mudança de assunto e, conseqüentemente, a marcação de um DP como inativo no discurso. É o que vemos no exemplo abaixo:

²³ Swart e Hoop (1995) indicam que a marcação do foco em inglês pode ocorrer em qualquer constituinte, a depender da prosódia.

²⁴ Na morfologia, temos o exemplo do japonês que tem marcas morfológicas para indicar se um DP é tópico (*wa*) ou foco (*ga*).

²⁵ Essa marcação será mais discutida no capítulo 7.

(34) “Meu caro Verissimo. – Aceito muito agradecido os abraços de fim de anno, e aqui os devolvo com igual cordealidade, pedindo-lhe tambem que apresente á sua senhora as minhas respeitosas felicitações. Quanto á Revista, era hontem dia marcado e hoje tambem, mas hontem os *destinos o não quizeram*²⁶, estive doente e recolhi-me logo.” (MAS.67.155.pb.19)

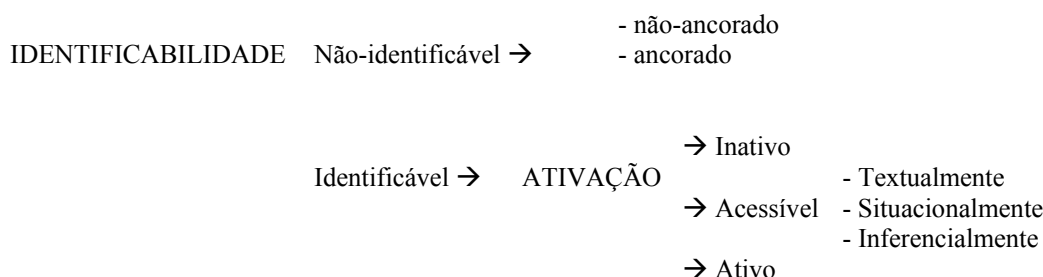
Em (34), a marcação sintática de um referente inativo, *Revista*, foi feita através da expressão *Quanto à* que assinala (marca) que o assunto em questão não estava ativo e ao mesmo tempo ativa-o na mente do leitor.

Apesar de as marcas lingüísticas serem pistas que podemos utilizar para indicar se um referente está ativo ou inativo, essa identificação também depende de um contexto ou de seu “comportamento” no discurso. É preciso que salientemos que as formas gramaticais por si sós não são suficientes para explicar os diferentes graus de ativação de um referente no discurso. O exemplo em (34) dá provas disso. Mesmo com a utilização da expressão *quanto á*, o DP *Revistas* só se torna ativo porque é de conhecimento comum entre os interlocutores. Se não houver essa partilha de conhecimento, não há o que ser ativado.

Um referente é mais facilmente acessível se fizer parte das relações semânticas dentro de um sistema invocado ou se estiver presente no contexto situacional; e, em contrapartida, torna-se de mais difícil acesso se não fizer parte desses contextos, sendo considerado como inativo. A diferença entre um referente ativo ou inativo não está simplesmente na representação mental, mas deve ser analisada a partir da perspectiva do falante/escritor.

Os vários termos no sistema de identificabilidade e ativação estão sumarizados no esquema abaixo, apresentado por Lambrecht (1996, p. 109):

(35)



A estrutura sintática das sentenças e as duas propriedades da estrutura da informação – identificabilidade e ativação – se correlacionam através da estrutura de tópico e foco,

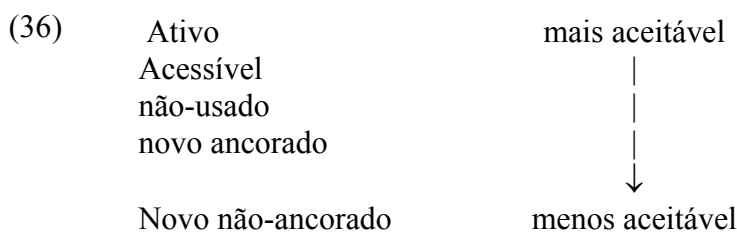
²⁶ Os itálicos fazem parte do original.

principalmente na ordenação canônica dos constituintes. Em função disso, Lambrecht (1996) acredita que há uma relação tríade entre acessibilidade, sujeito e tópico, por um lado, e inativação, objeto e foco, por outro.

3.4.4 A escala de aceitabilidade

Ao selecionar um tópico para uma sentença, um falante/escritor toma uma decisão comunicativa em relação à entidade sobre a qual ele deseja expressar uma informação. Mas antes de tomar essa decisão, o falante/escritor faz certas hipóteses relacionadas ao status do referente do tópico na mente do ouvinte/leitor no momento da enunciação. Com base nessas hipóteses, ele decide a forma da sentença em que o tópico será representado. Fazendo uma correlação com o que apresenta Chomsky (1995) sobre a numeração dos constituintes, podemos sugerir que o constituinte tópico na oração, além da numeração correspondente aos critérios seletivos ou temáticos, ele também vem com uma numeração relacionada à sua função discursiva na sentença. Ou seja, cognitivamente, o falante/escritor, a partir do seu julgamento de acessibilidade de um referente por parte do ouvinte/leitor, numera o constituinte que terá a função de tópico (ou de foco) na oração. Essa sugestão encontra suporte no fato de o tópico ser definido como sendo sobre um referente que tenha acessibilidade cognitiva²⁷.

Para representar a correlação entre os estados de ativação e identificabilidade dos referentes tópicos e a aceitabilidade pragmática das sentenças, Lambrecht (1996, p. 165) introduz uma ESCALA DE ACEITABILIDADE²⁸ do tópico, com possibilidade de variação translingüística:



²⁷ Lembrando que a acessibilidade cognitiva não é a única condição necessária para o uso de um constituinte como tópico.

²⁸ O autor chama a atenção para o fato de que as restrições expressas nessa Escala se referem apenas às sentenças que contêm expressões de tópico, não se aplicando, portanto, aos casos em que o DP não é o tópico ou nos casos não-marcados em que o sujeito corresponde ao tópico.

As sentenças mais facilmente processadas cognitivamente e mais aceitáveis são aquelas em que os tópicos são mais altos na escala, i.e., os referentes são ATIVOS no discurso. Menos facilmente interpretável, mas aceitável, são aquelas com referentes ACESSÍVEIS. Nesse caso, o esforço mental necessário para interpretar a proposição que expressa a nova informação sobre o tópico é realizado simultaneamente com outra tarefa de processamento, a de lembrar, inferir, ou ainda determinar o referente da expressão de tópico.

Quando a nova informação é expressa sobre um referente tópico não-usado (isto é, identificável, mas inativo), tem-se um caso intermediário de aceitabilidade pragmática, que varia de língua para língua, de acordo com o tipo de discurso e a situação de fala. Exemplo deste tipo encontramos abaixo:

(37) “Ora isto de distinguir de gosto de músicas é uma barafunda que nunca se acaba; para isso quero responder agora a Vossa Mercê como quem não entende nada de música, e assim tenho ouvido quase todas as óperas; coisa que mova o coração, e que faça esquecer a gente do que está vendo, ou daquilo em que imaginava com gosto, não é fácil ouvir; senão alguns bocadinhos que se ouvem às vezes de voz suave, e engraçada dos músicos mais finos; e destes tenho ouvido só três todos estes anos (não falando em Egizielo) que os mais, sem lhe fazer injúria, para pouco servem. Das rabecas não sei que lhe diga, que sou oficial, ou bom, ou mau do ofício;” (AC.5.65-66.pe.18)

No exemplo em (37), temos um caso intermediário de aceitabilidade pragmática em relação a um tópico não-usado (mas identificável) porque o assunto em questão era em torno de música e dentro dele o autor puxa o *das rabecas*. Observe que *das rabecas*, apesar de ser um tópico inativo, está pragmaticamente acessível por causa do assunto em questão. O esforço cognitivo requerido neste caso é de “custo alto” porque, além de processar a informação proposicional sobre algum tópico, o ouvinte/leitor deve determinar o referente do tópico que não foi disponibilizado no discurso.

Os referentes completamente novos não são aceitáveis como tópico, i.e., referentes que não são identificáveis pelo ouvinte/leitor no momento em que a nova informação sobre eles está sendo expressa. Nesse caso, temos o foco, e não o tópico.

Além da caracterização semântica do tópico, precisamos também recorrer à análise dos tipos de oração e do juízo lógico (cf. KURODA, 1972) relacionado às construções de tópico. Como será visto a seguir, quando se tem um referente completamente novo, o tipo de juízo lógico expresso em uma oração é diferente de quando se tem um referente acessível, refletindo-se também na ordenação e apresentação dos constituintes.

3.5 Tipos de juízos expressos pela oração com tópico

A organização dos constituintes na oração reflete a organização dos elementos na estrutura da informação. Ou seja, a depender do status do elemento na estrutura da informação, as construções sintáticas vão apresentar variação na ordem de seus constituintes (cf. HALLIDAY; HASAN, 1976; BELLETTI, 1999; COSTA, 2000; RIZZI, 2004, entre outros). Desse modo, a variação na ordenação dos constituintes de uma oração não é completamente livre, mas está, de certo modo, subordinada aos requerimentos da estrutura da informação: o que é novo, geralmente, é apresentado à direita, e o que dado, à esquerda²⁹.

A construção da oração revela, então, a correlação dessas estruturas: se o DP é considerado o ponto de partida para o que se vai dizer ou a retomada do que já foi dito, geralmente, inicia a oração, resultando na estrutura chamada de predicação, ou predicacional. Se, ao contrário, o DP for um elemento novo, existem três possibilidades de classificação para a estrutura da oração: apresentacional, identificacional e de descrição de eventos³⁰ (cf. LAMBRECHT, 1996).

As construções PREDICACIONAIS podem se realizar ou através da ordem não-marcada, como em (38), sujeito-predicado, ou através da ordem marcada, como em (39), em que o tópico, um elemento deslocado à esquerda, é que inicia a oração:

(38) “Os pequenos não devem sair nunca da areia, mesmo da areia húmida, porque a humidade do mar não constipa nem produz reumatismos, cura-os.” (RO.4.57.pe.19)

(39) “A primeira Memória eu fiz traduzir e parte da segunda.” (JN2.114.158.pb.19)

No exemplo em (38), tem-se uma construção não-marcada porque o sujeito da oração, *Os pequenos*, é também o tópico, ou seja, o primeiro elemento à esquerda, seguido do predicado, ou comentário. Em (39), tem-se uma construção marcada porque o objeto direto, *A primeira Memória*, está deslocado à esquerda, sendo o tópico da oração.

Nas construções predicacionais não-marcadas, existe uma tendência a se considerar o sujeito como tópico porque, de acordo com Lambrecht (1996), o sujeito é o argumento mais comum na sentença – a maioria dos predicadores têm pelo menos um sujeito, mas não necessariamente um objeto –, então ele é o elemento mais rapidamente identificado com o papel pragmático de tópico. Além disso, esse autor considera que há uma tendência

²⁹ Excetuando-se os casos em que o tópico é deslocado à direita.

³⁰ Essa é a tradução feita aqui para a expressão *event-reporting* encontrada em Lambrecht (1996).

inconsciente dos usuários da língua de equacionarem a estrutura gramatical sujeito-predicado com a estrutura pragmática tópico-comentário na ausência de pistas gramaticais ao contrário.

As sentenças APRESENTACIONAIS, diferente das predicacionais, são, em geral, iniciadas com um verbo com a função de introduzir um referente do DP no discurso, e não de predicar sobre ele, como em (40):

(40) “Há muitas raparigas aplicadas: a filha do Visconde, tôdas as da tia Penalva, a Condessa do Vimieiro, já crescida.” (MA.1.6.pe.18)

O tipo apresentacional, de acordo com Lambrecht (1996), pode ser subdividido em dois sub-tipos: o existencial e o dêitico, como as construções com *there* e *here*³¹, respectivamente, em inglês, nas quais o DP sujeito aparece depois do verbo, e não antes, sendo a posição pré-verbal preenchida por um elemento locativo (ex: *there arrived three men; Here comes John*³²).

Em português, encontramos as construções apresentacionais existenciais com a posição do sujeito preenchida por um *pro* expletivo, como nas construções com o verbo *existir*, *haver* e *ter* (com o sentido de *existir*), e o DP na posição de objeto ou é indefinido ou é partitivo, conforme exemplo em (41):

(41) “Ha **uma pasmaceira trajica** neste paiz que esperneia, galvanizando, na Praia Vermelha, e morre a fome nos sertões.” (EC.63.114.pb.19)

As construções apresentacionais dêiticas são produzidas com o advérbio locativo *aqui* (à semelhança do inglês, com *here*), mostradas em (42) e em (43) abaixo:

(42) “**Aqui** estão Gaspar e Dantas.” (JN1.154.203.pb.19)

(43) “**Aqui** pára a pena que nem para voar se alenta, nem para, etc.” (AC.2.40.pe.18)

O tipo IDENTIFICACIONAL, como o próprio nome sugere, identifica um referente como o argumento “perdido” em uma proposição aberta, não estando ele no domínio da pressuposição. É o caso do seguinte contexto:

(44) A: Quem foi para a escola?

B: AS CRIANÇAS foram para a escola

³¹ Para o *there* expletivo não há tradução. *Here* é traduzido por ‘aqui’.

³² Tradução: Lá chegaram três homens; Aqui vem John.

A frase em (44B) se caracteriza como uma proposição identificacional porque identifica X que não foi expresso em (44A). A proposição “X foi para a escola”, em (44A), é incompleta. O valor de X só vai ser identificado em (44B).

As sentenças do tipo DESCRIÇÃO DE EVENTO³³ têm a função de informar ao ouvinte sobre um evento envolvendo participantes. Em inglês, de acordo com Lambrecht (1996), e acreditamos que também em português, esse tipo de sentença constitui uma categoria formal só no caso de certas sentenças intransitivas contendo predicados como *die* (“morrer”), *break down* (“quebrar, parar de funcionar”), *call* (“telefonar”), etc, em contextos do tipo “o que aconteceu?”. O sujeito nessas sentenças também não tem o status de tópico. Por exemplo:

- (45) A: O que aconteceu?
B: JOÃO CAIU.

Nesse tipo de contexto, como em (45B), o foco cobre toda a sentença, daí não se poder considerar que o sujeito seja um tópico.

As diferenças entre os tipos predicacionais, por um lado, e os tipos apresentacionais, identificacionais e “descrição de evento”, por outro lado, estão relacionadas aos julgamentos lógicos por eles expressos. Esses julgamentos são definidos por Kuroda (1972) como ou juízo tético ou juízo categórico.

O juízo categórico, expresso no tipo de sentença sujeito-predicado ou tópicocomentário³⁴, como as predicacionais, consiste de dois atos: o de selecionar um DP referente nas estruturas mentais e o de apresentar um predicado afirmando ou negando esse referente. Esse DP, entretanto, deve ser referencial, definido e específico.

Em contraste, o juízo tético, expresso nas sentenças do tipo apresentacional, identificacional ou descrição de evento, não predica uma propriedade de alguma entidade, simplesmente coloca um fato. Para a expressão desse juízo, o DP deve ser indefinido e não específico e, se houver dois DPs com esses traços semânticos, eles são considerados simétricos no sentido de que nenhum tem um papel mais proeminente do que outro. Por exemplo:

- (46) Inu ga neko o oikakete iru.
'um cachorro está perseguindo um gato'

³³ Em geral, as construções desse tipo são consideradas *out-of-the-blue*

³⁴ Kuroda (1972), na verdade, trabalha com o termo sujeito no sentido da gramática de Port-Royal, o sujeito lógico, que é diferente do objeto. Ele explica que tanto a noção de sujeito quanto a noção de tópico são confusas, não permitindo claramente identificar a diferença entre eles.

- (47) Inu wa neko o oikakete iru. (KUR ODA, 1972, p. 161 (8.1)(8.2))
 ‘o cachorro está perseguindo um gato’

Nos exemplos em (46) e (47), do japonês, temos, respectivamente, uma sentença expressando juízo tético e outra expressando juízo categórico. A diferença está na marcação do DP inicial pelos morfemas *ga* e *wa*. Temos, então, a ocorrência de um foco, *inu ga*, na primeira e a de um tópico na segunda, *inu wa*.

Em japonês, não há artigos ou pronomes definidos ou indefinidos, mas a marcação de um DP como referencial e específico ou referencial e não-específico vem das partículas *ga* e *wa*, respectivamente (cf. KURODA, 1972).

Lambrecht (1996) considera que parece existir uma correlação direta entre a marcação gramatical de teticidade e a presença de um DP lexical explícito acentuado. A codificação de um DP pleno acentuado é uma condição necessária (mas não suficiente) para a expressão de um referente que é novo no discurso, i.e., que é ou não identificável ou inativo. Daí se segue que a marcação gramatical de teticidade é restrita a contextos discursivos em que o referente do DP não tenha sido ainda pragmaticamente ativado. Essas sentenças são inerentemente apresentacionais, i.e., elas servem para introduzir referentes ainda não ativados em um discurso. Isso é confirmado pelo fato de que em muitas línguas certas construções expressando proposições téticas são restritas, geralmente, a DPs indefinidos com referentes não-identificáveis. Em contraste, as sentenças de tópico-comentário têm tendência a realizar DPs definidos.

Um outro estudo que ressalta como as línguas se diferenciam em relação à organização dos constituintes na estrutura de superfície é o de Britto (1998) que, ao estudar as diferenças entre o português brasileiro e o português europeu, demonstra que as manifestações do raciocínio lógico – juízo tético e juízo categórico - são codificadas em estruturas sintáticas particulares. Apresentando o seguinte contexto:

- (48) A: O que aconteceu?
 B': A Joana telefonou (PB)
 B'': Telefonou a Joana (PE)
- (49) A: O que a Joana fez?
 B': A Joana, ela telefonou (PB)
 B'': A Joana telefonou (PE)

Britto (1998) analisa que o português brasileiro e o português europeu se diferenciam na representação sintática do juízo tético, expresso em (48), e o categórico, expresso em (49).

Em relação ao primeiro, o português europeu pode fazer uso da ordem VS para codificá-lo, enquanto o português brasileiro, por não dispor da ordem VS generalizada, recorre à ordem SV para a codificação sintática de tal juízo. Quanto à codificação sintática do juízo categórico, o português europeu faz amplo uso do sujeito nulo, com o sujeito na posição de tópico seguido por um *pro* referencial na posição de sujeito; no português brasileiro, entretanto, *pro* tem sido substituído por pronomes fracos lexicalizados (cf. GALVES, 1998; 2001).³⁵

Consoante a abordagem exposta, temos que todas as construções predicacionais são contextos prováveis de o tópico ocorrer. Há problemas, no entanto, que surgem a partir dos exemplos em (48)-(49), apresentados por Britto (1998). Na escrita, fora de um contexto em que não seja possível identificar uma pergunta do tipo “o que aconteceu?”, a classificação de uma sentença como juízo categórico ou juízo tético só pode ser feita com base exclusiva nos contextos criados internamente aos textos, o co-texto. É o caso, por exemplo, dos textos sob análise neste trabalho: cartas e peças de teatro dos séculos XVIII e XIX. Isso reforça o que vimos discutindo até agora: a ordenação dos constituintes não é suficiente para indicar a diferença entre tópico e foco. Faz-se necessária a análise do contexto.

3.6 Fechando o capítulo

A partir da análise realizada por Lambrecht (1996) sobre a caracterização do tópico e do seu referente em termos gramaticais e discursivos, levantamos, para o propósito deste trabalho as seguintes considerações: o tópico, definido como sendo sobre algum referente, deve, portanto, ser referencial. O fato de ser referencial implica que o seu referente deve ser identificável pelo falante/escritor e pelo ouvinte/leitor no processo de interação comunicativa. Sendo identificável, conseqüentemente, estará acessível no discurso, marcado com os traços de definitude e de especificidade, incluindo-se aí os casos em que o DP indefinido seja específico. Desse modo, na análise aqui proposta, consideramos o tópico na periferia à

³⁵ A autora considera Joana em (44B-PE) a realização do tópico seguido de *pro*. A estrutura seria igual ao do português brasileiro, com a diferença de que, neste, ao invés de *pro*, tem-se um pronome realizado.

esquerda da oração o DP³⁶ portando os seguintes traços semânticos: referencial, identificável, acessível, definido (ou indefinido) e específico.

Neste capítulo, procuramos abordar o tópico sob a perspectiva da estrutura da informação, indicando as suas características semânticas e a sua função dentro dessa estrutura, fazendo, sempre que possível, a relação com a sintaxe. No próximo capítulo, exploraremos os tipos de tópico, suas características sintáticas, as diferenças com o foco, com dados dos *corpora* em análise, sempre que possível.

³⁶ Reforçamos que trabalharemos também com o PP tópico, o que implica que o DP interno a este PP deve “respeitar” os traços semânticos previstos para um tópico.

CAPÍTULO 4

Tópico: uma abordagem sintática

4.1 Abrindo o capítulo

O modo que o falante/escritor escolhe para transmitir as informações, se pressupostas (dadas, acessíveis) ou asseridas (novas, não acessíveis), reflete-se diretamente na estrutura da sentença: o que é pressuposto ou de conhecimento partilhado tende a ser colocado à esquerda, no início da oração, e o que é novo, geralmente, no final da oração, a depender da configuração da língua. O elemento da esquerda que tem essa função de recuperar ou ativar um conhecimento partilhado é o tópico. E o elemento que tem a função de introduzir uma informação nova é o foco. Mas diferenças entre o tópico e o foco não se reduzem apenas ao fato de um estar relacionado à informação dada e o outro à informação nova, como será visto no decorrer deste capítulo. Desse modo, no presente capítulo apresentaremos, no item 4.2, as diferenças sintáticas entre o tópico e o foco; no item 4.3, os testes que identificam um constituinte como tópico; no item 4.4, as classificações de tópico de acordo com a proposta de alguns autores; e, no item 4.5, as construções de tópico encontradas nos *corpora*, classificando-as de acordo com as propostas do item 4.4.

4.2 Tópico e Foco: duas categorias distintas

Algumas línguas, como o italiano (cf. RIZZI, 1997), o espanhol (cf. ZUBIZARRETA, 1998) e o português europeu (cf. COSTA, 2000), realizam o tópico no início da oração, deslocado à esquerda, e o foco, em contrapartida, é geralmente realizado à direita, após o verbo. Essa ordem, entretanto, pode ser alterada porque o tópico também pode aparecer à

direita e o foco, em função da possibilidade de marcação prosódica, pode aparecer em qualquer posição, inclusive deslocado à esquerda. O fato de o foco poder também aparecer nessa posição levanta alguns problemas para a identificação do tópico, principalmente em textos escritos, uma vez que nestes não existe a possibilidade de recorrermos à marcação prosódica, principalmente nos caso de textos antigos, que são objetos de estudo deste trabalho.

Para haver uma clara distinção entre os elementos deslocados à esquerda, se tópico ou foco, alguns autores levantaram algumas características que permitem identificar e distinguir tópico de foco.

4.2.1 Tópico vs. Foco: diferenças semânticas e sintáticas

Tópico e foco, apesar de poderem ocorrer deslocados à esquerda, não apresentam as mesmas características semânticas e nem sintáticas. Raposo (1996), por exemplo, observa que as construções de foco diferem das construções de tópico porque: (i) o constituinte frontado de movimento de foco ou é quantificacional ou tem algum tipo de força de operador, como o foco contrastivo; (ii) não há pausa separando o constituinte frontado do resto da expressão como acontece com o tópico; (iii) o constituinte de movimento de foco não pode ser retomado por um clítico, diferente do que ocorre com o tópico, que pode ser retomado por um clítico, a depender do tipo de construção.

Rizzi (1997, p. 289-292), assim como Raposo (1996), vê diferenças entre as construções marcadas de tópico e de foco, as que envolvem uma posição-A' na periferia à esquerda, mas apresenta de forma mais detalhada as diferenças entre essas construções, seguindo a proposta de Cinque (1990). As perspectivas dos dois autores Cinque (1990) e Rizzi (1997) serão apresentadas porque é nelas que nos apoiamos para a identificação sintática do tópico, separando-o do foco.

Comparando o tópico e o foco em relação a suas características sintáticas, Rizzi (1997) apresenta as seguintes diferenças:

(i) Retomada clítica – um tópico pode ser retomado por um clítico resumptivo¹ dentro do comentário. Essa retomada pode ser obrigatória, opcional ou inexistente (cf. CINQUE, 1990). Obrigatória, se o constituinte topicalizado for um objeto direto; opcional, no caso de outras funções sintáticas; e inexistente se a língua não dispuser de um elemento clítico que possa retomar o tópico. Essa inexistência, na verdade, refere-se à realização visível, porque pode haver uma categoria vazia no lugar do clítico, como demonstram alguns estudos: Raposo (1996); Kato (1998); Galves (1998, 2001); entre outros. A presença do clítico retomando um elemento focalizado torna a frase inaceitável, como os exemplos abaixo evidenciam:

(1) a. Il tuo libro, lo ho comprato.
‘seu livro, eu o comprei’

b. IL TUO LIBRO ho comprato t (non il suo) (RIZZI, 1997, p. 286 (3)-(4))
‘SEU LIVRO eu comprei (não o dele)’

c. *IL TUO LIBRO lo ho comprato t (non il suo) (RIZZI, 1997, p. 290 (16a))

Em (1a), ocorre a retomada clítica do constituinte *il tuo libro* por *lo*, porque esse constituinte é um tópico. Essa retomada não pode acontecer em (1b) porque o constituinte deslocado *IL TUO LIBRO* é um foco. Se houver a retomada, a frase fica agramatical, como se pode ver em (1c).

(ii) *Weak Cross-Over*² – Um tópico nunca provoca o efeito *weak cross-over*, contrário ao foco. É o que se verifica em (2a) e em (2b), respectivamente:

(2) a. Gianni_i, sua_i madre lo_i ha sempre apprezzato
‘Gianni, sua mãe sempre o apreciou’

b. ?? GIANNI_i sua_i madre ha sempre apprezzato t_i (non Piero) (RIZZI, 1997, p. 290 (17)-(18))
‘GIANNI sua mãe sempre apreciou, não Piero’

¹ Apesar de esta característica já ter sido citada acima, quando se fez referência a Raposo (1996), ela está sendo repetida porque será explorada de forma mais detalhada.

² *Weak Cross-Over* – Para a sintaxe gerativa, *Weak Cross-Over* se refere à ultrapassagem de uma expressão referencial por um pronome com o mesmo índice de referência. Considera-se, nesse caso, que o efeito de ultrapassagem, embora exista, é fraco, não provocando a agramaticalidade na frase. Um tópico, como foi citado acima, não induz a esse efeito. Exemplo:

(i) João_i, seus_i amigos o_i admiram.

(iii) Elementos Quantificacionais Nus – Os elementos quantificacionais que não são associados a uma restrição lexical dentro do DP não podem ser tópicos em construções de deslocamento à esquerda clítica³, como no exemplo em (3a), mas eles permitem focalização, como no exemplo em (3b):

(3) a. *Nessuno, lo ho visto
‘Ninguém, eu o vi’

b. NESSUNO ho visto t (RIZZI, 1997, p. 290 (19)-(20))
‘NINGUÉM eu vi’

Cinque (1990) ressalta, entretanto, que um quantificador nu, como *qualcosa* (alguma coisa) ou *qualcuno* (alguém), pode ser um sintagma tópico, podendo, inclusive, prescindir do pronome resumptivo, como mostram os exemplos abaixo:

(4) a. Qualcuno, (lo) troveremo.
‘alguém nós (o) encontraremos’

b. Qualcosa, di sicuro, io (la) farò. (CINQUE, 1990, p. 15 (43))
‘alguma coisa, certamente eu (a) farei’

c. Qualcuno, troverò di sicuro per questo compito. (CINQUE, 1990, p. 74 (43b))
‘alguém (ou outro) encontrarei certamente para essa tarefa’

(5) a. Qualche errore, Carlo *(lo) ha fatto.
‘algum erro Carlo (o) tem feito’

b. Molte lettere, lui *(le) butta via. (CINQUE, 1990, p. 15 (44a) e (44c))
‘muitas cartas ele (as) joga fora’

A aparente opcionalidade do elemento clítico nos exemplos em (4), de acordo com Cinque (1990), está relacionada ao emprego referencial do quantificador: se o quantificador for usado referencialmente, o clítico é necessário, como nos exemplos em (4a,b); mas se a interpretação do quantificador não for específica, o uso do clítico é impossível, como em (4c). Esses quantificadores nus usados não-referencialmente comportam-se como operadores intrínsecos, podendo identificar uma categoria vazia como uma variável. Assim como os quantificadores nus referenciais (como nos exemplos em (4a,b)), os DPs quantificados, nos exemplos em (5), não podem ser considerados como operadores intrínsecos. Nesses casos, tem-se um deslocamento à esquerda clítica, e o clítico resumptivo é obrigatório.

³ Esse tipo de construção será apresentado detalhadamente no item 4.4.

(iv) Unicidade/exclusividade – Uma oração pode conter tantos tópicos quantos forem consistentes com os seus argumentos e adjuntos; os focos, entretanto, dispõem de apenas uma posição estrutural, o que significa que a focalização de dois constituintes é excluída, como se pode ver nos exemplos em (6).⁴

(6) a. Il libro, a Gianni, domani, glielo darò senz'altro.

‘o livro, a João, amanhã, eu o darei para ele com certeza (sem dúvida)’

b. *A GIANNI IL LIBRO darò (non a Peiro, l'articolo)

(RIZZI, 1997, p. 290 (21)-(22))

A GIANNI O LIVRO eu darei, não a Pedro, o artigo

Além disso, Rizzi (1997) observa que um foco e um tópico podem ser combinados na mesma estrutura. Nesse caso, o constituinte focalizado pode ser ou precedido ou seguido por um tópico, como mostra o exemplo em (7):

(7) A Gianni, QUESTO, domani, gli dovrete dire.

(RIZZI, 1997, p. 291 (23))

A Gianni, ISTO, amanhã, você deveria dizer-lhe

(v) Compatibilidade com wh- – Um operador wh- em interrogativas raízes é compatível com um tópico em uma ordem fixa (Top Wh), enquanto é incompatível com um foco:

(8) a. A Gianni, che cosa gli hai detto?

‘A Gianni, o que você lhe disse?’

b. *Che cosa, a Gianni, gli hai detto?

‘o que, a Gianni, você lhe disse?’

(9) *A GIANNI che cosa hai detto (, non a Piero)?

(RIZZI, 1997, p. 291 (24)-(25))

‘A GIANNI o que você disse (, não a Piero)?’

(vi) Quantificação – Assim como Raposo (1996), Rizzi (1997) considera que o foco é quantificacional, mas não o tópico. Uma evidência de que o foco envolve ligação quantificacional A’ é o contraste apresentado pelo efeito *weak cross-over* observado entre (2a) e (2b). Isso significa que o elemento focalizado, como no exemplo em (10), deve ligar

⁴ Como será visto no próximo capítulo, Benincà (2004) apresenta restrições a essas considerações, porque, para ela, o foco também pode ser recursivo.

uma variável sintática, seguindo o Princípio da Interpretação Plena, que requer que todo quantificador ligue uma variável:

(10) [AS CRIANÇAS]_i [eu peguei x_i na escola]

Sob essa perspectiva, uma frase como a seguinte:

(11) *Il tuo libro, ho comprato (RIZZI, 1997, p. 290 (15b))
‘seu livro, eu comprei’

de acordo com Cinque (1990) e Rizzi (1997), é eliminada, em italiano, porque o elemento topicalizado, *il tuo libro*, não é quantificacional. Além disso, a categoria vazia, interna à oração, não pode ser identificada como PRO porque está regida; não é um traço de DP, porque violaria o Princípio A da Teoria da Ligação, uma vez que a anáfora está livre em sua categoria de domínio; não é uma variável porque toda variável deve ser A'-ligada. Acresce-se a isso o fato de que *il tuo libro* não se qualifica como um operador para ligar a variável porque ele não é um quantificador nu, um sintagma wh- e nem um DP nulo em Spec, CP (cf. CINQUE, 1990, seguindo CHOMSKY, 1981).

No exemplo em (12), ao contrário, a categoria vazia preenche os requisitos para a sua qualificação como variável porque o DP, em Spec, CP, é que a c-comanda, fazendo a ligação necessária entre ela e o elemento em foco. [GIANNI], portanto, é foco e não é tópico:

(12) [GIANNI]_i [CP DP_i [IP vedrò e_i domain]]⁵ (CINQUE, 1990, p. 73 (42))

Além dessas características sintáticas que distinguem o tópico do foco, alguns autores apresentam testes nos quais podemos nos apoiar para a identificação de um tópico. Tais testes serão analisados a seguir.

⁵ e é a abreviação para *empty category* = categoria vazia.

4.3 Testes para identificação do tópico

Para a identificação do tópico e sua conseqüente diferenciação com o foco, alguns autores, dentre eles Lambrecht (1996), Rizzi (2002) e Brito, Duarte e Matos (2003) indicam alguns testes que ajudam a distinguir sintaticamente essas duas categorias.

Lambrecht (1996) cita dois tipos de teste para determinar o status de tópico de um constituinte: o uso das expressões *quanto a...* e *sobre*⁶. No primeiro teste, a expressão *quanto a ...*, tendo como complemento o DP tópico, é colocada numa posição que antecede a sentença e este DP é geralmente repetido em forma pronominal na sentença, mas não necessariamente:

- (13) As for the children, they went to school. (LAMBRECHT, 1996, p. 152 (4.1'))
 ‘Quanto às crianças, elas foram para a escola’

Esse primeiro teste é também referido por Rizzi (2002) que, ao demonstrar que os advérbios não podem ser considerados tópicos, observa que a interpretação nocional de um tópico é “quanto a x (que já está presente no contexto discursivo), eu estou lhe dizendo que y”. Por exemplo:

- (14) Quanto ao seu livro, estou lhe dizendo que vou comprá-lo amanhã.

Tal teste, entretanto, não produz bons resultados se aplicado a um advérbio preposto porque não se pode parafrasear a sentença contendo este advérbio: “Rapidamente, João saiu da sala” – “quanto a eventos rápidos, ...” (cf. RIZZI, 2002, p. 14).

Quanto ao segundo teste, Lambrecht (1996) sugere que a sentença que contém o tópico deve ser encaixada em uma matriz, contendo a preposição *sobre*, cujo complemento é o DP tópico:

- (15) He said about the children that they went to school. (LAMBRECHT, 1996, p. 152 (4.1'))
 ‘ele disse sobre as crianças que elas foram para a escola’

Assemelhando-se a esse tipo de teste, Brito, Duarte e Matos (2003), por sua vez, sugerem que, para se identificar se um constituinte é o tópico de uma frase, devemos construir uma frase com um verbo declarativo utilizando a expressão *acerca de* e colocar o constituinte

⁶ *Quanto a ...* e *sobre* são traduções respectivas para as seguintes expressões usadas por Lambrecht (1996): *as-for* e *about*.

como complemento dessa expressão, de acordo com o esquema: *x está a afirmar acerca de tópico que F* (p. 490). Por exemplo:

(16) Fruta, adoro melão.

Teste: alguém está a afirmar acerca de fruta que adora melão.

(BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 490 (2)-(3))

Os testes, como se vê, assemelham-se quanto à captura da noção semântica de tópico, mas, para a sua aplicação, tanto Lambrecht (1996) quanto Rizzi (2002) salientam que é necessário observar se o referente está contextualmente acessível. Tal procedimento é fundamental para que não se confunda tópico com foco, uma vez que este também pode aparecer no início da oração, mas diferencia-se do primeiro por ter a função de introduzir uma informação nova, e que não está contextualmente acessível, como pode ocorrer, por exemplo, numa frase do tipo apresentacional, como em (17) ou em contextos do tipo *out-of-the-blue*, como em (18):

(17) A: Quem foi para a escola?

B: As crianças foram para a escola.

(18) A: O que aconteceu?

B: As crianças foram para a escola.

Em ambas as situações, podemos ter a impressão de que o DP inicial é um tópico porque estamos diante de um DP definido e que inicia uma oração. Aplicando, contudo, o teste, observa-se que não se trata de um tópico, mas de um foco, como pode ser visto abaixo:

(19) A: Quem foi para a escola?

B: #Quanto às crianças, elas foram para a escola.

Um outro caso é o das sentenças em que um referente está sendo usado pela primeira vez, sem que seja de conhecimento partilhado entre os interlocutores:

(20) #Quanto às tarifas dos transportes, acredito que sofrerão aumento.

E há ainda os casos em que o primeiro elemento é o foco contrastivo. Neles, também, observamos o funcionamento do teste:

(21) A: Todos os alunos fizeram o exercício hoje?

B': AS MENINAS fizeram o exercício hoje (mas os meninos não)

A frase em (21B'), se for parafraseada através do teste, perde a interpretação contrastiva esperada na resposta, como em (21B'')

B'': #Quanto ÀS MENINAS, estou dizendo que elas fizeram o exercício hoje (mas os meninos não).

Esses testes se constituem um recurso necessário para a identificação do tópico, mas, mesmo lançando deles para essa tarefa, não podemos prescindir do contexto.

As diferenças entre tópico e foco indicadas pelos testes, pelo lugar de ocorrência e pelas características estruturais são os guias para a identificação de um ou outro elemento como tópico nos *corpora* em análise, incluindo-se aí as características semânticas do tópico, já analisadas, como referencialidade, identificabilidade, definitude, acessibilidade, entre outras. Mesmo assim, há situações que dificultam o reconhecimento do tópico, porque as frases com sintagmas deslocados à esquerda resultam ambíguas. Considerando-se, por exemplo, o português brasileiro moderno, observa-se que nem todas as construções são “transparentes” para a identificação do tópico ou do foco, principalmente se levarmos em conta que o clítico acusativo não está presente para que se possa seguramente indicar se se trata de uma construção de um ou de outro tipo. O exemplo abaixo é um demonstrativo dessa dificuldade:

(22) O livro ainda não li [-].

Algumas análises, como a de Galves (2001), revelam que existe uma categoria vazia do tipo pronominal na lacuna interna à oração se o elemento deslocado for um tópico; para o foco, ter-se-ia uma variável. Apesar de a distinção ser aparentemente simples, a complexidade surge quando se trata de textos escritos, principalmente os de períodos anteriores, para os quais não podemos recorrer à marcação prosódica que, normalmente, distingue o elemento deslocado à esquerda como foco ou como tópico.

Para a análise dos *corpora*, textos escritos de períodos anteriores da língua, definimos como critérios para a identificação e caracterização de um tópico os traços semânticos (conforme explicado no capítulo anterior), as marcas sintáticas (quando há) e, principalmente, o contexto. Vejamos os exemplos abaixo:

(23) “Quanto à segunda falta que Vossa Senhoria acha nos meus escritos tenho pouco a responder.” (CO.23.118.pe.18)

(24) “O galho, a carta ao Graça e o documento que os acompanhou conservo-os na mesma caixa, em minha sala.” (MAS.176.301.pb.19)

(25) “Provas tens tu lá, e eu é que as reclamo revistas.” (OM.QM.17.81.pb.19)

(26) “A minha teoria já lhe disse, devemos fazer entrar para a Academia as superioridades do país.” (JN2.128.181.pb.19)

Em (23), sem dúvida, temos um DP tópico inicial, *a segunda falta que Vossa Senhoria acha nos meus escritos*, porque a marcação sintática o indica: *Quanto a*. No exemplo em (24), também temos marcas sintáticas que nos permitem identificar o DP inicial, *O galho, a carta ao Graça e o documento que os acompanhou*, como um tópico: a retomada por um clítico a ele correferencial.

Mas no caso dos dois outros exemplos, é difícil definir se os DPs em questão têm a função de tópico ou de foco. Começando pelo DP em (25), *Provas*, como já dito no capítulo anterior, ele é considerado tópico porque é acessível textualmente em outras cartas. Mas não é só por isso, analisando atentamente o exemplo, observamos que o pronome *tu* está numa posição de foco contrastivo em comparação com o restante da sentença: *provas tens tu*⁷ (não eu). Se *tu* é o foco da oração, então *provas* é o tópico, uma vez que, como foi visto acima com Rizzi (1997), o foco não é recursivo, portanto, não pode haver dois focos na oração. Além disso, também é possível a aplicação do teste, conforme sugerido pelos autores acima citados:

(25’) Quanto às provas, tens tu (elas) lá.

Em (26), a dificuldade é ainda maior porque não temos nenhuma pista na própria frase (nem a retomada clítica) que possa indicar que o DP *A minha teoria* tenha a função de tópico ou de foco. Se formos analisar pelas características semânticas, discutidas no capítulo anterior, poderíamos afirmar que é um tópico. Mas também um foco pode ser referencial e específico. Temos duas possibilidades para resolver o impasse: i) a realização do teste e ii) a busca no contexto.

(26’) a. Quanto à minha teoria, já lha disse. (ou Quanto à minha teoria, já a disse)

⁷ Essa posição do foco contrastivo será discutida em capítulos posteriores.

Pela aplicação do teste, verificamos que o DP em questão pode até ser um tópico. Mas a dúvida ainda continua⁸. A confirmação de que o DP é um tópico é encontrada no contexto:

(27)

“Eu acho bom dilatar o prazo das eleições, porque no intervalo ou morre algum dos candidatos mais difíceis de preterir, ou há outra vaga. **A minha teoria já lhe disse, devemos fazer entrar para a Academia as superioridades do país.**” (JN2.128.181.pb.19)

Pelo contexto em (27), podemos considerar que o DP *a minha teoria* não é um foco porque não expressa informação nova e nem induz uma leitura contrastiva. O DP, então, em questão é um tópico porque faz parte de um conhecimento pressuposto entre os interlocutores: subentende-se que o autor da carta tenha dito a sua teoria anteriormente e agora ele a está repetindo.

Desse modo, para a identificação do tópico nos *corpora* em análise buscamos apoio nas marcas formais e nas características semânticas do DP; não as encontrando, recorreremos aos testes. Mas, em todos os procedimentos da análise, o contexto (na verdade, o co-texto) serviu-nos de base para confirmar ou refutar as nossas hipóteses acerca da identificação de um DP como tópico⁹.

Identificados os tópicos, passemos à tarefa de classificá-los. É o que faremos no próximo item.

4.4 Tipos de tópico

Na literatura sobre tópico, existem, pelo menos, duas classificações correntes: a deslocada esquerda clítica (doravante CLLD) e a deslocada à esquerda (doravante LD)¹⁰. Além dessas, o português apresenta outros tipos (cf. BRITO; DUARTE; MATOS, 2003), como veremos a seguir. A tipologia dos tópicos apresentada pelos autores neste item será aqui seguida, com algumas modificações, no decorrer do trabalho porque: i) é a comumente

⁸ A construção na frase em (26) é semelhante às do português brasileiro moderno. A esse tipo de construção retornaremos em seção posterior deste capítulo.

⁹ Ou como foco, nos casos em que se faz necessário demonstrar a presença de um concomitante com o tópico. Isso será visto em capítulos posteriores.

¹⁰ CLLD e LD são abreviaturas para as respectivas expressões em inglês: *Clitic Left Dislocation* e *Left Dislocation*. Essas abreviaturas serão mantidas neste trabalho, ao invés de sua tradução, porque são de uso corrente nos trabalhos gerativistas.

utilizada nas teorias sobre tópico; ii) trata dos tópicos nas línguas românicas (e a portuguesa é uma delas); iii) atende aos tipos encontrados nos *corpora*; e iv) além disso, não pretendemos propor uma nova classificação dos tópicos, pois foge ao escopo deste trabalho. Desse modo, apresentamos abaixo as classificações correntes na literatura gerativa¹¹ sobre o tópico e, a seguir, apresentaremos as classificações dos tópicos encontrados nos *corpora*.

4.4.1 A proposta de Cinque (1990)

Cinque (1990) considera que existem, pelo menos, dois tipos de construção de tópico nas línguas românicas: a CLLD e a LD. Centrando sua análise na primeira, Cinque (1990) analisa, sintaticamente, o que a distingue da LD¹²:

(i) O sintagma deslocado à esquerda da CLLD pode ser qualquer projeção máxima que não esteja em ilhas, como em (28a,b,c); enquanto na LD só podem ocorrer DPs nus, como mostra a agramaticalidade em (29), em que o primeiro elemento não é um DP nu:

(28) a. [_{PP} Al mare], ci siamo già stati.
‘ao mar lá já estivemos’

b. [_{AP} Bella], non lo è mai stata.
‘bonita ela nunca o foi’

c. [_{QP} Tutti], non li ho visti ancora
‘todos não os vi ainda’

(CINQUE, 1990, p. 57-58 (1))

(29) *To John, I have already spoken to him
‘a João, eu já lhe falei’

Em (28a), tem-se a ocorrência de um locativo, *al mare*, deslocado à esquerda; em (28b), o constituinte deslocado é o núcleo do Sintagma Adjetival, *bella*; e em (28c), é o quantificador com função de objeto que é deslocado. Como se vê, vários tipos de projeção máxima podem ser deslocados à esquerda nas construções em CLLD; o que não ocorre na LD, como se pode

¹¹ Não colocaremos tipologia de tópico relacionada à estrutura da informação porque não a encontramos e, além disso, geralmente os estudos funcionalistas se apóiam nos termos apresentados pela gerativa quando fazem alguma classificação. É o intercâmbio entre funcionalistas e formalistas, como o aponta Kato (1998b).

¹² Cinque (1990) vai centrar sua análise na CLLD porque a LD, em sua opinião, foi amplamente discutida por Ross (1967) e Chomsky (1977).

ver em (29), em que o deslocamento de um PP produz uma frase agramatical (pelo menos no inglês).

(ii) A CLLD pode ocorrer fronteira em qualquer tipo de oração encaixada, como em (30); enquanto a LD só pode ocorrer em contexto de raiz e no complemento de poucas classes de verbos atitudinais proposicionais:

(30) *Non so proprio chi, questo libro, potrebbe recensirlo per domani* (CINQUE, 1990, p. 58 (1b))
 ‘não sei mesmo quem, este livro, poderia revisá-lo para amanhã’

(iii) Em CLLD existe a recursividade de tópico, pode ocorrer mais de um; em LD, só é possível a ocorrência de um:

(31) *Di vestiti, a me, Gianni, in quel negozio, no mi ce ne ha mai comprati* (CINQUE, 1990, p. 58 (1c))
 ‘roupas, para mim, Gianni, naquela loja, não me há mais comprado’

(iv) Em CLLD, se houver um elemento resumptivo interno ao IP, tem que ser necessariamente um clítico. Tal requerimento não existe em LD.

(32) a. *In quella città, non ci sono mai stato.*
 ‘naquela cidade eu (lá_{CL}) nunca estive’

b. **In quella città, non sono mai stato là.* (CINQUE, 1990, p. 59 (1d))
 ‘naquela cidade eu nunca estive lá.’

(v) Em CLLD, há obrigatoriedade de conectividade entre o sintagma deslocado à esquerda e a posição interna ao IP (se estiver ligada por um clítico ou não). Um exemplo dessa conectividade é o que diz respeito à Teoria da Ligação, em que não se evidenciam efeitos de *weak cross-over*, como se pode ver em (33). Em LD, não ocorre nenhum tipo de conectividade entre o sintagma deslocado à esquerda e o pronome resumptivo interno ao IP.

(33) *A lei; / *se stessa, Maria; dice che non ci pensiamo mai.* (CINQUE, 1990, p. 59 (1e))
 ‘nela / nela própria Maria diz que nós não pensamos mais’

(vi) A relação entre o sintagma deslocado à esquerda e o elemento resumptivo em CLLD é sensível às restrições de ilha; em LD, não existe tal tipo de restrição:

- (34) a. *[_{PP} *A Carlo*], ti parlerò solo del [_{DP} *le persone* [_{CP} *che gli piacciono*]]
 ‘a Carlo eu falarei a você só sobre as pessoas que lhe atraem’
- b. *[_{PP} *A voi*], Mario corre più di [_{CP} *quanto non vi sembri*]
 ‘para você Mario corre mais do que isso lhe parece’
- c. *[_{PP} *A casa*], lo abbiamo incontrato [_{PP} *prima che ci andasse*] (CINQUE, 1990, p. 59 (1f))
 para casa nós o encontramos antes que ele lá_(CL) fosse

De acordo com a análise apresentada por Cinque (1990), a CLLD, por um lado, difere da LD porque pode ocorrer com qualquer tipo de constituinte e em qualquer tipo de oração; mas, por outro, a CLLD apresenta mais restrições porque, a depender do constituinte, tem a obrigatoriedade da retomada interna à oração e também não ocorre em contextos de ilhas.

A abordagem de Cinque (1990) toma como objeto a língua italiana. Mas uma análise relacionando as construções de CLLD e de LD em língua portuguesa encontramos em Raposo (1996), como será visto abaixo.

4.4.2 A proposta de Raposo (1996)

Não muito diferente de Cinque (1990), Raposo (1996) considera a possibilidade de haver dois tipos de construção de tópico: a CLLD, seguindo os termos de Cinque (1990) e a Topicalização Inglesa (ETop¹³), que ele considera similar, na forma e na função, às construções do inglês estudadas por Chomsky (1977), a LD. Para Raposo (1996), dentro do quadro das línguas românicas, a CLLD é mais comum do que a ETop, sendo de uso mais amplo no português europeu. E, em sua opinião, apesar de ambas as construções, CLLD e ETop, se mostrarem semelhantes na superfície, elas se distinguem em relação ao lugar interno à oração associado ao constituinte deslocado à esquerda em cada uma: um clítico resumptivo em CLLD, como em (35), e uma lacuna em ETop, como em (36):

¹³ ETop – é uma abreviatura para *English Topicalization*.

(35) Essa garrafa, comprei-a ontem para o capitão.

(36) Essa garrafa, comprei _{ec} ontem para o capitão.¹⁴ (RAPOSO, 1996, p. 1 (1)-(2))

Devido a essa aparente semelhança, Raposo (1996) faz uma análise sintática e semântica dessas duas construções, apresentando suas semelhanças e diferenças:

(i) Quanto ao aspecto semântico

1. CLLD e ETop se aproximam porque o tópico nessas duas construções serve para trazer para evidência uma entidade dada no universo do discurso, colocando-a como um ‘ponto de referência’ a partir da qual a predicação principal da sentença é então construída; é um DP específico (definido), relacionando-se com um referente no discurso; não pode ser quantificacional; e não tem força de operador, diferente do foco contrastivo, embora a CLLD também possa ser usada contrastivamente, como nas orações adversativas:

(37) Este livro, a Maria não (o) leu, mas esse leu(-o). (RAPOSO, 1996, p. 5 (9))

2. CLLD e ETop diferenciam-se porque, nesta, mas não em CLLD (cf. 39), o tópico pode ser um DP nu (cf. 38), que se relaciona a um conjunto geral cujos membros é a extensão do nome comum e que também pode ser aberto a uma interpretação genérica:

(38) a. Livros do Tintim, li muitos/um/poucos/bastantes/vários _{ec} ontem antes de adormecer
b. Livros do Tintim, li _{ec} ontem antes de adormecer.

(39) *Livros do Tintim, li-os ontem antes de adormecer. (RAPOSO, 1996, p. 5 (5)-(6))

(ii) Quanto ao aspecto sintático:

1. A CLLD difere da ETop porque o constituinte frontado da CLLD, e não o da ETop, é retomado ou por uma lacuna ou por um pronome clítico; neste último caso, se a língua dispuser de um para a sua relação gramatical interna a IP.

2. A CLLD é sensível a ilhas enquanto a ETop não sofre restrições de ilhas.

¹⁴ *ec* (*empty category*) = categoria vazia.

3. A ETop pode ter ocorrência de DP nu com possibilidade de retomada por um quantificador, mas não a CLLD, o que implica que a lacuna nesse caso não pode ser preenchida por um clítico:

- (40) a. Esses carrinhos dinkytoys, a minha mãe deu-me_{ec} quando eu era pequeno.
 b. *Poucos carrinhos dinkytoys, a minha mãe deu-me_{ec} quando eu era pequeno.
 c. Carrinhos dinkytoys, a minha mãe deu-me_{ec} quando eu era pequeno.
 d. Carrinhos dinkytoys, a minha mãe deu-me alguns/muitos/um/poucos/bastantes_{ec} quando eu era pequeno.
 e. Carrinhos dinkytoys, eu sempre adorei_{ec}. (RAPOSO, 1996, p. 9 (25))

4. A ETop, contrário à CLLD, licencia lacuna parasita:

- (41) a. Esses documentos, eu queimei_{ec} [depois de ler pg¹⁵] (RAPOSO, 1996, p. 11 (29))
 b. *Esses documentos, eu queimei-os depois de ler pg. (RAPOSO, 1996, p. 7 (13))

Diante dos casos analisados, Raposo (1996) chama a atenção para o fato de que a construção de ETop não é simplesmente a contraparte da CLLD, em cuja lacuna o clítico resumptivo não foi realizado e, além disso, essa lacuna não corresponde a um pronominal nulo. Na verdade, ele acredita que essa lacuna é preenchida por uma variável sintática, i.e., um traço resultante do movimento visível (de algum operador), assemelhando-se às construções de objeto nulo, com a diferença de que, nestas, o tópico é realizado por uma categoria vazia.

4.4.3 A proposta de Benincà (2004)¹⁶

Diferindo de Cinque (1990) e de Raposo (1996), Benincà (2004) admite a existência de dois tipos sintaticamente distintos de argumentos tematizados em italiano: *Hanging Topics*¹⁷ (HT) e os Deslocados à Esquerda (LD)¹⁸, como será detalhado a seguir:

¹⁵ *pg* é abreviação de *parasitic gap* = lacuna parasita

¹⁶ Apesar de sabermos que não é adequado, estamos fazendo inversão cronológica, apresentando a proposta de Benincà (2004) antes da de Brito, Duarte e Matos (2003) e a de Galves (1998b, 2001) depois desta última para conveniência da nossa análise e também para fazer a conexão das idéias apresentadas pelas autoras.

(i) No caso de LD, um argumento inteiro pode aparecer à esquerda, como em (42a); enquanto, em HT, somente o DP pode ser deslocado, como em (42b); Benincà (2004) acredita que só é possível distinguir as duas construções quando há um sintagma preposicional envolvido, como nos seguintes exemplos:

(42) a. *Di Mario / di questo libro, non (ne) parla più nessuno.*
‘de Mario / deste livro, não (lhe) fala mais ninguém’

b. *Mario / questo libro, non ne parla più nessuno.* (BENINCÀ, 2004, p. 10 (3))
‘Mario, este livro, não lhe fala mais ninguém’

(ii) A LD requer um pronome resumptivo só com os objetos diretos e partitivos, mas o clítico é opcional em outros casos (e impossível se a língua não tiver um clítico apropriado). Se estiver presente, o clítico concorda com o tópico em gênero, número e caso, como em (43a); o HT necessariamente requer um pronome resumptivo, expressando a relação sintática do argumento preposto com a sentença; o caso só é expresso pelo clítico, como em (43b):

(43) a. *Di Mario, non (ne) parla più nessuno.*
‘de Mario, não (dele) fala mais ninguém’

b. *Mario, non *(ne) parla più nessuno.* (BENINCÀ, 2004, p. 6 (4))
‘Mario, não se fala mais ninguém’

(iii) Só pode haver apenas um HT, como em (44a), enquanto pode haver mais de um LD, como em (44b):

(44) a. **Mario, questo libro, non ne hanno parlato a lui.*
‘Mario, este livro, eles dele não têm lhe falado’

b. *A Mario, di questo libro, non gliene hanno mai parlato.* (BENINCÀ, 2004, p. 11 (5))
‘a Mario, deste livro, eles não têm falado dele’

¹⁷ Manteve-se aqui o termo original porque, como será visto no decorrer da caracterização do tipo de tópico, a tradução como Tópico Pendente, uso mais geral no português, não satisfaz à noção apresentada pela autora.

¹⁸ A autora coloca LD, mas, pelas características descritas por ela, acreditamos que a LD a que ela se refere seja a CLLD.

(iv) O HT pode co-ocorrer com LD, sendo a ordem HT-LD, como em (45a), e não LD-HT, como em (45b):

(45) a. *Giorgio, ai nostri amici, non parlo mai di lui.*

‘Giorgio, aos nossos amigos, não falo nunca dele.’

b. **Ai nostri amici, Giorgio, non parlo mai di lui*

‘aos nossos amigos, Giorgio, não falo nunca dele.’

(BENINCÀ, 2004, p. 11 (6))

Diferente das propostas de Cinque (1990) e de Raposo (1996), Benincà (2004) apresenta dois tipos de tópico, HT e LD, mostrando a possibilidade de co-ocorrência entre eles e a sua ordenação na oração. Uma proposta mais ampla de classificação dos tópicos vai ser encontrada em Brito, Duarte e Matos (2003), como será visto abaixo.

4.4.4 A proposta de Brito, Duarte e Matos (2003)

Analisando as construções de tópico do português europeu moderno, Brito, Duarte e Matos (2003) detectaram, nessa língua, cinco tipos diferenciados dessas construções: Tópico Pendente, Deslocamento à Esquerda de Tópico Pendente, Topicalização, Topicalização Selvagem e CLLD¹⁹. Deta, as autoras apresentam as seguintes características semânticas, sintáticas e textuais que os definem e diferenciam, como se pode ver abaixo:

(i) Tópico Pendente – esse tipo de tópico serve como ponto de partida para o que vai ser dito no comentário, mantendo com este uma relação semântica, uma vez que a relação do tópico com o comentário obedece à *Condição de Relevância*. Sintaticamente, a sua relação com o comentário é de grau mínimo porque não há relação sintática, de Caso ou de papel temático, entre o tópico e algum elemento interno ao comentário. Realiza-se geralmente ou como um DP nu ou regido por uma expressão do tipo *quanto a, acerca de, no que diz respeito a*.

No plano textual, o Tópico Pendente funciona como uma estratégia de introdução de um referente, sendo por isso considerado um tópico discursivo que faz a transição entre o

¹⁹ Esta última não será tratada neste item porque já foi discutida na parte relacionada à classificação de Raposo (1996), que também discutiu dados relacionados ao português europeu moderno.

tópico da macro-seqüência anterior e o da macro-seqüenciação seguinte. É o que pode ser visto nos exemplos abaixo:

(46) a. Quanto ao *debate de ontem à noite*, é forçoso reconhecer que há políticos que falam sobre um país que não conhecem. (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 492 (10))

b. Doces... prefiro cocada.

(ii) Deslocamento à Esquerda de Tópico Pendente – esse tipo de construção, assim como a de Tópico Pendente, também funciona como introdutora de um assunto a ser discutido ou como transição entre o que estava sendo dito antes. Sintaticamente, difere do Tópico Pendente por apresentar uma relação sintática um pouco mais forte do que naquele, pois é retomado por um elemento interno na oração, com o qual apresenta conformidade de traços gramaticais de pessoa, gênero e número. Em função dessa relação sintática, a *Condição de Relevância*, nesse tipo de construção, é estabelecida através da correferência de traços sintáticos entre o tópico e o constituinte interno ao comentário. No plano textual, essa construção é uma estratégia muito utilizada na resposta a perguntas sobre o constituinte que ocorre como tópico. Por exemplo:

(47) A: Tens sabido alguma coisa do João ultimamente?

B: *O João*... ouvi dizer que ele tinha ido passar férias a Honolulu.

(BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 493 (12))

Brito, Duarte e Matos (2003) analisam que as construções de Tópico Pendente e de Deslocamento à Esquerda de Tópico Pendente partilham algumas propriedades sintáticas, como: não são sensíveis a ilhas; estão limitadas a contextos de frase-raiz e não envolvem movimento do tópico marcado para a posição periférica à esquerda da frase. Por causa dessas características, as autoras acreditam que o tópico nesses tipos de construção é gerado na base, na posição de especificador da projeção de Tópico.

(iii) Topicalização²⁰ – é um tipo de construção de tópico que partilha algumas semelhanças com a CLLD, como: grau elevado de sintatização, porque mantém com um

²⁰ Diferentemente do que se assume neste trabalho, para Brito, Duarte e Matos (2003), a topicalização é um tipo de construção de tópico. Assumimos, no entanto, que a topicalização é um processo sintático que envolve movimento de um constituinte para a posição de tópico. A topicalização a que se referem as autoras está relacionada às construções ETop sugeridas por Raposo (1996).

constituente interno ao comentário uma relação referencial, categorial, casual e temática; não se restringe a contextos de frase-raiz; o tópico é recursivo; ocorre à esquerda, em Spec, CP, nas frases-raiz, e à direita do complementizador nas frases encaixadas; é sensível a ilhas. Entretanto, difere daquele porque: o constituinte interno ao comentário é obrigatoriamente uma categoria vazia; é compatível com o movimento wh-; a categoria vazia licencia lacunas parasitas, o que sugere que ela é uma variável originada por movimento na Sintaxe Visível. Por exemplo:

(48) *A esse político*, podes crer que não dou o meu voto [-].

(BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 497 (25b))

(49) a. (?) Este é o criminoso [a quem]_i [_{STop} *a liberdade*, nós não podemos conceder
[-] [V]_i de modo algum]

b. (?) [Que romance]_i é que o João disse que [_{STop} *à Maria*, tinha oferecido
[V]_i [-] no Natal]?

(BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 500 (36))

No plano textual, a depender do status referencial do constituinte topicalizado e do tipo de oração em que o mesmo ocorre, a Topicalização pode ter as seguintes funções: introduzir um novo tópico no discurso, como em (50a), contribuir para a progressão temática, como em (50b), ou servir para pôr em contraste o que foi expresso pelo comentário acerca do tópico em uma predicação contida no discurso anterior, como em (50c):

(50) a. *Pão*, ainda há [-]?

b. Gostas de *perfumes*?

Ah sim, *perfumes*, adoro [-].

c. Aposto que **ainda não leste** o *último artigo do Chomsky*.

Não, não. Por acaso *esse*, já li [-].

(BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 499 (32a-c))

(iv) Topicalização Selvagem – diferencia-se da Topicalização porque o constituinte deslocado, nesse tipo de construção, é um PP, mas sem estar antecedido da preposição. Esta deve ser apenas atribuidora de caso, sem conteúdo semântico. Se a preposição apagada tiver conteúdo semântico, observa-se ausência de conectividade categorial e causal com a posição interna ao comentário, como pode ser visto em (51a-b), em que a preposição apagada é funcional, em comparação com (51c), em que a preposição apagada tem conteúdo semântico:

- (51) a. Essa cerveja, eu não gosto [-].
b. Esse relatório, acho que não precisamos [-] para a reunião de hoje.
c. *O João, conversei [-] na festa vs. Com o João, conversei [-] na festa.

(BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 501 (38) e (41))

Além disso, esse tipo de construção restringe-se a contextos de frases-raiz, como se pode observar na agramaticalidade das frases em (52):

- (52) a. */? Todos sabem que essa cerveja, eu não gosto [-].
b. */? Imprime o ficheiro inteiro, embora esse relatório, acho que não precisamos [-] para a reunião hoje.

(BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 501 (40))

Brito, Duarte e Matos (2003) chamam a atenção para o fato de que em algumas variedades do português, como o português brasileiro oral, é possível a ocorrência, nesse tipo de construção, do PP topicalizado sem a preposição com conteúdo semântico, como em (53a), e alçamento de PPs que não sejam argumentos do verbo, também sem a preposição, como em (53b):

- (53) a. Lingüista a gente não pode conversar mais [-] não.²¹
b. O seu regime entra muito laticínio [-].

Na verdade, o que Brito, Duarte e Matos (2003) estão chamando de Topicalização Selvagem em (53b) parece não cobrir a especificidade desse tipo de construção, como veremos a seguir com a proposta de Galves (1998b, 2001).

4.4.5 A proposta de Galves (1998b, 2001)

Galves (1998b, 2001) tem demonstrado que no português brasileiro há construções de tópico que não se assemelham com as construções do português europeu, como as apresentadas em (53b). Em sua análise, Galves (1998b) levanta dois tipos de construção de tópico possíveis no português brasileiro:

²¹ Os exemplos (53a) e (53b), de acordo com as autoras, foram retirados, respectivamente, de Pontes (1987, p. 33) e de Kato (1993, p. 230).

(i) Tópico Sujeito – nesse tipo de construção: um PP, locativo ou adjunto, deslocado à esquerda sem a preposição, comporta-se como o sujeito da frase porque estabelece concordância com o verbo; não há pronome lembrete retomando o DP anteposto; não há concordância verbal entre o verbo e o DP pós-verbal (tradicionalmente considerado o sujeito); o argumento externo do verbo não pode ser projetado, como pode ser visto em (54a,b):

- (54) a. Esta casa bate sol.²²
 b. Estas casas batem muito sol.

(ii) Tópico com Pronome Lembrete²³ – existem dois tipos de construção possíveis aqui: a) uma em que o sujeito é deslocado à esquerda e é retomado por um pronome lembrete²⁴ em sua posição pré-verbal, concordando com o verbo, como pode ser visto em (55a); e b) a outra em que um locativo ou um PP também é deslocado à esquerda, mas é retomado internamente, em sua posição na oração, por um pronome lembrete. Neste último caso, esse elemento deslocado, diferente do que ocorre com as construções de Tópico Sujeito, não pode concordar com o verbo, como se vê em (55c). É preciso salientar que, em ambos os casos, há uma conectividade sintática entre o elemento deslocado e o pronome lembrete, uma vez que ambos são correferenciais e portam os mesmos traços morfológicos.

- (55) a. *Essa competência, ela é de natureza mental.* (GALVES, 1998b, p. 24)
 b. *Esta casa, bate muito sol nela.*²⁵
 c. **Estas casas batem muito sol nelas.* (GALVES, 1998b, p. 21)

A diferença na construção dessas frases em (55a) e em (55b) indica que estamos diante de dois fenômenos diferentes, como analisa Galves (1998b, 2001), mas que não podem ser considerados como Topicalização Selvagem.

Além dos tipos propostos acima, Ribeiro (1996), a partir de sua análise do português arcaico, sugere mais um tipo: o da Topicalização V2. Nesse tipo, de acordo com a autora,

²² O exemplo em (54a) foi retirado de Galves (1998b, p. 21); e o em (54b) é uma interpretação do que a autora considera como marginal em: ??Este carro cabem muitas pessoas (p.22).

²³ Estudos a esse respeito também foram realizados por Barbosa, Kato e Duarte (2001), cuja construção é designada por duplo sujeito.

²⁴ Algumas propostas consideram que este pronome se realiza em função do enfraquecimento da morfologia flexional do verbo (cf. Galves, 2001; Kato, 1993, 1998a). Para Galves (2001), ele é o traço de pessoa.

²⁵ Em construções desse tipo, Galves (1998b) admite a possibilidade de uma construção ambígua, uma vez que é possível a seguinte representação: [_{Top} Esta casa [_{IP} *pro* bate muito sol nela]]

encontra-se o clítico antecedendo o verbo e também a inversão na ordem dos constituintes, realizada em VS, como se pode ver no exemplo em (56):

(56) e estes dizimos quis Nostro Senhur pêra as eygreyas fazer (FR.1.5.75r-75v)²⁶

(RIBEIRO, 2001, p. 102 (16c))

Todos esses tipos de construções de tópico, de acordo com os autores citados acima, não fazem parte da estrutura gramatical de todas as línguas românicas. Por exemplo, a CLLD é comum a quase todas as línguas românicas, com exceção do português brasileiro²⁷; a LD²⁸, a topicalização selvagem, a topicalização, os dois tipos de tópico pendente assim como o tópico com pronome lembrete²⁹ são comuns tanto no português europeu quanto no português brasileiro; e o Tópico Sujeito, do que sabemos até o momento, parece só ocorrer no português brasileiro³⁰.

Como se pode ver, há várias classificações para o tópico: umas, às vezes, se intercambiam, e outras, às vezes, se distanciam. Por exemplo, a CLLD, sugerida por Cinque (1990) e seguida por Raposo (1996), partilha algumas propriedades com a LD sugerida por Benincà (2004): pode ser qualquer projeção máxima, tem recursividade, o argumento deslocado é retomado por um clítico resumptivo obrigatório no caso dos objetos diretos, mas opcional nas outras funções. Apesar de Benincà (2004) não fazer referência ao contexto de ocorrência, à conectividade obrigatória e às restrições de ilha em relação à LD, considera-se que essas propriedades estejam implícitas na caracterização da LD proposta por ela. Está-se diante, nesse caso, de uma diferença terminológica para as mesmas realizações, o que, de certo modo, provoca uma “confusão” na literatura da área porque já existe a expressão LD (proposta por Chomsky, 1977)³¹, mas com características completamente diferentes das que são definidas por Benincà (2004), como podemos ver se compararmos o que apresenta Cinque (1990) e o que apresenta Benincà (2004).

²⁶ FR = Foro Real, do século XIII.

²⁷ As construções de CLLD no português brasileiro não ocorrem em situações típicas na oralidade. E na escrita, restringem-se a realizações do tipo muito formais.

²⁸ Apesar de Raposo (1996) não citar a LD como um tipo possível de topicalização no português europeu, para economia da nossa análise, estamos unindo LD e ETop, considerando apenas a primeira, em função da semelhança entre elas, e por ser a primeira mais citada na literatura lingüística.

²⁹ É bom salientar que, embora seja possível a construção de tópico com pronome lembrete no português europeu, ela não é usada com a mesma frequência que no português brasileiro.

³⁰ Essas conclusões estão sendo inferidas das leituras feitas dos autores citados, que centram suas análises no italiano, no francês, no espanhol e no português europeu e no brasileiro. Das outras línguas românicas não temos dados que possam confirmar o que está sendo dito.

³¹ *Apud* Cinque (1990).

Quanto à LD proposta por Chomsky (1977), observamos uma correlação entre esta e a ETop sugerida por Raposo (1996), uma vez que ambas só podem ser realizadas por DPs; não apresentam conectividade com a posição interna na sentença; não têm restrições de ilha; são abertas à interpretação genérica; apenas um tópico deste tipo pode ser realizado na oração.

O HT sugerido por Benincà (2004), por sua vez, ora apresenta características da LD ora assemelha-se à CLLD. Dentre as características da LD, o HT partilha a de ser realizado só por DPs e a de não ser recursivo; mas diferencia-se desta assemelhando-se à CLLD por requerer um pronome resumptivo interno à oração. Na verdade, esse tipo é muito diferente do que se tem discutido na língua italiana, objeto de estudo de Cinque (1990) e Rizzi (1997), porque no estudo desses autores não há referência ao HT.

A proposta de Brito, Duarte e Matos (2003) traz algumas correlações com as propostas anteriores porque, por exemplo, o Deslocamento à Esquerda Clítica é a mesma CLLD denominada por Cinque (1990) e semelhante à LD proposta por Benincà (2004); a Topicalização referida pelas autoras é correlata à ETop proposta por Raposo (1996). O Deslocamento à Esquerda do Tópico Pendente parece assemelhar-se com o HT proposto por Benincà (2004) porque neste tipo de construção também há uma retomada, mas não necessariamente por um clítico, e, além disso, não há a recursividade assim como em HT. A proposta das autoras diferencia-se das outras porque acrescenta outros tipos, como o Tópico Pendente, o Tópico Pendente com Deslocada à Esquerda e a Topicalização Selvagem.

Em função do objeto de estudo deste trabalho: análise das construções de tópico do português europeu e do português brasileiro, vamos fazer algumas combinações e restrições às propostas apresentadas até então para que possamos definir, com mais clareza, os tipos de tópico que aparecem nos *corpora* em análise. No que se refere à CLLD, seguiremos a perspectiva desenvolvida em Cinque (1990) e Rizzi (1997), que apresentam as manifestações sintáticas desse tipo de construção, além de admitirem a possibilidade de o tópico em CLLD poder ser qualquer projeção máxima, com a ressalva de que somente o objeto direto deve ter obrigatoriamente a retomada clítica³².

No que se refere às construções de tópico que envolvem um objeto direto sem retomada clítica interna à oração, preferimos a proposta de Raposo (1996) não só porque lida especificamente com dados do português europeu mas também porque indica os prováveis contextos de ocorrência da LD.

³² Cf. *The “left-dislocated” phrase of CLLD can be any maximal phrase* (p.57) e *resumptive clitics in CLLD are all optional except for object clitics*. (CINQUE, 1990, p. 71) – Tradução: O sintagma “deslocado à esquerda” de CLLD pode ser qualquer sintagma máximo. / os clíticos resumptivos em CLLD são todos opcionais exceto os clíticos objetos.

Para a classificação do tópico em Tópico Pendente, Topicalização Selvagem e Tópico Pendente Deslocada à Esquerda, estamos adotando a perspectiva de Brito, Duarte e Matos (2003), mas com duas ressalvas: i) não trabalharemos com a classificação de Topicalização propostas por elas, porque decidimos distribuir este tipo de tópico entre a CLLD de Cinque (1990) e a LD de Raposo (1996); ii) não adotaremos a terminologia de Tópico Pendente Deslocada à Esquerda, mas a de Tópico Pendente com Retomada, porque, acreditamos, o termo *deslocada* dá uma idéia de movimento neste tipo de tópico, com o que não concordamos, como será melhor explicado no próximo capítulo, e, além disso, esse tipo de tópico permite qualquer tipo de retomada interna à oração, como será visto nos dados dos *corpora*.

E para os tipos de Tópico Sujeito e de Topicalização V2, estamos seguindo, respectivamente, Galves (1998b) e Ribeiro (1996).

4.5 A classificação dos tópicos nos dados dos *corpora*

Considerando as propostas de classificação elencadas acima, detectamos nos *corpora* os seguintes tipos de tópico:

1. Tópico Pendente – foram considerados Tópico Pendente os DPs nus, sem marcas explícitas, ou explicitamente marcados pelas expressões: *quanto a, a respeito de, enquanto a, a propósito de, sobre...* Mesmo que o tópico acompanhado por essas expressões pudesse ter uma leitura de complemento do verbo na oração, optamos por considerá-lo como Tópico Pendente para unificar a classificação dos tópicos com marcas formais. Por exemplo:

(57) “A respeito desta canção diz Vossa Senhoria agora o seguinte e parece-me que fora melhor não o ter dito” (CO.15.92.pe.18)

Neste exemplo, poderíamos relacionar o tópico *a respeito desta canção* ao verbo *dizer*, leitura permitida no contexto: diz Vossa Senhoria agora o seguinte a respeito desta canção. Preferimos, contudo, manter a uniformidade na análise e considerar que os tópicos marcados por essas expressões sejam considerados como Tópico Pendente, com ou sem retomada.

Além disso, precisamos observar que o critério de ligação semântica sugerido por Brito, Duarte e Matos (2003), mas não sintática, foi seguido na análise. Ou seja, no Tópico Pendente, o termo relaciona-se com a oração semanticamente, introduz o tópico sobre o qual a

oração vai “falar sobre”, mas não apresenta relação sintática com algum lugar interno à oração.

Mais exemplos desse tipo encontramos distribuídos abaixo:

(58) “Sobre os efeitos do ciúme não será necessário que investiguemos na antiguidade para descobrirmos tais histórias.” (CO.5.42.pe.18)

(59) “A respeito dos serviços que se fazem, o criado é que deve ser pago e não a senhora.” (CO.38.181.pe.18)

(60) “mas emquanto ao "Fundo da Música", para reger uma orquestra, são os dois maiores homens que há em Roma; e ninguém lhes tira isto da cabeça.” (AC.3.45.pe.18)

(61) “E quanto ao modo de remessa, far-me-ia muito favor de mandar entregar esta bagatella em Londres por Francisco Wanzeller.” (AG.107.95.pe.19)

(62) “A propósito de Santo Antero: uma senhora, literata ilustre alemã, que está traduzindo em alemão *O Crime do Padre Amaro* (dá esta notícia-reclame no *Repórter!*) e que se chama Madame Barsh, dizia-me há dias numa carta, que os *Sonetos* traduzidos pelo Storck continuavam a ter um grande sucesso, ocupando-se deles a crítica berlinesa e provincial, e sendo recebida na Alemanha - com *admiração e reconhecimento*.” (EQ.QM.12.71.pe.19)

(63) “A proposito do livro, conversemos. Devo dizer-te que os meus *Escravos* estão quasi promptos.” (CA.8.160.pb.19)

(64) “Quanto ao Mafra será bom que converses com o Chaves e o Rui escreva ao Serra, para Friburgo, onde creio que ainda está, informando-o e habilitando-o a dar o grito de alerta sôbre mais essa intervenção armada etc.” (MD.44.52.pb.19)

(65) “Sobre o teu pedido – vou agir e peço-te que me mandes mais alguns esclarecimentos, porque, segundo aqui me informam, vão fazer as nomeações parceladamente, de modo que não sei si a cadeira que desejas é preenchida agora.” (EC.45.93.pb.19)

Observamos nos *corpora* que, além das marcas citadas para introdução de um Tópico Pendente, havia também outras possibilidades, como:

(i) emprego de outras expressões como: *em matéria de, pela parte*:

(66) “e em matéria de honra e crédito das suas amigas nos faz estalar de riso, fazendo-se-lhes ver a elas o sete-estrela.” (CO.4.18.pe.18)

(67) “E pela parte toda do Convento do Carmo, não tenho senão a abraçar-te, mestre e amigo.” (EQ.QM.65.167.pe.19)

(ii) introdução por preposições, como *de, em*:

(68) “No presente caso não falta quem argumente dizendo: os nossos casados não falam a mesma língua, logo não se entendem.” (CO.2.10.pe.18)

- (69) “e nesta consideração vem a ser o espaço uma sucessão de pontos de linhas e de superfícies, de que se deve ter idéia para acomodar todos os objectos que nos importa conter.” (MA.25.84.pe.18)
- (70) “Do resto de Paris, a novidade, para nós, é a declaração do Ribot sobre a questão Aportadores da dívida, declaração feita em pleno Senado, e cujo texto verás nu número do *Journal Officiel* que te mando *sous enveloppe*.” (EQ.QM.54.143.pe.19)
- (71) “Dos amigos aqui, o mais importante, Prado, está em vésperas de ir para o Brasil - apesar das súplicas de todos, pois que ele corre risco de que a República, lá, lhe dê algum safanão.” (EQ.QM.61.158.pe.19)
- (72) “Da leitura da carta não lhe direi o bem que me fez. (MAR.MAS.159.263. pb.19)”
- (73) “De política só lhe posso dizer que ninguém sabe o que vai acontecer.” (JN1.85.116.pb.19)
- (74) “Do Graça não ha ainda cartas, mas sei pelo sogro que chegou bem.” (MAS.60.146.pb.19)

Salientamos que os exemplos acima, em (68)-(74), podem ser submetidos, sem prejuízo semântico, ao teste de *quanto a*, se substituirmos a preposição inicial por esta expressão.

(iii) sem marcas explícitas:

- (75) “eu, às vezes mijar vermelho mais ou menos, às vezes, começar a fazê-lo, e não poder ir para diante com grande dor no colo da bexiga, e depois de alguns meses destes sintomas, prurido de o fazer muito a miudo com grande dificuldade, e com dores terríveis no fim da via da urina;”(AC.9.102.pe.18)
- (76) “música não, porque além de serem miseráveis os ganhos do ofício, como Vossa Mercê sabe, as praças estão ocupadas;” (AC.10.112.pe.18)
- (77) “Maçada e sensaboria: por isso principalmente meu bom José Maria eu que não encontro encanto senão na amizade, abro a boca de tédio perante a idéia de ir a Paris ver a apoteose da banalidade.” (OM.QM.26.97.pe.19)

Em todos os casos apresentados acima, verificamos que, embora o tópico se relacione semanticamente com o que a oração predica, ele não faz parte da estrutura sintática da oração. Não há nenhum lugar a ele destinado interno ao IP.

2. Tópico Pendente com Retomada – este tipo de tópico se caracteriza, como vimos acima, pela introdução de um tópico e uma retomada interna na oração. Essa retomada pode ocorrer de várias formas de acordo com os dados analisados, por um pronome, forte ou clítico, por uma expressão genérica, por uma categoria vazia, dentre outros. Este tipo de tópico diferencia-se do Pendente justamente pela sua conexão sintática com algum outro elemento na

oração. Nessa conexão, existe identidade de número e de gênero, quando a retomada é feita por um pronome³³. Contudo, isso não implica a existência de um lugar a ele destinado interno à oração. Não verdade, não há esse lugar. Apresentaremos abaixo os tópicos encontrados desse tipo encontrados nos *corpora* com as suas formas respectivas de retomada:

(i) Retomada por um clítico – neste caso específico, a sua diferença em relação à CLLD está apenas no fato de que ele vem marcado formalmente pelas expressões introdutoras de tópico e, além disso, a possibilidade de o clítico aparecer em contexto de ilha. É o que podemos ver nos exemplos abaixo:

(78) “porém, infelizmente para o amor, vejo que **o** não quereis conhecer que no retrato.” (CO.1.1.pe.18)

(79) “Quanto ao Polaco, diz a senhora condessa de la Bourlie, com muita graça, que está livre de ir para lá, porque não há no outro mundo quem **o** queira.” (CO.9.56.pe.18)

(80) “Pelo que respeita à física, eles **a** aprendem por força ou por vontade entre as mãos dos cirurgiões em que caem facilmente.” (CO.37.180.pe.18)

(81) “Quanto a desarranjos, mais **os** soffro eu se sahir com família e casa posta do que elle que nada d'isso tem.” (AG.39.36.pe.19)

(82) “Em todos os versos que tenho feito não **os** fiz senão com o sentimento e sem me importarem regras e preceitos que são para os que professam uma arte que jamais cultivei senão como expressão de ideas que se não pódem tradusir em prosa.” (AG.142.125.pe.19)

(83) “Quanto à inspirações bebe-**as** no *Jornal do Comércio* e no *Tempo*, acreditando nas informações que derem.” (OM.QM.46.134.pe.19)

(84) “Quanto a Maria José e Lalá, que eu não eduquei, deixo-**lhes** o direito de serem parisienses a vontade.” (JN1.173.225.pb.19)

(85) “e quanto à ebulição popular supponho-**a**, como a do vintém, um caso de “anarquia espontânea” bem caracterizado.” (JN2.133.187.pb.19)

(86) “Quanto ao seu livro li-**o** letra por letra com verdadeira delícia por ser mais um retrato de você mesmo, dos seus gostos, da sua maneira de tomar a vida e de considerar tudo.” (JN2.215.311.pb.19)

(87) “Quanto ao seu juiso sobre os “Sertões”, tenho-**o**, e nem era preciso dizê-lo, na mais alta conta.” (EC.19.68.pb.19)

(88) “Quanto aos retalhos de jornaes, quando **os** achar merecedores da transmissão, aceito-os com muito prazer.” (MAS.6.38.pb.19)

(ii) Retomada por pronome pessoal

(89) “quanto aos outros, é claro que **eles** podem julgar de mim, e dizerem quanto quiserem e entenderem” (AC.10.117.pe.18)

(90) “Quanto ao projecto das Freiras, não tenho copia **d'elle**: mas precisa muito absolutamente rever a copia que **d'elle** se tirar.” (AG.77.74.pe.19)

³³ Com exceção dos casos em que os pronomes não apresentem flexão, como os indefinidos (*nenhum*) e o demonstrativo neutro (*isso*).

- (91) “Os outros livros nunca pensei ficar com **eles**; e só usei do seu favor para trabalhos destes opusculos que vamos imprimindo.” (AG.144.126.pe.19)
- (92) “Alguns d'esses empregos... ha pessoas com direitos adquiridos a **elles**...” (AG.As Prophecias do Bandarra.67.Pantaleão.pe.19)
- (93) “O homem... **elle** não me tem cara de tal.” (AG.As As Prophecias do Bandarra.35.Procopio.pe.19)
- (94) “A propósito de papá Hugo - fomos hoje o Batalha e eu visitar a casa-templo, onde **ele** habitou.” (EQ.QM.24.93)
- (95) “De Cavour por exemplo eu diria que **êle** era o primeiro homem na opinião da Itália, e de Garibaldi que o era no entusiástico amor do povo” (JN1.67.90.pb.19)
- (96) “Quanto ao Paiz, não preciso dizer-lhe, que eu nunca poderia riscar do meu coração os anos de 86, 87 e 88, a lembrança da hospitalidade que **nê**le encontrei, nem a memória dos serviços incalculáveis que **êle** prestou, sob sua direção, à causa abolicionista.” (JN1.131.173.pb.19)
- (97) “Quanto à nova Associação, meu caro Jaceguai, para que **ela** preste a êsse ideal o mais assinalado serviço, basta que **ela** avive as suas lembranças e reminiscências e as reproduza para exemplo das novas gerações...” (JN2.9.16.pb.19)

(iii) Retomada por pronome demonstrativo

- (98) “Os outros... **esses** não o podem enxergar com dois olhos que tem na cara: os lavradores porque é mais rico do que **elles**;” (AG.Camões do Rocio.110.Gregorio.pe.19)
- (99) “quanto ao outro, o da legação de Bruxelas não penses **nisso**, que eu não o sonho sequer.” (OM.QM.36.115)
- (100) “O A. de Siqueira, **êsse** foi solto, e segundo me dizem, não está nada queixoso do Floriano, que **êle** reputa o homem mais talhado para a situação do país. (JN1.176.233.pb.19)
- (101) “A vela que eu via no horizonte, **essa** sumiu-se.” (JN2.143.204.pb.19)
- (102) “Tiradentes, **esse** era o agitador: serviu á conspiração com uma actividade rara; era mais um conspirador do dia que da noite.” (MAS.4.29.pb.19)

(iv) Retomada por pronome indefinido

- (103) “Não te faço peditorios porque meus proprios não os tenho, e os alheios jurei³⁴ que por mais **nenhum** me interessava.” (AG.92.81.pe.19)

(v) Retomada por pronome possessivo

- (104) “No tempo dos Cabraes esperava melhorar com **a sua** quêda; mas achei agora o que sempre tenho incontrado na opposição quando Podêr, e nos amigos quando se acaba a lucta que nos une.” (AG.118.102.pe.19)

³⁴ Os negritos são do original.

(105) “A preocupação do *Monitor*, o seu maior cuidado é respeitar os *caracteres dos adversários*, não expor a autoridade, fortificá-la, pondo-se ao lado da ordem contra a agitação, os excessos e a desordem...” (MD.9.20.pb.19)

(vi) Retomada por nome genérico

(106) “A respeito do relatório sobre o ensino, escrevi sobre esse **assunto** a Bernardino Machado, a quem pedi alguns documentos de que precisava e referi também esse detalhe à Comissão da Academia.” (RO.16.90.pe.19)

(107) “Miserias e triunfos... sómente á viva voz lhe poderei contar como fundi **aquelas coisas antinomicas**, numa batalha obscura e trajica com o deserto.” (EC.39.89.pb.19)

(108) “E quanto á sorte do Partido Liberal, sua dignidade, sua isenção perante o inimigo, não é **coisa** de que se deva tratar, quando por outro modo se pode obter *duas cadeiras* na representação nacional.” (MD.9.21.pb.19)

(vii) Retomada por numeral

(109) “Respeito a casas, sei de **duas** que neste momento estão devolutas.” (OM.QM.17.80.pe.19)

(110) “Das damas, **as duas mais bem vestidas** são a condessa de Villa Gonzalo, de azul e branco com diadema e colar de brilhantes, e a minha amiga duquesa de Osuna, que é muito alta e apesar da sua idade, tem um talhe finíssimo.” (RO.20.102.pe.19)

(111) “Quanto ao retrato, ahí lhe mando **um**; guarde-o como lembrança de amigo velho.” (MAS.204.330.pb.19)

(viii) Retomada por nome próprio

(112) “Dos seus filhos, ainda não vi **Carlotinha** que se refugiou em Petrópolis, nem o **Alfredo**, que segundo diz o **Artur** está em cheiro de santidade perante o Lloyd e a caminho para um comando;” (JN1.166.217.pb.19)

(ix) Retomada por *pro* – estamos considerando neste item os casos em que o tópico é retomado por um *pro* referencial na posição de sujeito. Em relação a esse tipo de retomada, a análise dos dados nos revela um fato interessante, na verdade uma pequena diferença entre o português europeu (XVIII e XIX) e o português brasileiro (XIX).

No português europeu (XVIII e XIX), observamos que a retomada do Tópico Pendente ocorria sob duas formas: ou o *pro* estava na posição de sujeito de uma oração encaixada ou na de sujeito da oração matriz, neste último se o tópico e a posição do sujeito desta partilhassem o traço de primeira pessoa. É o que podemos ver nos exemplos abaixo:

- Retomada com *pro* na oração encaixada (*pro* = Ø_i)

(113) “Quanto ao nosso Homem_i digo-vos que Ø_i está-se nas tintas.” (CO.16.98.pe.18)

(114) “Pelo que respeita aos vestidos_i, é preciso que Ø_i sejam bordados ou agaloados conforme a fantasia do alfaiate, que será sempre o mais nomeado.” (CO.37.176.pe.18)

(115) “quanto a meu irmão_i, também quase que esperava que Ø_i tivesse saído do mundo” (AC.9.103.pe.19)

(116) “e sobre o carácter que Vossa Excelência lhe receava_i, posso segurar-lhe que Ø_i está muito longe disso.” (MA.9.22.pe.18)

(117) “Enquanto ao País_i não sei se Ø_i vai melhor, e o meu pesar tem sido não estar aí para conversar contigo a sós, e portas fechadas.” (EQ.QM.28.100.pe.19)

Em relação a estes casos, é interessante observar que o tópico não tem uma relação direta com a posição do sujeito da encaixada. Há em todas as frases acima uma oração entre o tópico e a posição do sujeito da encaixada: *digo-vos*, em (113); *é preciso*, em (114); *também quase que esperava*, em (115); *posso segurar-lhe*, em (116); e *não sei*, em (117).

Poderíamos aventar a possibilidade de que havia, talvez, uma regra na gramática que levaria à inserção de uma oração que subordinasse a que contivesse o tópico para evitar uma relação direta entre o tópico e o verbo. Mas encontramos uma única exceção entre os dados, como a frase abaixo:

(118) “Quanto a este primeiro, vai todo, como oblata de primicias para elle.” (AG.140.124.pe.19)

Este exemplo, contudo, é ambíguo porque, interno ao IP, temos o quantificador *todo* que, de certa forma, retoma o tópico e também pode estar estabelecendo a concordância com o verbo, numa provável ordem VS.

Exemplo similar a este encontramos no português brasileiro:

(119) “E as outras obras, como vão elas tôdas?” (JN2.38.60.pb.19)

Com base no exemplo em (119), podemos dizer que o exemplo em (118) representa um caso de inversão, considerando, inclusive, o tipo do verbo, inacusativo.

- Retomada com *pro* na matriz – tópico e *pro* partilhando o traço de primeira pessoa

(120) “quanto a mim, entendo que amará se quiser.” (CO.11.74.pe.18)

(121) “Quanto a mim não tenho achado coisa alguma tão divertida como a conquista de *Discrição*, felicitando-a todos os seus conhecidos da fortuna imprevista e escarnecendo da afectação singular de *Beleza*.” (CO.29.136.pe.18)

(122) “De mim não tenho que contar-lhe depois que estou em Roma;” (AC.1.33.pe.18)

Em relação a estes últimos, supomos que, na verdade, a correferencialidade entre o tópico e o *pro* na posição do sujeito pode ser justificada porque, ao topicalizar a primeira pessoa e estando também a posição do sujeito preenchida pela primeira pessoa, não há outra possibilidade na língua a não ser essa correferencialidade, mesmo nos casos em que, por exemplo, o pronome *eu* esteja expresso. Esses contextos dos exemplos em (120)-(122) são, portanto, neutralizados em relação à topicalização da primeira pessoa expressa na posição de sujeito.

Já no que se refere ao português brasileiro (XIX), encontramos o Tópico Pendente relacionado ao verbo da oração matriz, como se pode ver nos exemplos abaixo:

(123) “Quanto à promoção, depende do Imperador.” (JN1.83.113.pb.19)

(124) “Quanto ao Quintino, não fallou a ninguém.” (MAS.32.90.pb.19)

(125) “Quanto ao Assis Brazil, foi instado pelo Euclides da Cunha e recusou tambem.” (MAS.44.115.pb.19)

(126) “Quanto ao Assis Brazil, apesar do que lhe escreveu o Euclides da Cunha, não quis apresentar-se na primeira vaga.” (MAS.46.119.pb.19)

(127) “Sobre a nomeação recahiu em outro que não o seu candidato.” (MAS.68.156.pb.19)

(128) “Você e os seus como têm passado?” (MAS.114.207.pb.19)

(129) “Quanto ao preço dos annuncios, não está ainda marcado, mas regulará o do *Jornal do Commercio*, ou ainda alguma cousa menos.” (MAS.231.371.pb.19)

(130) “Quanto á “Historia da Revolta” – é ainda um plano.” (EC.90.140-141.pb.19)

(131) “Quanto a assignaturas, vão bem. O Chico tem mais de 60, eu mais de 150, e ha dias, por muito occupado, tenho me descuidado em obter mais.” (AGS.CA.16.181.pb.19)

Esses dados são interessantes porque podem revelar uma tendência já do português brasileiro da época de topicalizar os sujeitos, havendo entre o tópico e o verbo a possibilidade de retomada expressa na desinência verbal. Em todos esses casos, é possível a identificação de um *pro* referencial. E essas construções podem ter sofrido as seguintes etapas de evolução, considerando a representação do exemplo em (131):

(131’) [_{TopP} Quanto a assignaturas; [_{IP} *pro*_i vão bem...

que, talvez, com o decorrer do tempo, *pro* tenha sido substituído pelo preenchimento do sujeito³⁵, chegando ao português brasileiro moderno com a seguinte construção:

(131'') [TopP Quanto a assinaturas_i [IP elas_i vão bem...

Mas Kato (1998a) admite a possibilidade de as construções com pronome lembrete serem construções em que não há a marcação formal de um Tópico Pendente com Retomada. Nesse caso, é possível que, ao longo do tempo, essa marcação tenha sido “deixada de lado” pelos falantes, resultando na seguinte construção atual:

(131''') [TopP as assinaturas_i [IP elas_i vão bem...

A questão que levantamos é: por que o português brasileiro podia permitir tais construções, em (123)-(131), e o português europeu, em (113)-(117), não? Certamente não podemos nos apoiar na questão da realização do sujeito porque nesse período essas construções ainda não tinham o sujeito amplamente preenchido fonologicamente. Para responder à pergunta, levantamos a seguinte suposição: talvez o português europeu inibisse a possibilidade de um *pro* sujeito da oração matriz de retomar o tópico por uma questão discursiva que se refletia na marcação sintática: o tópico, por estar ligado ao discurso, não poderia apresentar correlação direta com um *pro* na posição de sujeito ou com a desinência verbal, justamente para não poder ser considerado como interno à oração. Em relação ao português brasileiro, ao que parece, estamos num período da língua em que já começa a se manifestar uma tendência para as construções de tópico que derivariam as construções atuais de tópico com pronome lembrete. São ainda conjecturas. Mais estudos sobre esse assunto poderão resolver as questões aqui levantadas.

3. CLLD – esse tipo de construção se caracteriza pelo fronteamto de um constituinte com função sintática interna ao vP, mas que é retomado por um clítico a ele correferencial e com a mesma função sintática. Seguindo a perspectiva de Cinque (1990), consideramos que os tópicos da CLLD podem estar relacionados às seguintes funções sintáticas: objeto direto, com retomada clítica obrigatória, objeto indireto, locativo (se for s-selecionado pelo verbo) e o

³⁵ Como o mostram os estudos de Duarte (1996), dentre outros.

complemento nominal. Para o objeto direto, a retomada clítica é obrigatória; para o objeto indireto, a retomada pelo clítico é opcional; e para os locativos e complemento nominal, não existe retomada clítica³⁶. Exemplos de CLLD nos *corpora* são os seguintes, com suas respectivas funções:

(i) objeto direto

- (132) “Inclinação semelhante à que vos tenho jamais a houve no mundo.” (CO.19.103.pe.18)
 (133) “Erba, vi-o tocar muitas vezes a meu gôsto em casa de um discípulo seu, sobrinho do cônego de Santiago de Galiza aonde nos fizemos conhecidos” (AC.3.43.pe.18)
 (134) “Os seus Ministros não vieram e as reflexões que esta falta de obediência me inspira, suprimo-as.” (MA.40.147.pe.18)
 (135) “As 3 caixinhas pequenas do Brasil já as recebi; mas uma coisa não tem nada com a outra.” (AG.85.78.pe.19)
 (136) “O Egoist conto acabal-o amanha.” (MAS.193.317.pb.19)
 (137) “a segunda recebi-a na 3ª. feira passada, como V. previra.” (JV.MAS.115.208.pb.19)
 (138) “A sua opinião sobre os Sertões guardo-a entre as que mais me podem enobrecer.” (EC.91.142.pb.19)
 (139) “o dia, passei-o a reler a *Oração sobre a Acropole*, e um livro de Schopenhauer.” (MAS.191.314.pb.19)
 (140) “Êsse jornal eu não o faria.” (JN1.193.264.pb.19)

(ii) objeto indireto (com ou sem retomada clítica):

- (141) “Ao amigo que prega os guardanapos grandes, sucedeu-lhe neste dia uma desgraça. Vindo da *Favorita* para a Assembleia, quebrou-se-lhe o coche e chegou a pé.” (CO.4.31.pe.18)
 (142) “Com Martinho de Melo quási não pude falar e com o Visconde muitas vezes, mas os meus negócios próprios foram o único objecto, e minha timidez natural faz que não me atreva a falar no que me não preguntam.” (MA.22.73-74.pe.18)
 (143) “A sua mulher minha Senhora dê de minha parte todas as felicitações que eu quizera ter o gôsto de levar pessoalmente a seus pés.” (AG.46.42-43.pe.18)
 (144) “Em Santo Antero não me fio: mas pelo menos, o Prólogo da *Revista*, o intróito solene, há-de-se-lhe arrancar.” (EQ.QM.20.87pe.19)
 (145) “Telegrafei para Paris imediatamente à Emília Resende e ao Rosa. A este pedia-lhe instantemente que me desse informações.” (RO.31.135.pe.19)
 (146) “Ao Jaceguay communiquei as suas preferencias, mas ainda assim recusou apresentar-se d’essa vez.” (MAS.46.119. pb.19)
 (147) “A você renovo os meus, e peço que disponha tambem do velho amigo e admirador do filho, como do pae.” (MAS.264.423.pb.19)
 (148) “e a estas cidades de descanso em que somos obrigados ás mesmas incommodidades d’ahi, prefereria a roça em toda a sua bruteza.” (JV.MAS.59.145.pb.19)

³⁶ A não ser que se considere a possibilidade de o locativo ser retomado por *lá* e *ali*. Embora exista esta possibilidade, a retomada não pode ser considerada clítica.

(149) “Ao Aguiar eu já havia dito isto e encarregado-o de falar-te.” (MD.138.127.pb.19)

(iii) locativo

(150) “Na minha terra há muita diferença entre as freiras que vendem bonecas e entre as freiras que os fazem ainda que sejam da mesma Ordem.” (CO.12.83.pe.18)

(151) “em Paris há uma coisa que eles lá chamam palácios; mas não os encontram os olhos nas ruas” (AC.9.107.pe.18)

(152) “No Review inglês, do mês de Dezembro, achei uma galante novidade que quero dar a Vossa Excelência.” (MA.11.31.pe.18)

(153) “Atravez dos amphigouris pretenciosos de J. Estevam, aparece **alli** a verdade da situação verdadeira incontestavel e fatal.” (AG.95.84.pe.18)

(154) “E nas cartas ao seu alfaiate encontram-se as regras mais profundas da *arte de fascinar*.” (EQ.QM.7.61.pe.19)

(155) “No bufete italiano, por exemplo, onde eu vou bastantes vezes jantar há sempre *rabioli* optimamente feitos, *sopa com tripas à milanesa*, *risoto a lamilanesa* e *macarroni à napolitana*.” (RO.15.88.pe.19)

(156) “N’esse capitulo vim achar muito trabalho catholico.” (MAS.114.207-208.pb.19)

(157) “Na carta ao Augusto Guimarães acharás o complemento d’esta. Verás meus projectos e glorias.” (CA.3.151.pb.19)

(158) “Na Renascença³⁷ encontro-as continuamente, de modo que minha dívida vai crescendo.” (JN2.132.186.pb.19)

(iv) complemento nominal

(159) “e de dinheiro, ainda para vir com toda a comodidade, não cuide Vossa Mercê que é necessário um sacco cheio;” (AC.6.89.pe.18)

(160) “A êle qualquer forma de govêrno pode ter-lhe utilidade.” (MA.42.156.pe.18)

(161) “Do género satírico não tenho quási nada, porque por escrúpulo deixei perder quási tudo.” (MA.10.28.pe.18)

(162) “Para ti, creio bem, essa excursão será excelente.” (OM.QM.66.170.pe.19)

(163) “Destes encantadores velhinhos, que eu vi e a quem dei palmas, o mais novo tinha 90 anos.” (RO.35.148.pe.19)

(164) “A Suíça desinteressa-se de tal negócio. Condecorem ou não condecorem os suíços que quizerem. À Suíça é indifferente.” (RO.37.155.pe.19)

(165) “Entre a vida que sempre levei e a nova carreira em que eu conto entrar há grande diferença, mas é-me impossível atualmente esperar um cargo público, e está fora de questão trabalhar eu de corpo e alma nesta cidade do Rio – com cujo clima não me dou bem e que é o centro de um corpo cuja política me tira a calma precisa para o trabalho intelectual.” (JN1.37.51.pb.19)

(166) “Mas, a realizar-se, o chamado Partido Liberal será digno da sua sorte. Para V. Ex. isso mesmo será triunfo.” (RB.MD.55.65. pb.19)

³⁷ Revista dirigida por Rodrigo Octavio – nota do original.

4. LD (ETop) – esse tipo de construção, seguindo a proposta de Raposo (1996), caracteriza-se pelo fronteamo de um DP, mas sem a retomada clítica. Esse DP, entretanto, só pode ser um objeto direto, podendo apresentar-se sem determinantes. Exemplos desse tipo foram encontrados no português europeu (XVIII e XIX). Nesta variedade do português, as construções de LD apresentam-se de acordo com a descrição proposta por Raposo (1996), como DPs lexicais tópicos sem determinação explícita, sendo, às vezes, retomados por um elemento quantificador na oração. Como se pode ver nos exemplos abaixo:

(167) “Não pretendo que me acheis juízo se não me achardes razão. Uma e outra coisa encontro sempre nos vossos discursos,” (CO.14.90.pe.18)

(168) “Palha comeu Vossa Mercê lhe digo eu. *Esculápio e Avincena não enganam neste caso* - disse o doutor.” (CO.32.157.pe.18)

(169) “coisa que mova o coração, e que faça esquecer a gente do que está vendo, ou daquilo em que imaginava com gosto, não é fácil ouvir;” (AC.5.66.pe.18)

(170) “Ministro creio que haverá um destes dias, mais ou menos empalhado; agora, Fazenda, querido, é que se esvaiu como um sonho, um sopro, uma nuvem!” (OM.QM.34.110.pe.19)

(171) “Esperança de arrependimento não há;” (OM.QM.39.119.pe.19)

(172) “Dinheiro, só Filipe de Castela teria algum, e talvez falso: - a pimenta já pouco *apimentava*, e o divino ouro ainda não viera de Minas Gerais.” (EQ.QM.54.145.pe.19)

(173) “Receita desta não se pode arranjar.” (RO.2.50.pe.19)

(174) “Sensaborias como a do Século (se sensaboria se lhe pode chamar) tenho aqui tido centos, promovidas em grande parte por Bordallo, que está metido com todos os repórteres de Lisboa, e é de uma vaidade insuportável.” (RO.12.77.pe.19)

A única exceção aos exemplos acima apresentados, no *corpus* em análise, é o que se encontra abaixo:

(175) “O menu da rainha aos pobres e as tarjetas de convite do capítulo de Santiago (lindíssimas) mando-te amanhã porque tenho medo que por levar esses cartões se extravie esta carta, que já não são horas hoje de mandar segurar.” (RO.20.103.pe.19)

em que o tópico *O menu da rainha aos pobres e as tarjetas de convite do capítulo de Santiago* é um DP referencial, definido e específico, embora não seja retomado por um clítico. Esse é um dos casos que não consegue ser explicado pelas abordagens teóricas analisadas neste capítulo. Seriam necessários mais exemplos desse tipo para que pudéssemos levantar a hipótese de que havia no português europeu a possibilidade de uma flutuação no uso dos clíticos. A identificação de apenas um exemplo, entretanto, não nos autoriza a prosseguir com esta hipótese.

As construções de LD no português brasileiro se apresentam do mesmo modo que o exemplo em (175) – topicalização de um objeto direto, sem retomada clítica³⁸ – como mostram os exemplos abaixo:

(176) “A da primavera você já teve e a do verão, agora vão numa a do outono e a do inverno.” (JN2.82.113.pb.19)

(177) “A primeira Memória eu fiz traduzir e parte da segunda.” (JN2.114.158.pb.19)

(178) “A entrada na bacia do Amazonas nós lhes havíamos oferecido com a nossa proposição de traçar-se a fronteira pelo Maú.” (JN2.127.178.pb.19)

(179) “A minha theoria já lhe disse, devemos fazer entrar para a Academia as superioridades do paiz.” (JN2.128.181.pb.19)

(180) “O artigo deverá trazer amanhã.” (MD.19.32.pb.19)

(181) “A resposta darás verbalmente ao meu amigo sr. barão, ou a mim por escrito e sem demora.” (MD.108.108.pb.19)

A única exceção de LD encontrada no *corpus* do português brasileiro é o exemplo abaixo, com um DP acompanhado de expressão indefinida:

(182) “Alguma hora vaga, que me deixam os trabalhos da opposição, tenho dedicado ao meu opusculo sobre a emancipação, que já vae bem adiantado: tenciono publical-o breve, talvez até Agosto veja a luz do dia este menino feio e fraco como o pae.” (AGS.CA.9.163.pb.19)

Pelas propostas analisadas até agora, os DPs referenciais, definidos e específicos, como os dois exemplos em (176)-(181)³⁹, não deveriam ocorrer em construções de LD, numa língua em que existe a retomada clítica. Essas construções assemelham-se, entretanto, às do português brasileiro moderno, em que, de acordo com alguns estudos⁴⁰, não se registra mais a presença dos pronomes acusativos de terceira pessoa⁴¹. Uma das explicações para esse fenômeno encontra-se em Kato (1998a), para quem há um clítico nulo interno ao IP que licencia o movimento deste DP para a posição de tópico, e Galves (2001, p. 52), para quem, no português brasileiro moderno, a ligação entre o tópico e a posição do objeto é direta porque o tópico está sempre acessível sem a necessidade de um clítico “mediador”.

Mas há um fato que deve ser ressaltado aqui: é a possibilidade também no português europeu de construções desse tipo, como mostra o exemplo em (175). O problema é que

³⁸ Essas construções remetem às construções de objeto nulo, amplamente discutidas por Cyrino (1996), Raposo (1996), Galves (2001), entre outros.

³⁹ Reconhecemos, entretanto, que as construções entre (176)-(181) sejam ambíguas, no sentido de poderem ser construções de Tópico Pendente, mas sem a marcação formal.

⁴⁰ Cf. Cyrino (1996), Kato (1998a), Galves (2001).

⁴¹ De acordo com esses estudos, os exemplos encontrados com clíticos acusativos no português brasileiro moderno refletem aprendizagem formal.

apenas um exemplo foi encontrado no século XIX e nenhum no século XVIII. E a falta de mais evidências não favorece a conclusão de que as mesmas estratégias estavam em jogo tanto no português europeu quanto no português brasileiro. Além disso, é interessante observar que nos exemplos de Topicalização⁴² do objeto direto do português europeu moderno, Brito, Duarte e Matos (2003, p. 497-499) apresentam exemplos com DPs nus ou acompanhados de pronome demonstrativo (neste último caso para marcar contraste), mas não com artigos definidos. Talvez esta seja uma indicação de que o exemplo em (175) não possa ser explicado do mesmo modo que os exemplos do português brasileiro (176)-(181).

6. Topicalização V2 – Como foi visto acima, Ribeiro (1996) indica que essas construções têm como características o aparecimento do clítico antes do verbo e conseqüente inversão verbo-sujeito. Apesar de essas construções serem imputadas ao português arcaico, encontramos dados tanto no português europeu quanto no português brasileiro que indicam a existência de resquícios dessas construções. No que se refere especificamente ao português brasileiro, Torres Morais (1996) mostra que esse tipo de construção com inversão verbo-sujeito continuou no português brasileiro até início do século XX, o que é confirmado pelos dados da nossa pesquisa, uma vez que o *corpus* do português brasileiro em análise é da segunda metade do século XIX.

Construções de Topicalização V2 encontradas nos *corpora* podem ser vistas nos exemplos abaixo:

(183) “Pelo que respeita à castelhana pode Vossa Senhoria dizer o que quiser, sem que me obrigue a dar-lhe resposta no caso que se engane alguma vez, visto que as gentes espanholas fazem reino à parte *y reyno suyo que es en el su mayor glória.*” (CO.15.91.pe.18)

(184) “Por meu irmão me mandou Vossa Alteza Real segurar que nada me havia de suceder, que ficasse descansada.” (MA.48.181.pe.18)

(185) “Noticias d’aqui lhe darão os jornaes e os seus companheiros de villegiatura.” (JV.MAS.115.209. pb.19)

(186) “Ao amigo dr. Ferreira Jacobina envia o Dantas cumprimentos muitos afetuosos, e pede-lhe o obséquio de entregar em mão ao ministro da Fazenda, e sem demora, o papel incluso.” (MD.91.97.pb.19)

Nesses exemplos, além da ordem tópico-VS, em (183)-(186), encontramos também a ordem Tópico-cl-VS (clítico-verbo), em (184)-(185). O clítico nesse tipo de construção, de acordo com Ribeiro (1996), não era referencial ao tópico, como se pode ver acima. Encontramos,

⁴² Tipo de construção de topicalização apresentado pelas autoras, já mencionado anteriormente, e que relacionamos à LD.

entretanto, construções em que o clítico é correferencial ao tópico, como as apresentadas abaixo:

(187) “O moral lho ensinam as damas com o amor, e a teologia não é coisa de que se fale, achando-se absolutamente desterrada do mundo galante e moderno.” (CO.37.180.pe.18)

(188) “O porquê disto não o sabem os Príncipes, porque ninguém se atreve a dizer-lho,” (MA.32.115.pe.18)

(189) “Essas coisas só as pode fazer o *Times*.” (JN1.148.196.pb.19)

(190) “A Você lhe conviria muito passar aqui um ou dous mezes; mas V. é o carioca por excellencia a quem o ar, a rua, tudo do Rio de Janeiro é absolutamente indispensavel.” (JV.MAS.97.186.pb.19)

Com exceção dos exemplos em (188)-(189), que são construções ambíguas por terem próclise desencadeada por negação e por advérbio, os exemplos em (187) e (190) poderiam se constituir exemplos de Topicalização V2, mas já com a possibilidade de o tópico ser retomado pelo clítico. Essa questão vai ser melhor discutida no capítulo em que tratamos da relação entre os tópicos e os clíticos.

7. Tópico Sujeito – exemplos desse tipo de construção não foram encontrados nas variedades do português aqui analisadas. Mas existem dois dados que precisariam ser discutidos:

(191) “A porta da sala deve ser levadiça, isto é, não com dobradiças pregadas, mas porta das que jogam em uns engonços, e, se tiram levantando-as para cima; para sobreporem por toda a parte bem justas na parede da parte de dentro, e se estiver defronte de corredor (de que se deve jogar); é necessário fazer uma sobreporta da parte de fora também sobreposta - **A porta deve assentar sobre madeira**, e não sobre pedra.” (AC.12.137.pe.18)

(192) “**Num jornal que ontem me mandaram diz** que o espírito nacional do Brasil não é responsável pelas tolices daquele pasquim e que não é com injúrias descompostas que os brasileiros sensatos entendem que se deve responder a pessoas distintas como eu e Queiroz.” (RO.2.50.pe.19)

Nos exemplos acima, sendo do português europeu, era esperado ou uma construção de passiva, em (191), ou o uso do clítico *se* para indeterminar o sujeito, em (192). O primeiro exemplo é explicado através da definição do verbo: *assentar* pode significar, além de *colocar*, *descer*, *baixar*. No caso de o escritor ter escolhido esta última definição, teríamos, aí, uma construção do tipo inacusativa em que o DP tem o seu primeiro *merge* na posição de objeto, mas pode se mover para a posição de sujeito.

Em (192), temos um exemplo muito parecido com as construções do português brasileiro moderno em que um locativo é movido para a posição de sujeito e desencadeia concordância com o verbo. Mas o exemplo acima não nos permite avançar nas suposições porque o verbo está na terceira pessoa do singular, o que faz com que a frase seja ambígua. Para conseguir explicá-lo, poderíamos levantar as seguintes suposições: a) o locativo *Num jornal que ontem me mandaram* está na posição de tópico; b) a posição de sujeito está preenchida por um *pro* referencial. Como pode ser visto na representação abaixo:

(192') [_{TopP} num jornal que ontem me mandaram [_{FinP} [_{IP} *pro* diz...

Uma outra provável explicação pode ser a seguinte: o *pro* na posição de sujeito é referencial, no exemplo em questão, o que leva o português europeu a não realizar um sujeito fonológico. Talvez este seja o melhor caminho.

Comparando-se o exemplo acima com as construções apresentadas por Galves (2001), poderíamos encontrar uma explicação para o fato de não haver o pronome *se*. De acordo com Galves (2001), uma das diferenças entre o português brasileiro e o português europeu está na seguinte construção:

(193) a. PB Nos nossos dias, não usa mais saia (NURC)
b. PE Não se usa mais saia

(GALVES, 2001, p. 46 (11))

No português brasileiro, é possível o sujeito nulo, ou o uso de *pro* não referencial, em construções como as apresentadas acima. No português europeu, o uso dessa frase implica, justamente contrário, que *pro* é referencial. Para marcar a não referencialidade, o português europeu recorre ao pronome *se*, como mostra o exemplo em (193b). Desse modo, se analisarmos o exemplo em (192), levando em consideração o traço [+referencial], justifica-se a não ocorrência do pronome *se*, uma vez que *pro* tem a sua referência no elemento que o antecede dentro da oração, *o jornal*.

Além disso, se considerarmos as construções em (112)-(116), em que discutimos sobre a impossibilidade de o tópico se referir ao verbo na oração matriz, poderíamos levantar a hipótese de que ou mudou algum traço discursivo ou mudou algum traço sintático. Essas explicações, contudo, não são conclusivas, era necessário encontrar mais evidências que pudessem dar provas do que está sendo dito aqui. A questão da mudança no direcionamento